PME

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SOBRADINHO



PME

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SOBRADINHO

PREFEITO MUNICIPAL
Luiz Affonso Trevisan

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
TURISMO E DESPORTO
Lisani Lúcia Bernardini

PME

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SOBRADINHO

MUNICÍPIO DE
SOBRADINHO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E DESPORTO

Ficha Catalográfica

SOBRADINHO (RS). Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto.
Plano Municipal de Educação: diagnóstico da educação municipal de Sobradinho – PME 2026–2036. Sobradinho, RS: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, 2026.

168 p.

- Educação. 2. Planejamento educacional. 3. Diagnóstico educacional. 4. Educação municipal. 5. Plano Municipal de Educação. I. Sobradinho. II. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. III. Título.

CDU: 37.14

LISTAS DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AEE	Atendimento educacional especializado
APM	Associação de Pais e Mestres
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Cacs	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAQ	Custo-Aluno-Qualidade
CC	Conceito de Curso
CCNCPI	Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância
CEB/CNE	Câmara de Educação Básica/ Conselho Nacional de Educação
Censup	Censo da Educação Superior
CEU	Centro Educacional Unificado
CGAES	Coordenação-Geral de Atendimento Especializado
CGAM	Coordenação-Geral de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade
CI	Conceito institucional
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública Darcy Ribeiro
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEBS	Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos
Covid-19	Doença do Corona Vírus 2019
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar do Curso
Dipebs	Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos
DNCEEQ	Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Escolar Quilombola

EaD	Educação a distância
Eapi	Escala de Avaliação de Ambientes de Aprendizagens dedicados à Primeira Infância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
Estadic	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
ETI	Educação em Tempo Integral
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	Fórum Permanente de Educação
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDD	Índice de Desempenho Discente
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEES	Instituições Estaduais de Educação Superior
IES	Instituição de Educação Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
Imes	Instituições Municipais de Educação Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Lepes	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social

Libras	Língua Brasileira de Sinais
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Munic	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NSE	Nível Socioeconômico dos Estudantes
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Paebs	Público-alvo da educação bilíngue de surdos
PAEE	Público-alvo da educação especial
Pandesb	Programa Nacional de Avaliação do Desenvolvimento Escolar do Surdo Brasileiro
PAR	Plano de Ações Articuladas
Parfor	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEI	Programa Ensino Integral
PIRLS	Progress in International Reading Literacy Study
PISA	Programme for International Student Assessment
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnad-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Pnate	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
Peja	Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação

PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNQEI	Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil
PPP	Projeto Político-Pedagógico
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil
Prouni	Programa Universidade Para Todos
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica (do MEC)
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
Seps	Secretaria de Ensino de 1º. e 2º. graus
SES	Sistema de Ensino Superior
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sinpro-DF	Sindicato dos Professores do Distrito Federal
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SRM	Salas de Recursos Multifuncionais
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLPP	Teste de Competência de Leitura de Palavras e Pseudopalavras
TCLS	Teste de Compreensão de Leitura de Sentenças
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TEE	Territórios Etnoeducacionais
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
TIL	Tradutor-intérprete de Libras

TRI	Teoria de Resposta ao Item
UAB	Universidade Aberta do Brasil
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAAF	Valor aluno-ano do Fundeb
VAAT	Valor aluno-ano total

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 14
INTRODUÇÃO 15
1. ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL 17
2. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL 27
3. ALFABETIZAÇÃO 58
4. ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO 61
5. APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE SOBRADINHO/RS 68
6. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 75
7. CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO DIGITAL E CIDADANIA DIGITAL 84
8. SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO 100
9. EDUCAÇÃO DO CAMPO 104
10. EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS 113
11. EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS – EJAI 119
12. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ..123
13. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 128
14. QUALIDADE DA GRADUAÇÃO 131
15. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO 137
16. PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU 140
17. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 144
18. GESTÃO DEMOCRÁTICA 154
19. FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO 159


LER
É VIAJAR
SEM SAIR
DO LUGAR
Juntos
aprendemos
mais!
RESPEITO
AMIZADE
EMPATIA
INCLUSÃO
CONHECIMENTO
SONHE
PLANEJE
CONQUISTE
Brasil

PME

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOCUMENTO DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SOBRADINHO

APRESENTAÇÃO

É com alegria e, sobretudo, com senso de responsabilidade que apresentamos o Diagnóstico Municipal da Educação de Sobradinho, parte fundamental da construção do nosso Plano Municipal de Educação – PME 2026–2036**.** Um documento como este representa muito mais do que um levantamento de dados. Ele nos convida a olhar para a educação do nosso município com atenção, reconhecer aquilo que já conquistamos e compreender onde ainda precisamos avançar.

Sabemos que a educação é construída todos os dias. Ela está presente no trabalho realizado nas escolas, no compromisso dos professores e demais profissionais, na participação das famílias, no envolvimento dos estudantes e nas decisões tomadas pelo poder público. Por isso, conhecer a nossa realidade é essencial para que possamos fazer escolhas responsáveis e pensar nos próximos anos com clareza. O diagnóstico reúne informações de diferentes áreas da educação e nos permite perceber as características da nossa rede, seus avanços, suas potencialidades e também os desafios que precisam ser enfrentados. Cada dado apresentado aqui ajuda a contar um pouco da história da educação de Sobradinho e contribui para que possamos definir caminhos possíveis para o futuro.

Como Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, temos consciência de que muitas das conquistas alcançadas são resultado do trabalho e da dedicação de pessoas que acreditam na educação e fazem dela um compromisso diário. Da mesma forma, os desafios que aparecem neste diagnóstico nos convocam a continuar trabalhando, buscando soluções e fortalecendo as políticas públicas educacionais.

A construção do PME 2026–2036 é, portanto, uma oportunidade de pensar a educação que queremos para Sobradinho nos próximos dez anos. Um planejamento que precisa ter os pés na realidade do município, mas também olhar para o futuro e para as novas necessidades de nossas crianças, estudantes, profissionais e famílias.

Agradeço a todos que contribuíram para este trabalho e, de maneira especial, aos profissionais da educação e às instituições que participaram desse processo. A construção de uma educação cada vez melhor depende do compromisso de todos nós.

Que este diagnóstico seja uma base segura para as decisões que serão tomadas e que o novo Plano Municipal de Educação represente, de fato, um compromisso com a continuidade do que vem dando certo, com a superação dos desafios e com o fortalecimento da educação de Sobradinho.

Lisani Lúcia Bernardini
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto
Sobradinho – RS

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) constitui o principal instrumento de planejamento das políticas públicas educacionais do município para um período de dez anos, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias voltadas à garantia do direito à educação e ao desenvolvimento da educação municipal. Sua elaboração está fundamentada nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), pelo Plano Nacional de Educação – PNE, pelo Plano Estadual de Educação e demais normativas educacionais, considerando as características, necessidades e potencialidades da realidade local.

Mais do que um documento legal, o PME representa um compromisso do Poder Público e da sociedade com a garantia de uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade social. Sua construção deve considerar as especificidades do território, as características da população, as condições da rede de ensino e os desafios presentes na educação municipal, de modo a orientar políticas públicas que promovam o acesso, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O Município de Sobradinho, localizado na região Centro-Serra do Rio Grande do Sul, apresenta características próprias de um município de pequeno porte e desempenha importante papel no desenvolvimento regional. Com população de 14.226 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma realidade social, econômica e territorial que precisa ser considerada no planejamento das políticas públicas, especialmente da educação. As transformações demográficas e sociais observadas ao longo dos últimos anos repercutem diretamente na organização da rede de ensino e na definição das prioridades para a próxima década.

Nesse contexto, o Diagnóstico Municipal constitui uma etapa fundamental para a elaboração do Plano Municipal de Educação 2026–2036. Seu propósito é apresentar e analisar a realidade educacional de Sobradinho a partir de dados, indicadores e informações oficiais, identificando avanços, potencialidades, desafios e necessidades que deverão subsidiar a definição das metas e estratégias do novo Plano.

A análise diagnóstica considera diferentes dimensões da educação municipal, contemplando aspectos relacionados ao acesso e à permanência dos estudantes, à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, à alfabetização, à aprendizagem e à qualidade da educação; à educação inclusiva e à educação especial; à educação em tempo integral; à valorização e formação dos profissionais da educação; à gestão democrática; à infraestrutura física e tecnológica; à conectividade e ao uso pedagógico das tecnologias digitais; à educação do campo; ao transporte e à alimentação escolar; ao financiamento e à gestão dos recursos públicos; bem como aos processos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais.

Para a construção deste diagnóstico, serão considerados dados provenientes de bases oficiais, entre elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Censo Escolar, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e demais fontes que contribuam para a compreensão da realidade municipal. Além dos dados quantitativos, serão consideradas as contribuições dos profissionais da educação, das instituições de ensino, dos órgãos colegiados e da comunidade, fortalecendo o caráter participativo da construção do Plano.

Dessa forma, o Diagnóstico Municipal não se limita à apresentação de números e indicadores. Ele busca interpretar a realidade educacional de Sobradinho, estabelecendo relações entre os dados e as condições concretas vivenciadas pela comunidade escolar. A partir dessa análise, será possível estabelecer prioridades, definir metas exequíveis e formular estratégias que respondam às necessidades identificadas e contribuam para o avanço da educação municipal.

Assim, o presente diagnóstico constitui a base técnica e participativa para a construção do Plano Municipal de Educação de Sobradinho – PME 2026–2036, instrumento que deverá orientar as políticas educacionais do município ao longo da próxima década. Pretende-se, por meio dele, fortalecer o planejamento de longo prazo, assegurar a continuidade das políticas públicas educacionais, aperfeiçoar a gestão e promover avanços permanentes na garantia do direito à educação, em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais e, sobretudo, com as necessidades, potencialidades e características da realidade local.

1) ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

PROBLEMA

O acesso à Educação Infantil encontra-se assegurado no município de Sobradinho/RS para a demanda atualmente existente. Contudo, permanecem desafios relacionados à manutenção da universalização da pré-escola, à garantia contínua da oferta de vagas em creches, ao fortalecimento da inclusão, à ampliação do atendimento em tempo integral e à qualificação permanente da infraestrutura e das condições de atendimento.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e representa um direito fundamental das crianças de zero a cinco anos de idade, assegurado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

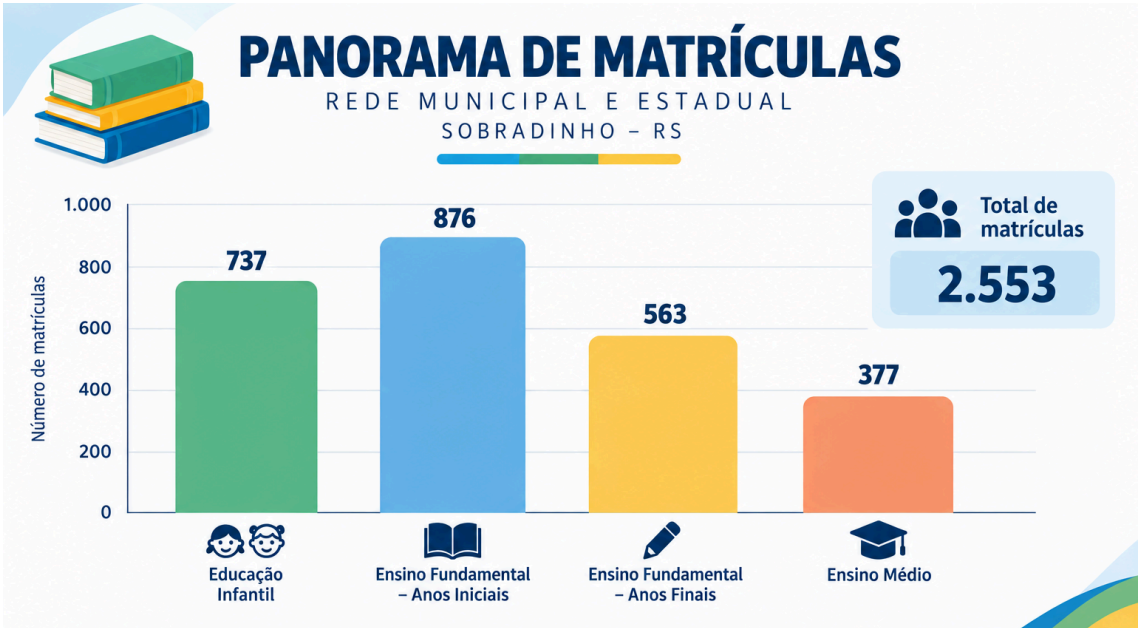
No município de Sobradinho/RS, a oferta da Educação Infantil apresenta cenário favorável em relação ao acesso, resultado dos investimentos realizados pela administração municipal na ampliação da rede, no planejamento da oferta de vagas e na organização dos serviços educacionais voltados à primeira infância.

Segundo dados do Censo Escolar 2025, a Educação Infantil atende 737 crianças matriculadas, sendo 378 em creche e 359 na pré-escola.

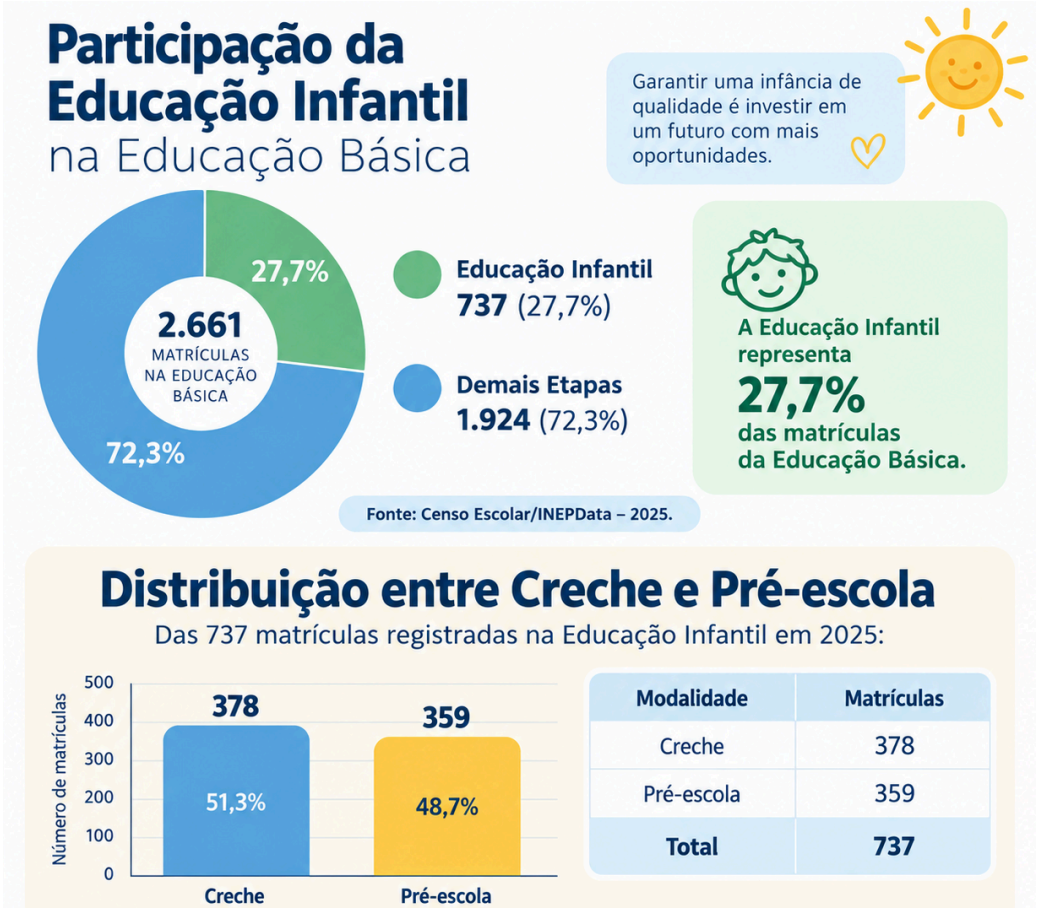
Panorama Geral das Matrículas

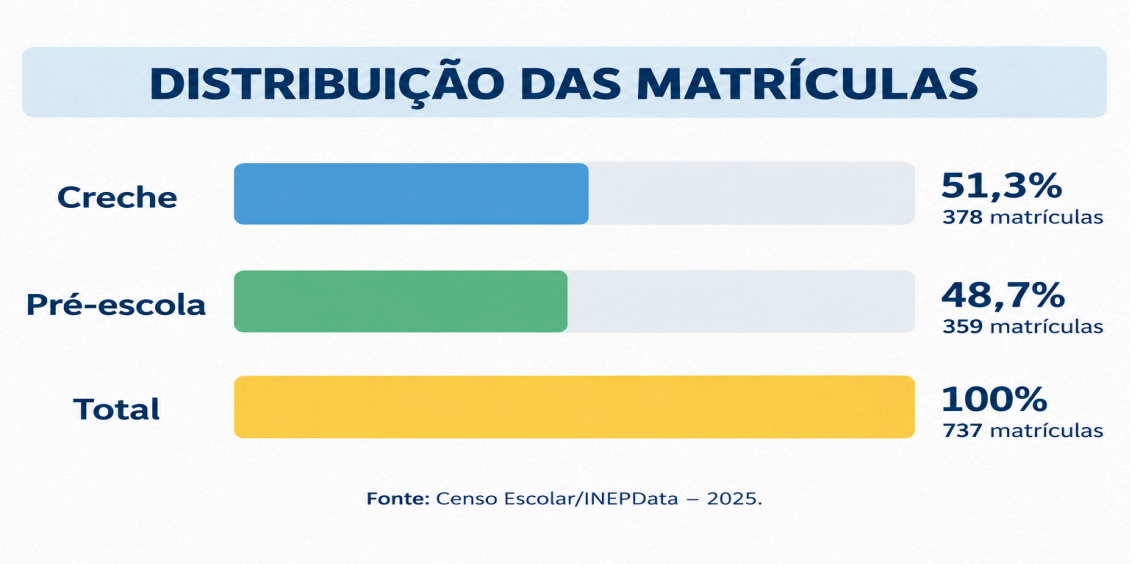
Os dados do Censo Escolar 2025 indicam que Sobradinho possui 2.661 matrículas na Educação Básica, distribuídas entre as diferentes etapas de ensino.

Dessas matrículas:

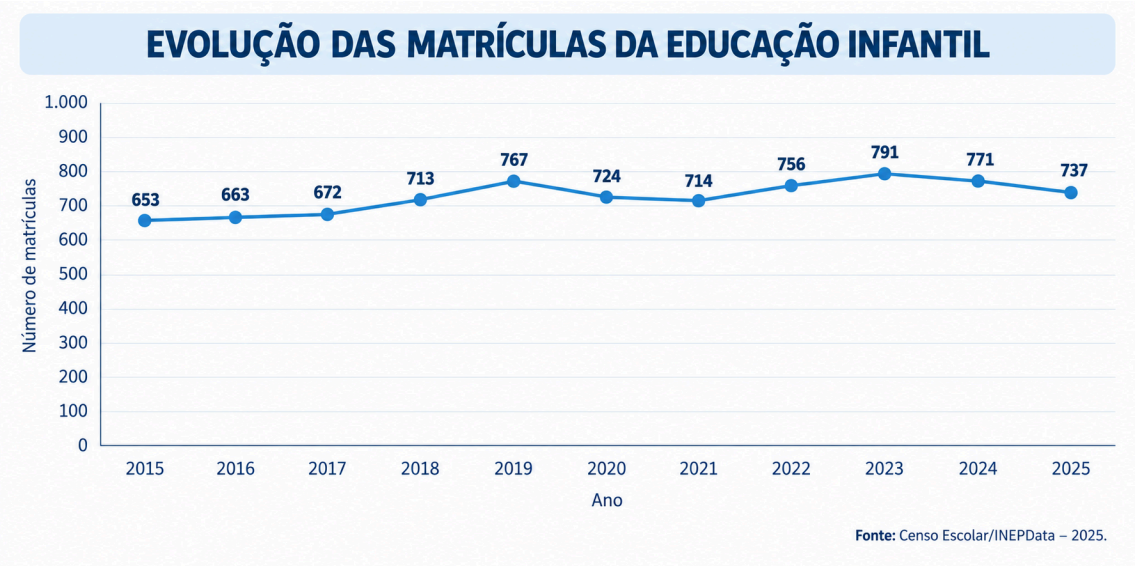


A Educação Infantil representa aproximadamente 27,7% de todas as matrículas da Educação Básica do município, evidenciando sua relevância dentro da rede municipal de ensino.

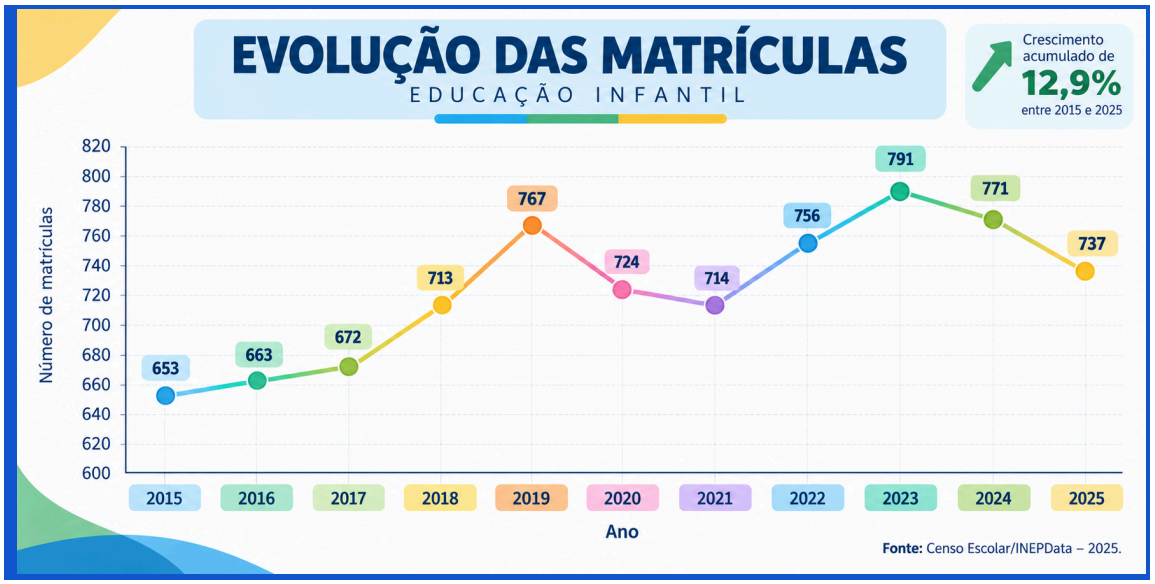




Observa-se equilíbrio entre o atendimento das crianças de creche e pré-escola, demonstrando a capacidade do município em atender toda a primeira infância.



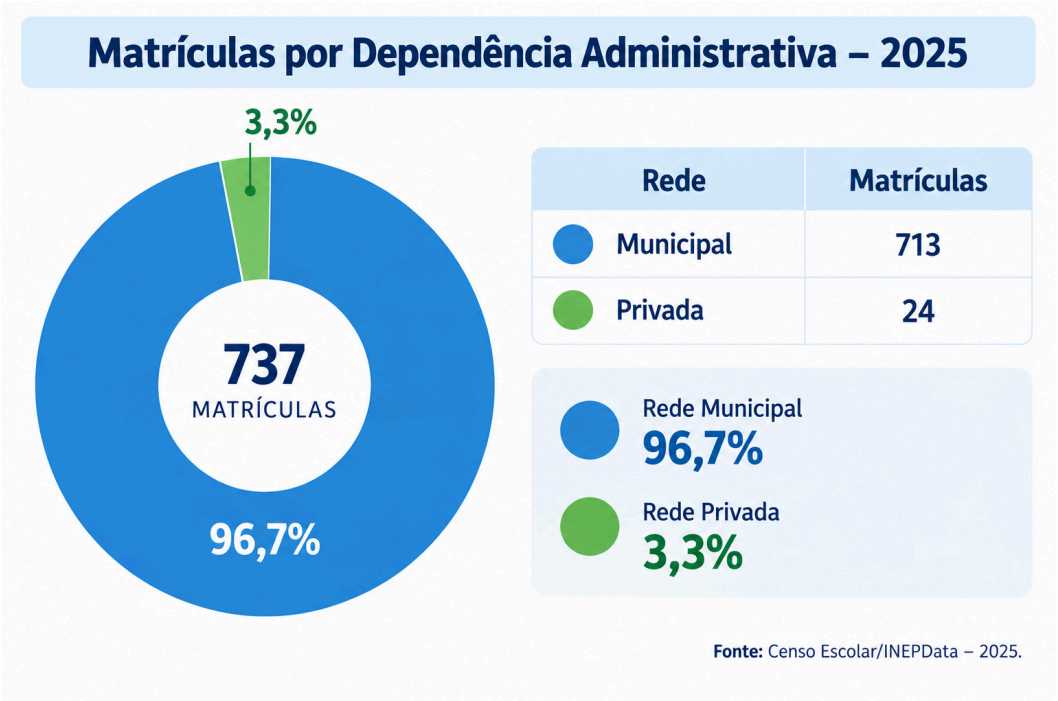
Entre 2015 e 2025 houve crescimento acumulado de aproximadamente 12,9% nas matrículas da Educação Infantil, conforme apontado pelo painel do INEP.



Embora tenha ocorrido redução nos dois últimos anos, os números permanecem superiores aos registrados em 2015, indicando manutenção da capacidade de atendimento da rede.

Rede de Ensino Responsável pelo Atendimento

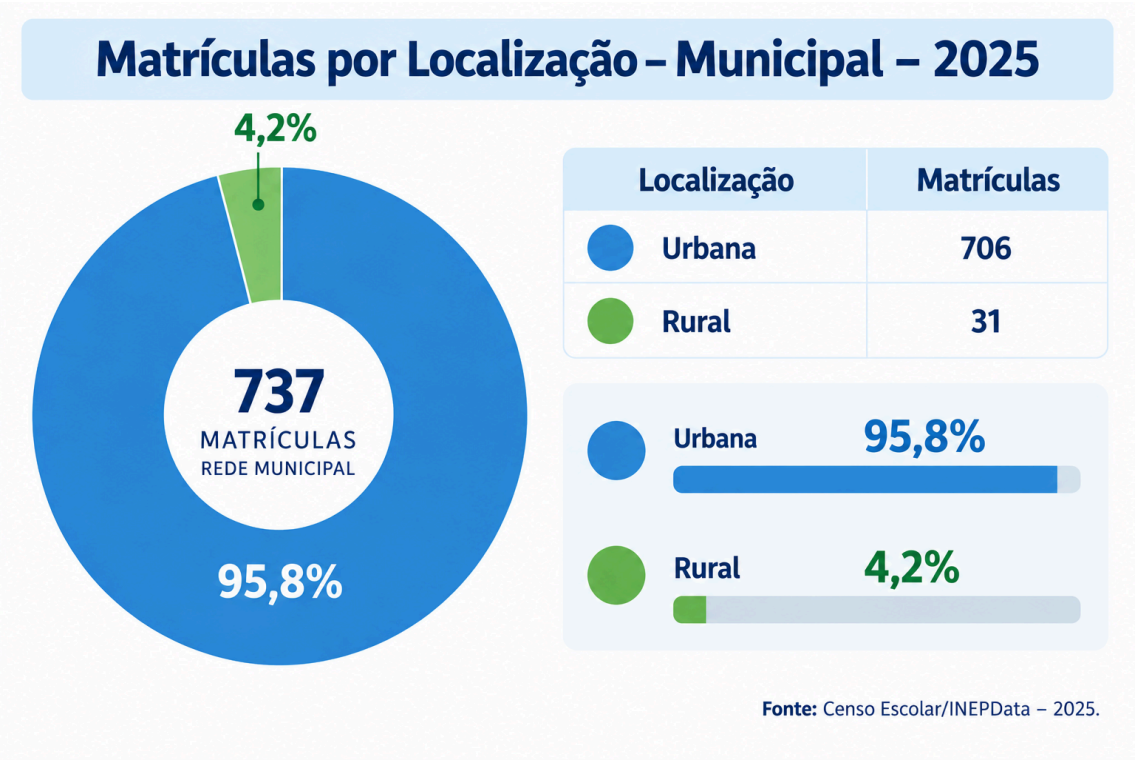
O município apresenta forte protagonismo da rede pública municipal na oferta da Educação Infantil.



Os dados demonstram que a garantia do direito à Educação Infantil em Sobradinho depende predominantemente dos investimentos e da capacidade de atendimento da rede municipal.

Distribuição Territorial do Atendimento

A localização das matrículas evidencia a abrangência territorial da rede municipal.



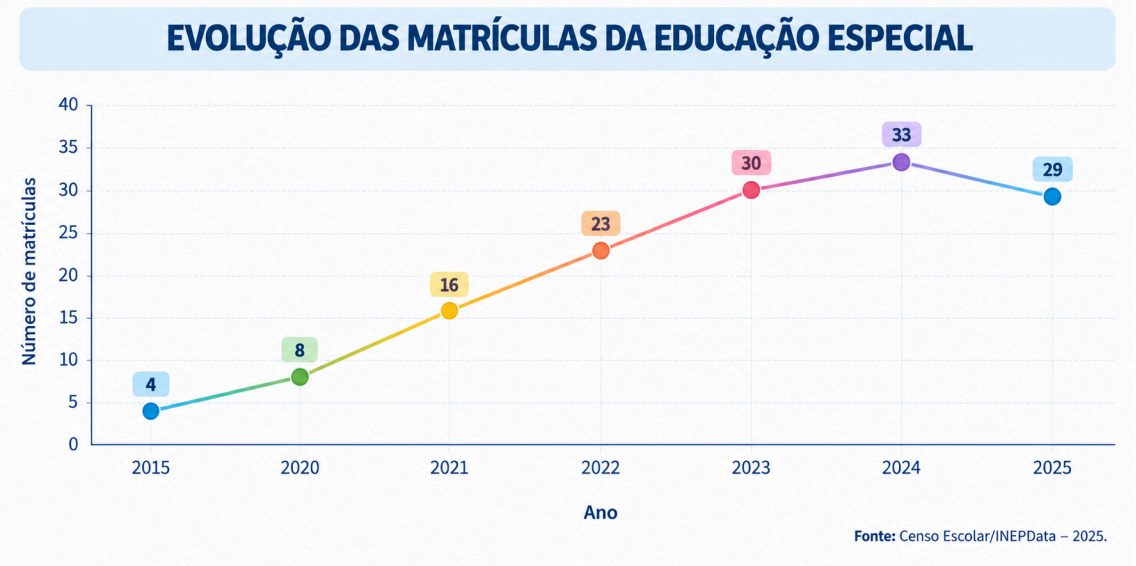
Embora a maior concentração esteja na zona urbana, a presença de matrículas na área rural demonstra o esforço municipal para assegurar atendimento educacional em diferentes territórios.

Inclusão e Educação Especial

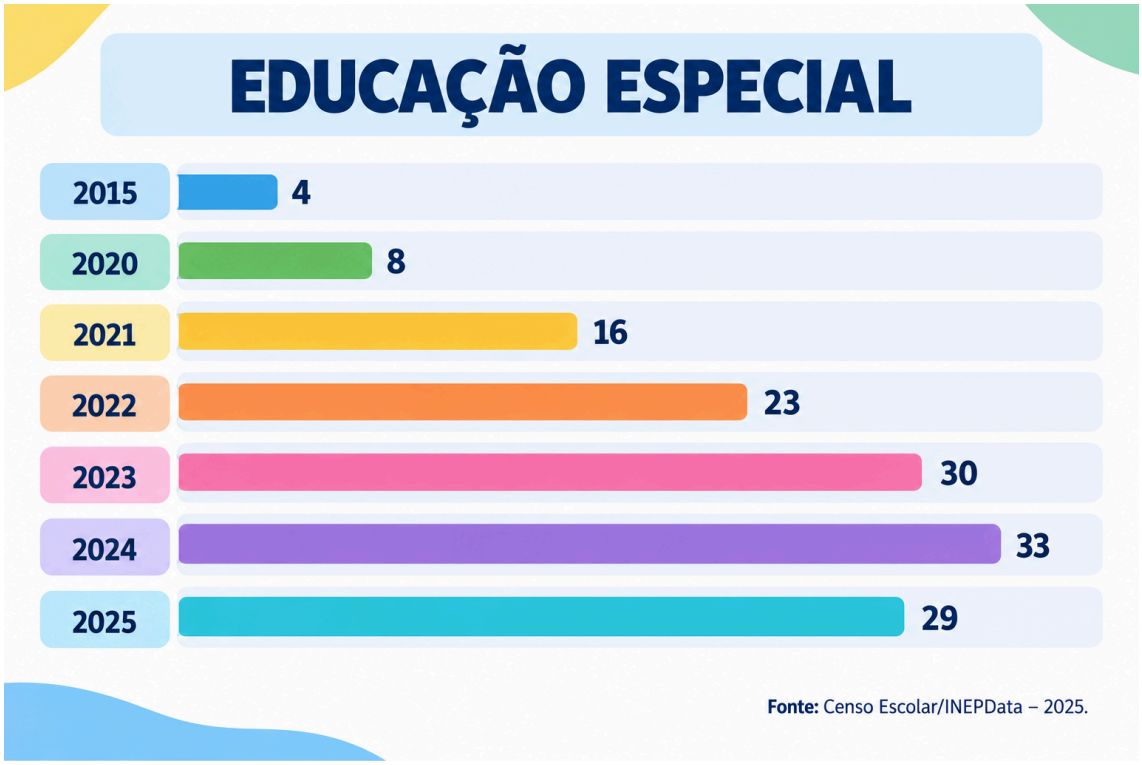
A inclusão escolar apresentou crescimento significativo nos últimos anos.

Em 2025 foram registradas:

- 29 matrículas de crianças público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil
- Todas incluídas em classes comuns.

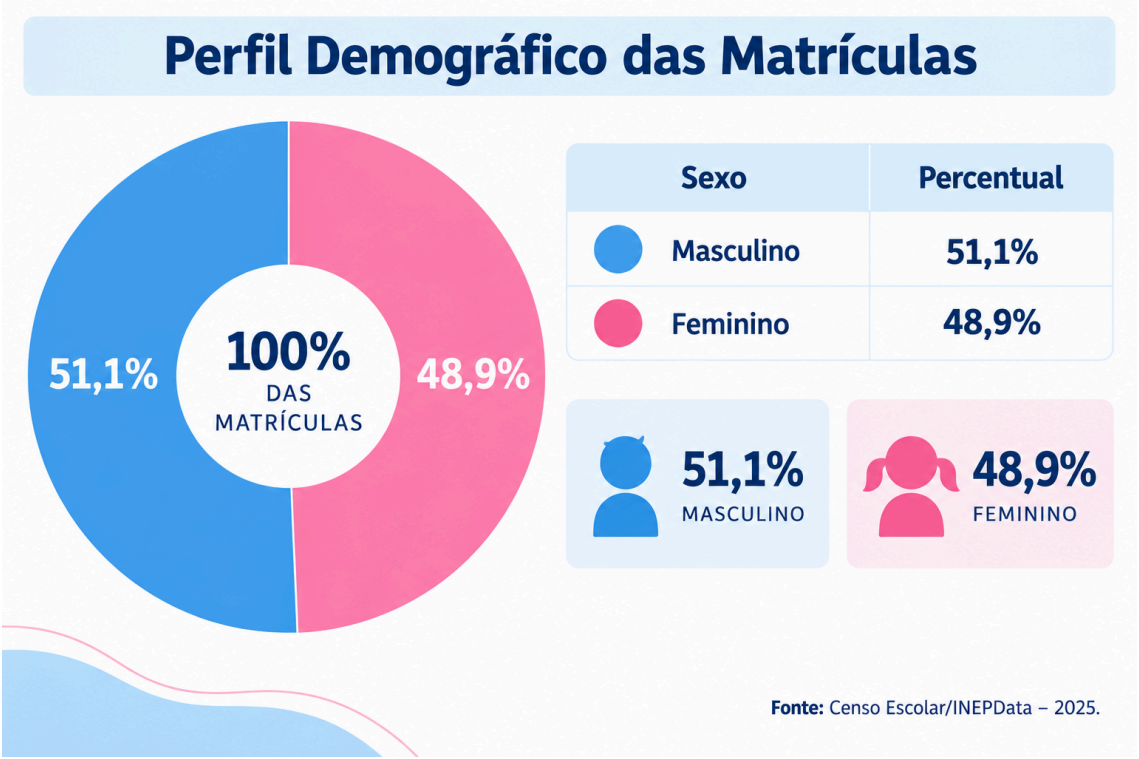


O crescimento acumulado supera 600% em relação a 2015, demonstrando ampliação do acesso e fortalecimento das políticas inclusivas.



Perfil Demográfico das Matrículas

Os dados de sexo apontam equilíbrio entre meninos e meninas matriculados na Educação Básica do município:



Esse equilíbrio também se reflete na Educação Infantil, indicando acesso democrático entre os diferentes grupos populacionais.



Os dados analisados demonstram que o município atingiu a universalização da demanda atualmente existente na Educação Infantil, não apresentando fila de espera para atendimento em creches ou pré-escolas.

A manutenção desse cenário exige planejamento contínuo, investimentos permanentes em infraestrutura, monitoramento da demanda e fortalecimento das políticas públicas voltadas à primeira infância.

QUADRO SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES – 2025

Indicador	Resultado
Matrículas totais	737
Matrículas em creche	378
Matrículas em pré-escola	359
Atendimento municipal	96,7%
Atendimento privado	3,3%
Matrículas urbanas	95,8%
Matrículas rurais	4,2%
Educação Especial	29 alunos
Inclusão em classes comuns	100%
Crescimento das matrículas (2015–2025)	+12,9%
Fila de espera	Inexistente
Universalização da pré-escola	Atendida
Atendimento da demanda manifesta	Atendido

Fonte: Censo Escolar/INEPData – 2025.

ANÁLISE CAUSAL

Embora o município apresente cenário positivo em relação ao acesso à Educação Infantil, alguns fatores estruturais exigem atenção permanente.

As oscilações demográficas observadas nos últimos anos impactam diretamente o planejamento da oferta de vagas, exigindo acompanhamento contínuo da demanda e reorganização da rede.

A distribuição territorial da população também representa desafio importante, especialmente para o atendimento das crianças residentes em áreas rurais, demandando investimentos contínuos em transporte escolar.

Outro aspecto refere-se à necessidade permanente de manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura das instituições de Educação Infantil, garantindo ambientes seguros, acessíveis e adequados ao desenvolvimento infantil.

O crescimento das matrículas da Educação Especial demanda ampliação contínua das estratégias de inclusão, acessibilidade pedagógica e apoio especializado.

A formação continuada e a valorização dos profissionais constituem fatores essenciais para assegurar práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

Por fim, o fortalecimento da articulação entre educação, saúde e assistência social permanece fundamental para assegurar proteção integral às crianças e às famílias.

CAUSAS CRÍTICAS

• Necessidade de monitoramento permanente da demanda por vagas em creches e pré-escolas.

• Dependência da rede municipal, responsável por quase 97% das matrículas da Educação Infantil.

• Desafios logísticos relacionados ao atendimento das comunidades rurais e ao transporte escolar.

• Necessidade contínua de investimentos em infraestrutura, manutenção e modernização das EMEIs.

• Crescente demanda por atendimento inclusivo e ampliação dos recursos de acessibilidade pedagógica.

• Necessidade de fortalecimento da formação continuada e valorização dos profissionais da Educação Infantil.

• Ampliação das políticas de atendimento em tempo integral conforme a demanda das famílias.

• Fortalecimento da articulação intersetorial entre Educação, Saúde e Assistência Social.

• Garantia de financiamento adequado para manutenção e qualificação da Educação Infantil.

• Aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação das metas do Plano Municipal de Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. INEPData – Painel de Matrículas da Educação Básica. Brasília, 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Educação. Indicadores Educacionais da Educação Infantil.

SOBRADINHO. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. Dados da Rede Municipal de Ensino, 2025.

2) QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

PROBLEMA

O município de Sobradinho encontra fragilidades na qualidade da Educação Infantil.

ANÁLISE DESCRITIVA

O presente diagnóstico foi elaborado a partir da aplicação de um instrumento de coleta de dados junto às escolas municipais de Educação Infantil do município de Sobradinho/RS, com o objetivo de analisar as condições de oferta e a qualidade do atendimento nas escolas municipais de Educação Infantil (EMEIS), à luz dos referenciais normativos nacionais. A coleta de dados ocorreu por meio de formulário online, elaborado na plataforma Google Formulários, no período de 18 a 22 de maio de 2026, tendo como público respondente profissionais atuantes nas instituições de Educação Infantil da rede municipal. A iniciativa fundamenta-se na compreensão de que a avaliação das condições de oferta é elemento essencial para o planejamento e a implementação de políticas públicas educacionais, em consonância com o direito à educação de qualidade assegurado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

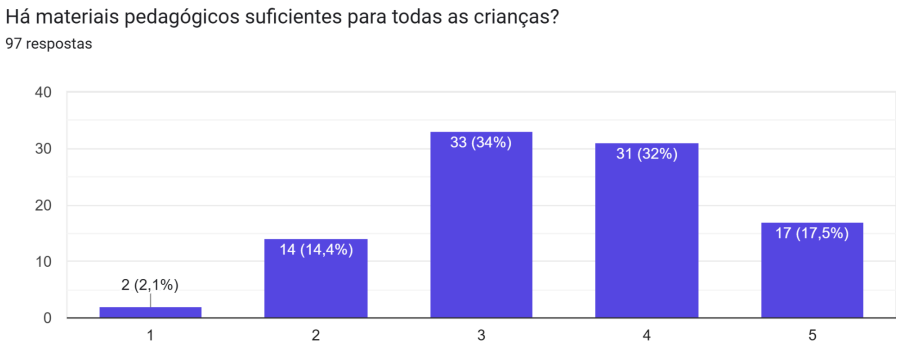
A análise da composição das equipes pedagógicas nas escolas de educação infantil de Sobradinho revela como os recursos humanos são distribuídos para atender à demanda da primeira infância. Ao cruzarmos os dados de atendimento, nota-se uma clara proporção na divisão de responsabilidades: enquanto o professor assume a regência e o direcionamento pedagógico principal da turma, o monitor atua como um suporte indispensável nas rotinas de cuidado, resultando em um ecossistema educacional onde cada profissional acompanha um grupo específico de crianças. A tabela a seguir detalha essa relação proporcional, apresentando a média exata de quantos alunos estão sob a responsabilidade direta de cada professor e de cada monitor na rede do município.

	Nº de alunos	**Nº de professores**	**Nº de monitores**
Berçário	14	1	4
Maternal A	13	1	2
Maternal B	15	1	3
Maternal C	19	1	3
Pré A	14	1	1
Pré B	16	1	1

Essa distribuição de recursos humanos reflete diretamente na dinâmica cotidiana das salas de aula, atuando tanto como um facilitador quanto como um limitador das práticas pedagógicas em Sobradinho. Afinal, a proporção de adultos por criança é o esqueleto que sustenta o planejamento escolar, determinando o tempo e a atenção que cada profissional pode dedicar aos agrupamentos e ao uso dos espaços.

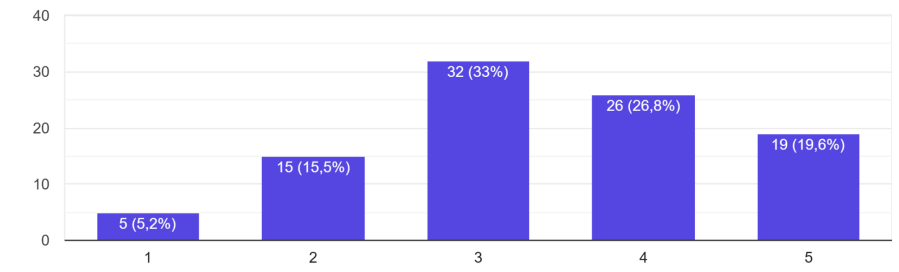
É justamente a partir desse cenário de atendimento quantitativo que se torna possível compreender o real impacto das condições de trabalho e de infraestrutura nas unidades do município. A análise dos dados coletados evidencia que, embora existam avanços significativos em aspectos pedagógicos e organizacionais, persistem fragilidades estruturais e sistêmicas que comprometem a plena garantia da qualidade da oferta na Educação Infantil. No que se refere aos materiais pedagógicos, observa-se que as instituições dispõem de recursos que são utilizados com intencionalidade pedagógica, em alinhamento ao que preconiza a Base Nacional Comum Curricular, especialmente no que diz respeito à promoção de experiências significativas e ao desenvolvimento integral das crianças. "Embora todas as unidades possuam materiais pedagógicos, conforme os dados do Censo Escolar, os profissionais apontam desafios relacionados à quantidade, renovação, diversidade e manutenção desses recursos."

Os dados coletados junto às instituições evidenciam que os materiais pedagógicos existentes são utilizados com intencionalidade pedagógica e atendem às necessidades das propostas educativas. Entretanto, os profissionais apontam a necessidade de manutenção periódica, renovação, ampliação da diversidade e reposição de alguns recursos, visando qualificar continuamente as experiências de aprendizagem oferecidas às crianças. Essa percepção complementa os indicadores do Censo Escolar, que apontam a existência desses recursos em todas as unidades, evidenciando que os desafios concentram-se na atualização e qualificação dos materiais disponíveis.



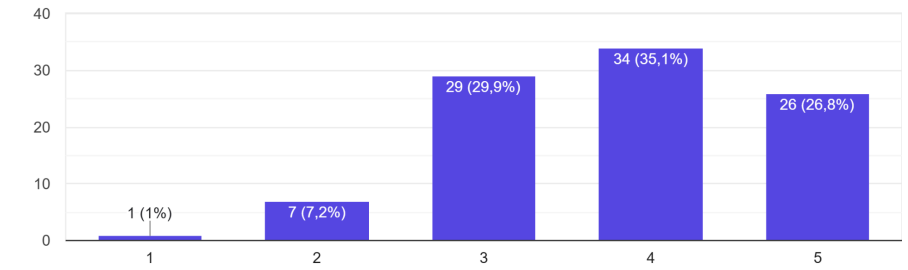
Há diversidade de materiais (livros, brinquedos, jogos, sensoriais)?

97 respostas



Os materiais são adequados às faixas etárias atendidas?

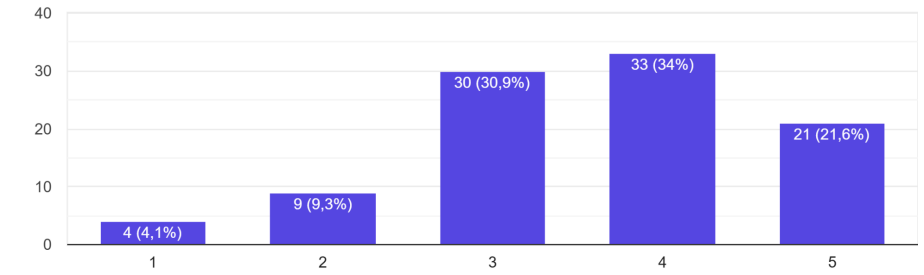
97 respostas



Em relação à infraestrutura, observa-se que as unidades apresentam condições adequadas de funcionamento, assegurando ambientes seguros, higienizados e organizados. O diagnóstico institucional evidencia, contudo, oportunidades de aprimoramento relacionadas à manutenção preventiva, qualificação de alguns ambientes e ampliação de espaços destinados ao brincar, às experiências ao ar livre e à leitura, fortalecendo ainda mais a qualidade dos espaços educativos.

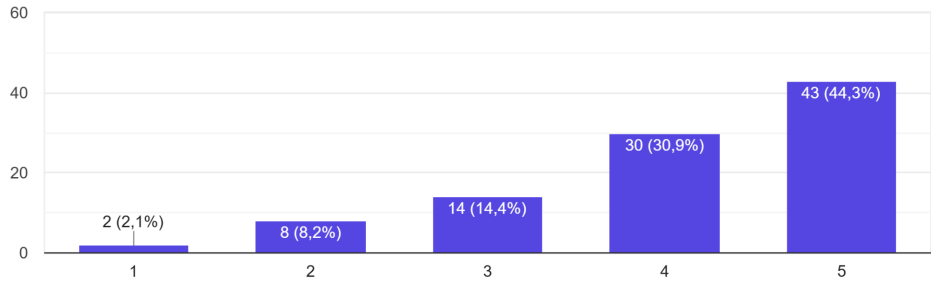
A escola possui salas adequadas para as atividades?

97 respostas



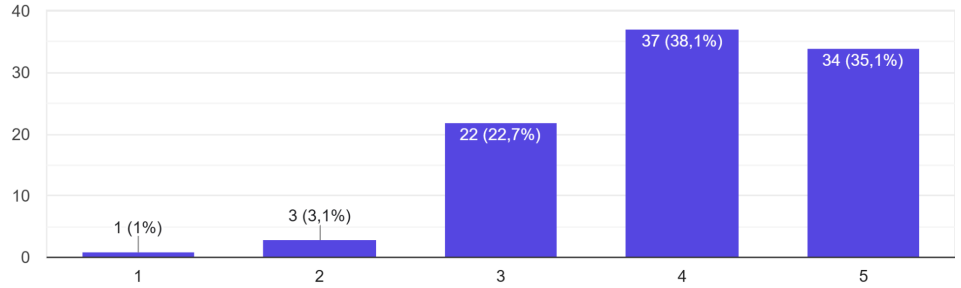
Há espaços externos adequados (pátio/parque)?

97 respostas



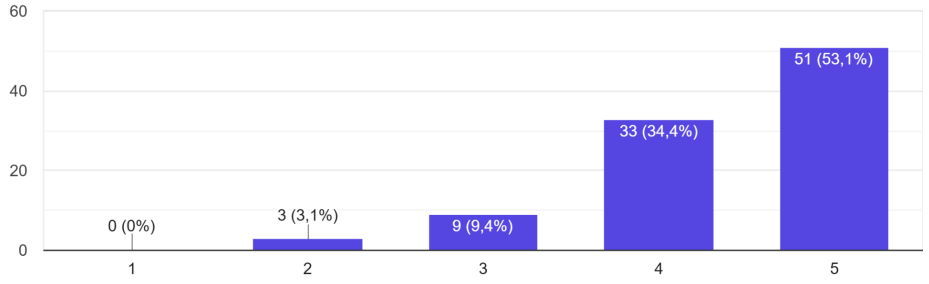
Os espaços são seguros para as crianças?

97 respostas



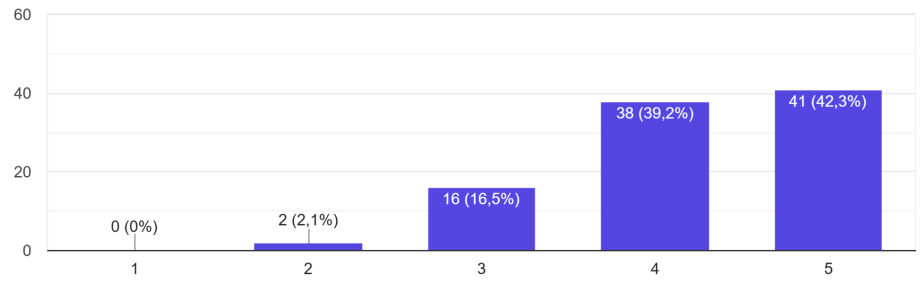
Os banheiros são adequados para a faixa etária?

96 respostas



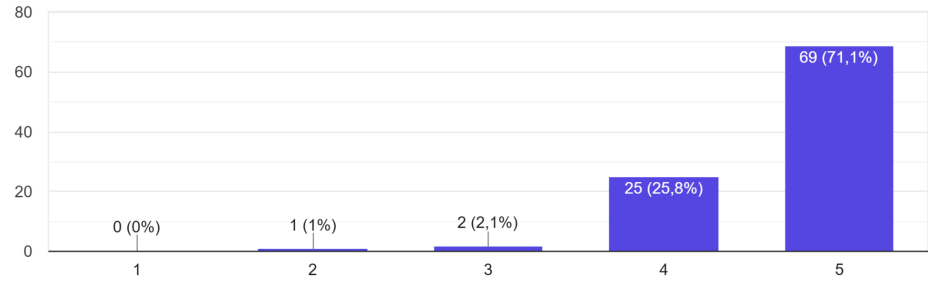
As condições de higiene são adequadas?

97 respostas



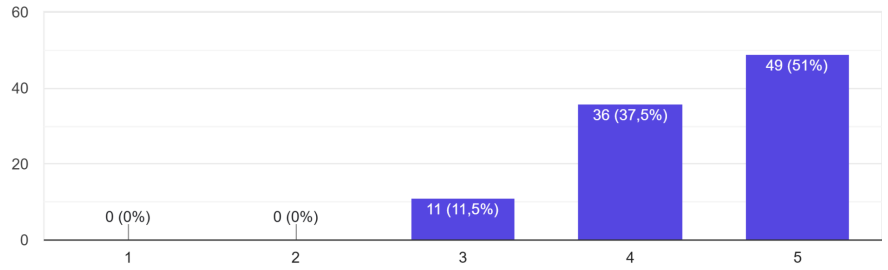
Há acesso a água potável?

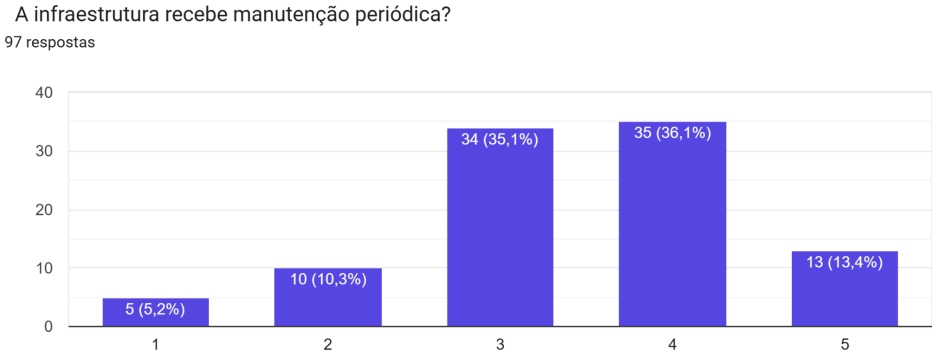
97 respostas



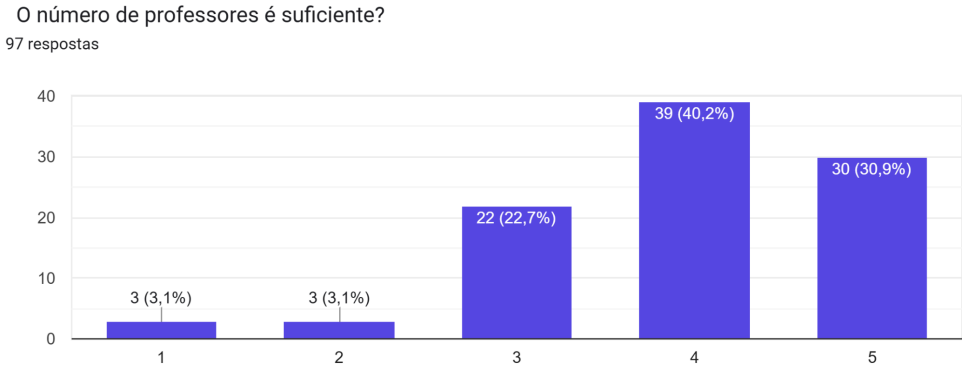
Os espaços são utilizados regularmente pelas crianças?

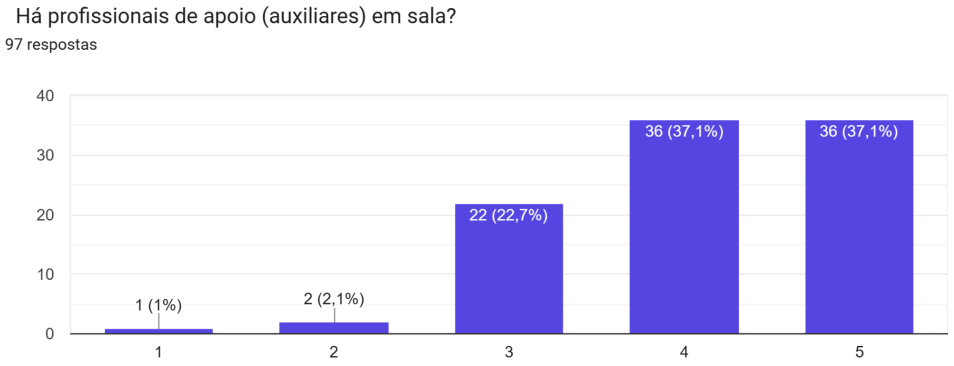
96 respostas





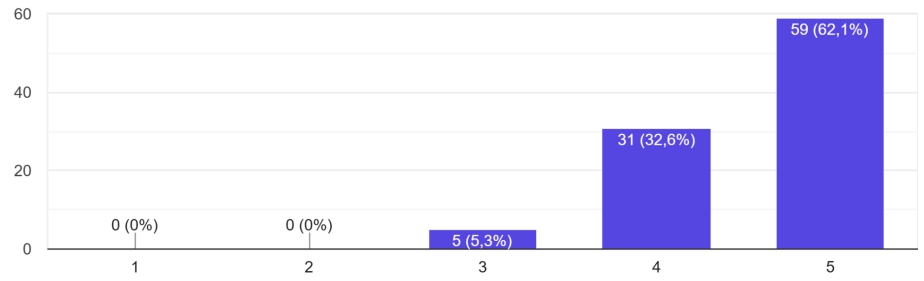
No eixo dos profissionais da educação, destaca-se a qualificação da equipe, evidenciada pela formação inicial e continuada ofertada pela rede municipal. Os dados também indicam a importância do acompanhamento permanente da composição das equipes, considerando a organização dos agrupamentos, a relação entre crianças e profissionais e as necessidades específicas de cada unidade escolar. Esse planejamento contínuo contribui para fortalecer as condições de atendimento e ampliar as possibilidades de acompanhamento individualizado das crianças.





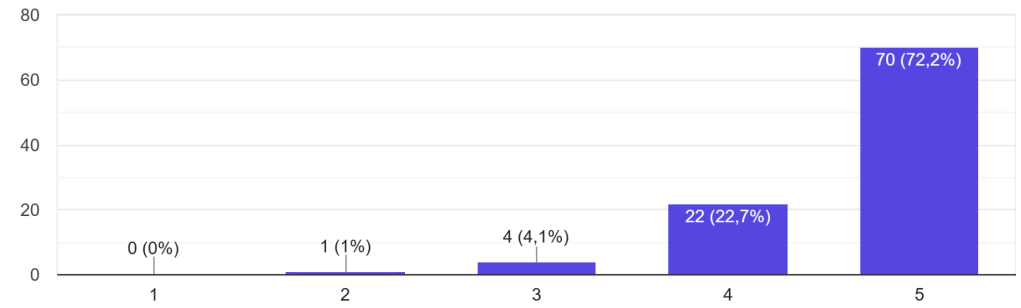
Os professores possuem formação adequada?

95 respostas



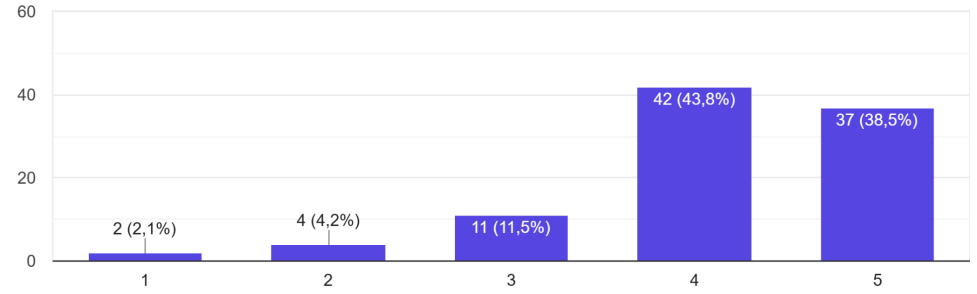
Os profissionais participam de formação continuada?

97 respostas



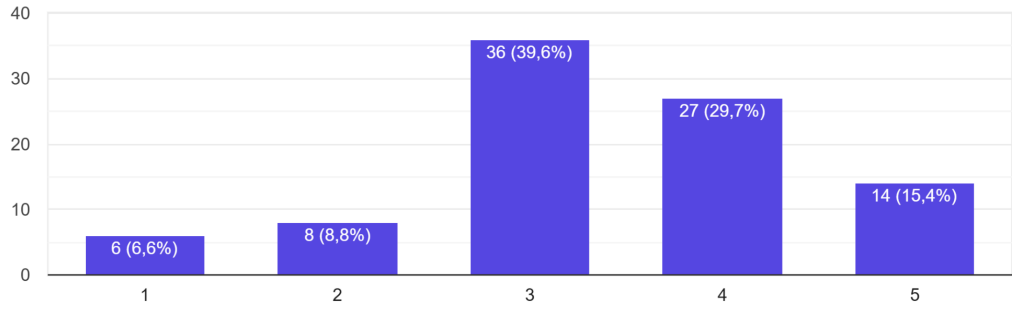
A proporção adulto/criança é adequada?

96 respostas



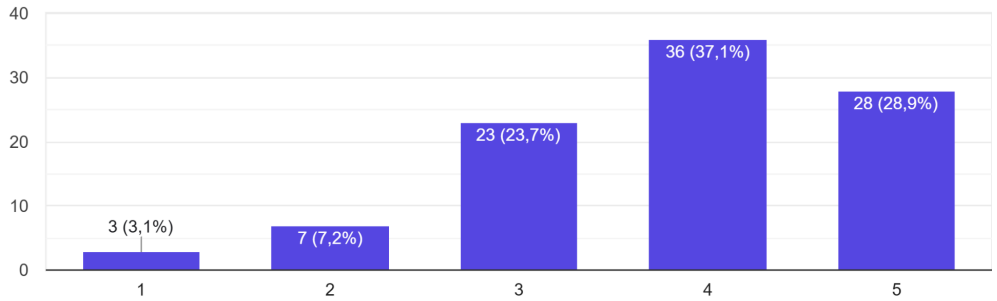
Há sobrecarga de trabalho docente?

91 respostas



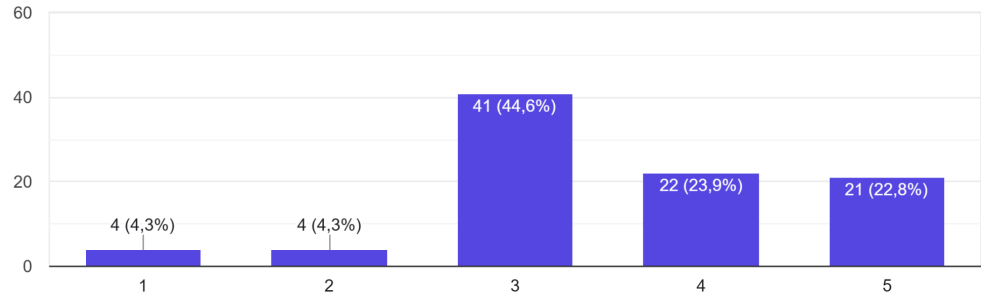
Há planejamento coletivo entre os professores?

97 respostas

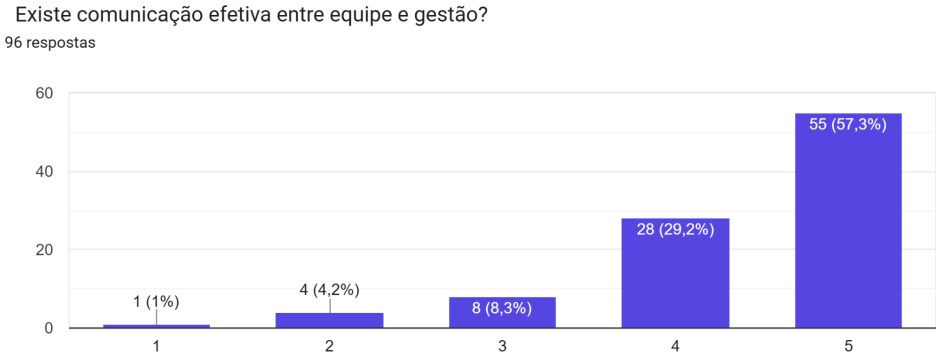


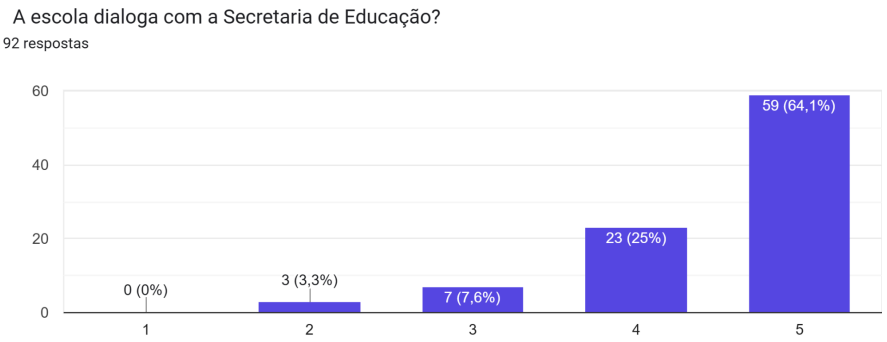
A falta de profissionais impacta o atendimento?

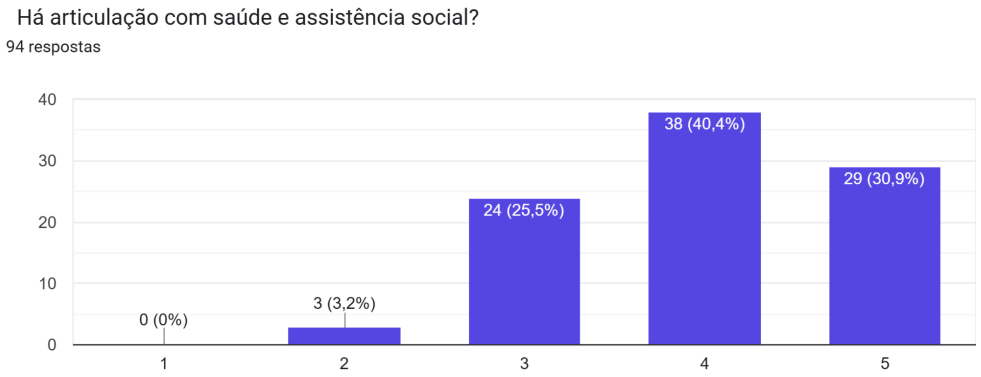
92 respostas



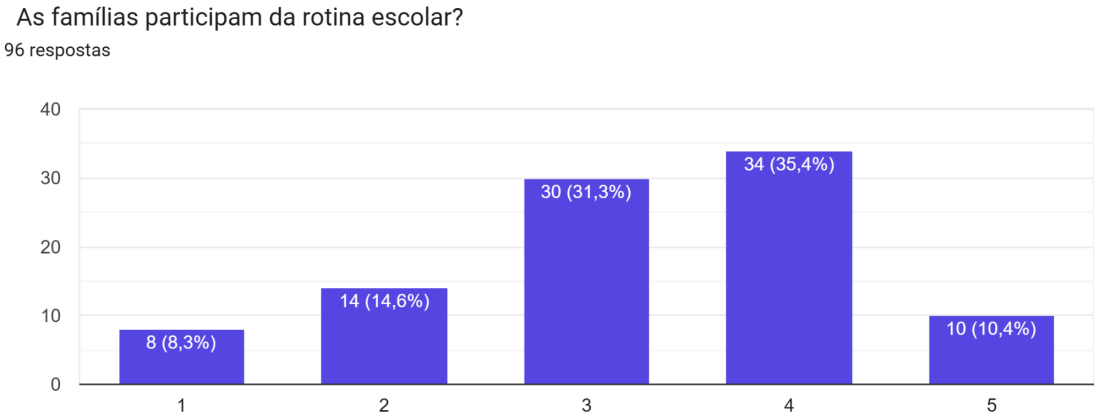
No que se refere à gestão institucional, observa-se a existência de canais permanentes de comunicação entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação. O diagnóstico evidencia, entretanto, oportunidades para ampliar a articulação intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social e demais serviços da rede de proteção, fortalecendo ações integradas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.



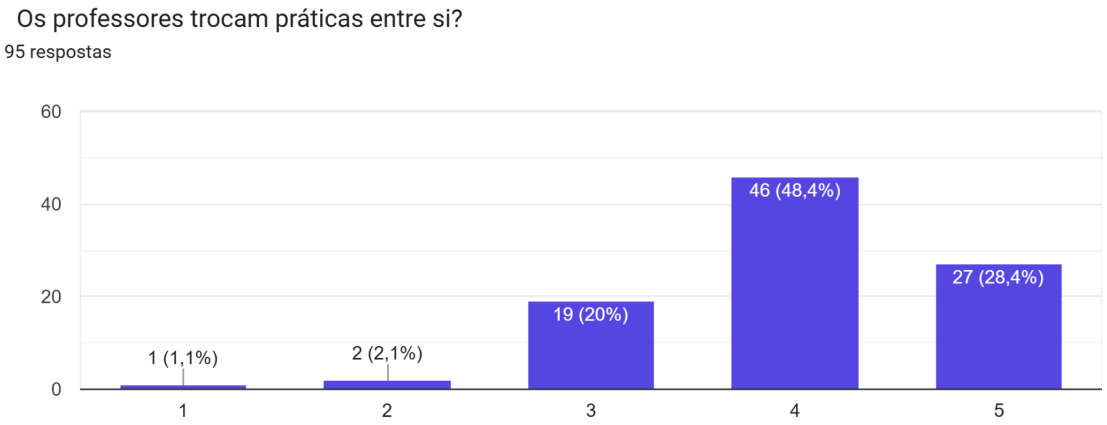




Em relação à participação das famílias, o diagnóstico evidencia a necessidade de ampliar estratégias permanentes de aproximação, diálogo e corresponsabilidade entre escola e comunidade. Embora existam iniciativas de integração, observa-se potencial para fortalecer a participação familiar nas ações pedagógicas e no acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

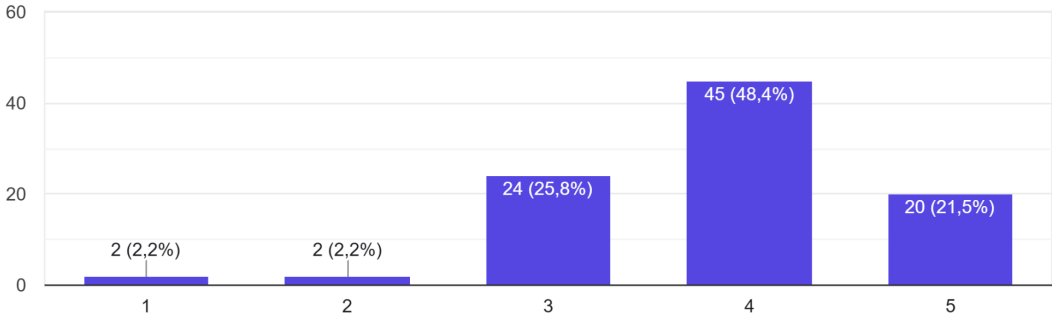


Por outro lado, o eixo das práticas pedagógicas apresenta resultados positivos, com destaque para a intencionalidade do planejamento, a qualidade das interações e a integração entre o cuidar e educar, evidenciando alinhamento com os princípios da Educação Infantil estabelecidos pela BNCC, especialmente no que se refere aos direitos de aprendizagem e aos campos de experiência. Esses dados indicam que, mesmo diante de limitações estruturais, há um esforço significativo dos profissionais em garantir práticas pedagógicas qualificadas.



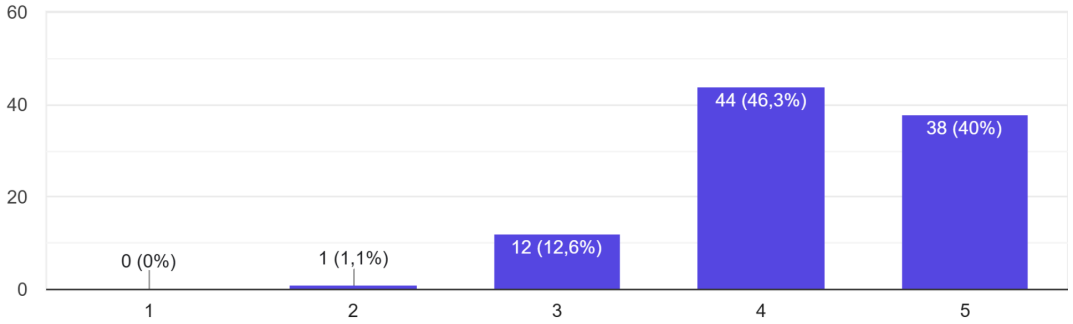
Há trabalho integrado entre os setores?

93 respostas



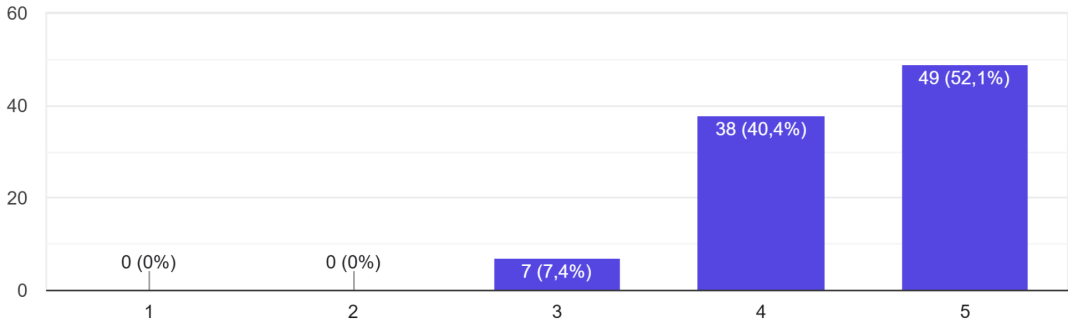
O cuidar e o educar são trabalhados de forma integrada?

95 respostas



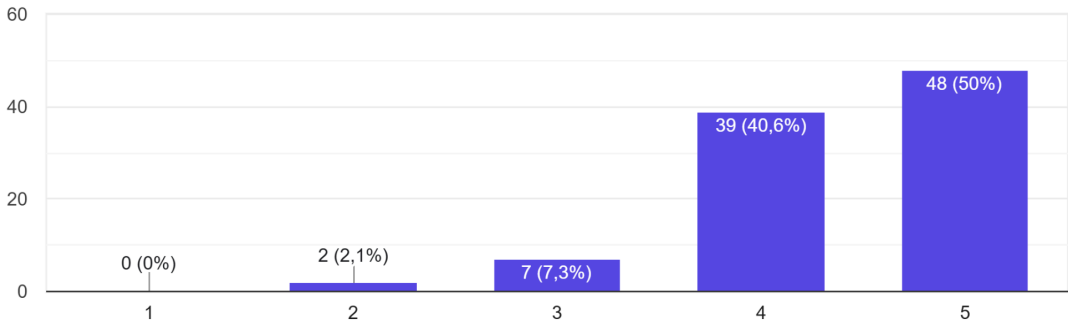
Há intencionalidade pedagógica nas atividades?

94 respostas



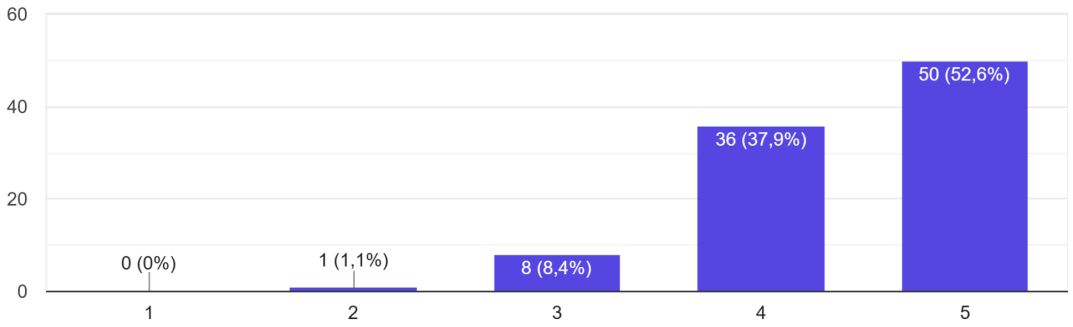
As interações professor-criança são de qualidade?

96 respostas



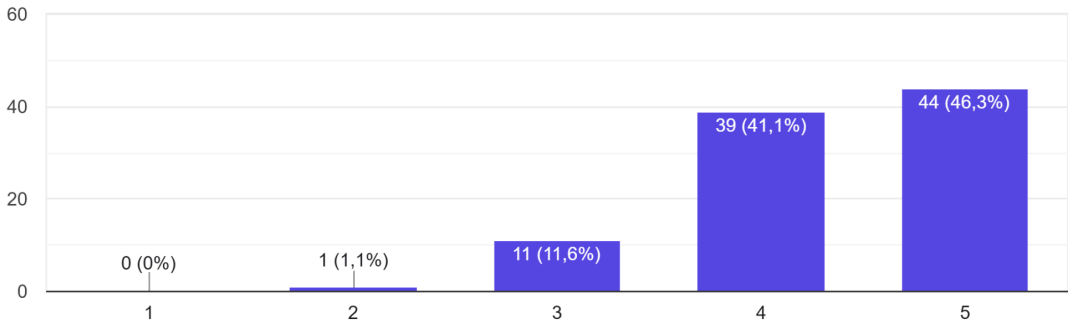
O planejamento considera as necessidades das crianças?

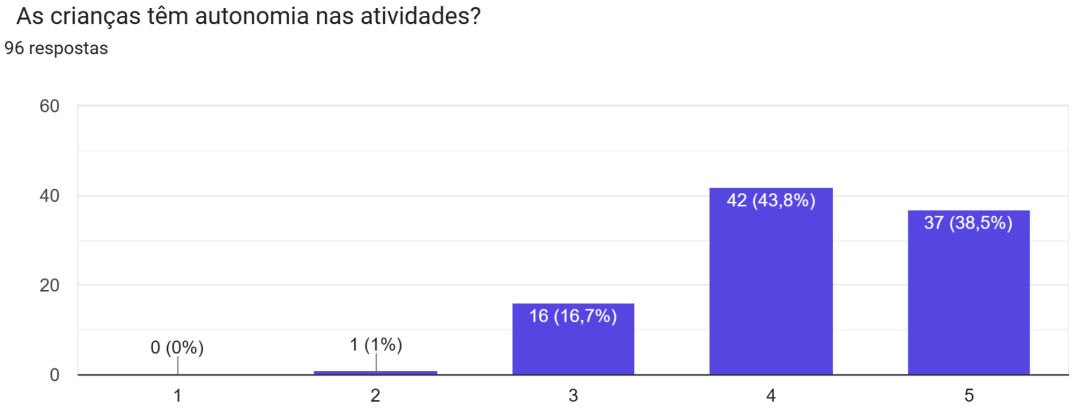
95 respostas

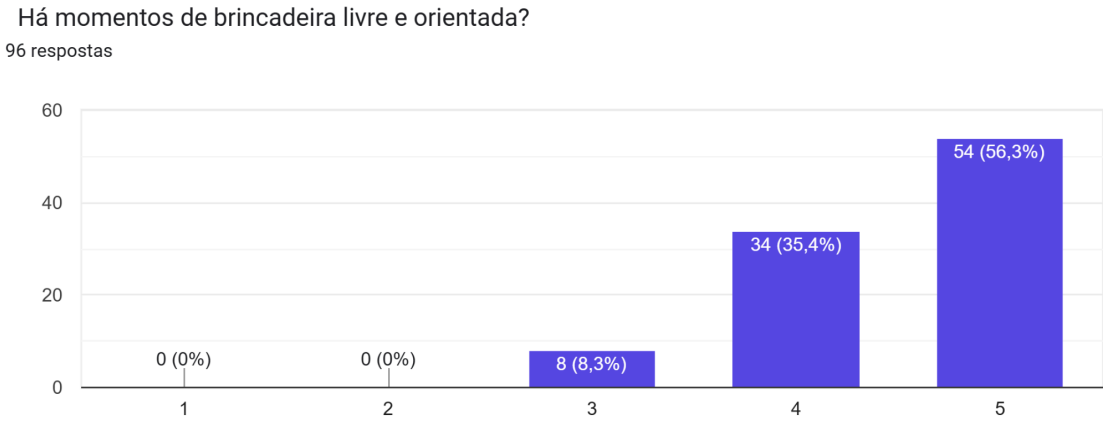


Há registro do desenvolvimento das crianças?

95 respostas







Dessa forma, os dados evidenciam que o município apresenta avanços significativos na oferta da Educação Infantil, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas, à formação dos profissionais e às condições básicas de atendimento. Contudo, permanecem desafios relacionados à ampliação e qualificação de alguns espaços educativos, ao fortalecimento do quadro de profissionais, à participação das famílias e à articulação intersetorial.

A análise dos dados institucionais demonstra que a Educação Infantil do município de Sobradinho apresenta importantes potencialidades relacionadas às práticas pedagógicas, à qualificação dos profissionais, à organização da rede e às condições básicas de atendimento. Ao mesmo tempo, o diagnóstico evidencia oportunidades de aperfeiçoamento contínuo, especialmente quanto à manutenção e renovação de recursos pedagógicos, à qualificação de alguns espaços educativos, ao acompanhamento da composição das equipes, ao fortalecimento da participação das famílias, à ampliação da articulação intersetorial e à consolidação de processos permanentes de avaliação institucional. Esses aspectos representam campos estratégicos para o aprimoramento contínuo da qualidade da Educação Infantil, em consonância com os indicadores oficiais, os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil e o diagnóstico realizado junto às escolas da rede municipal.

A análise da qualidade da Educação Infantil no município de Sobradinho foi realizada com base em indicadores educacionais oficiais, dados do Censo Escolar disponibilizados pelo QEdu e informações complementares da rede municipal de ensino. O diagnóstico busca compreender as condições de acesso, permanência, infraestrutura, recursos pedagógicos, gestão e organização da oferta educacional, considerando os parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, e pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil.

A partir da análise dos dados, é possível identificar avanços importantes alcançados pelo município na garantia do direito à educação das crianças, bem como desafios que ainda demandam atenção e investimentos. O estudo permite evidenciar potencialidades da rede municipal e apontar aspectos que necessitam de aperfeiçoamento, subsidiando o planejamento de políticas públicas e a definição de estratégias voltadas ao fortalecimento da qualidade da Educação Infantil, assegurando o desenvolvimento integral das crianças e a efetivação dos direitos de aprendizagem previstos para essa etapa da Educação Básica.

Figura 1 – Indicadores da Educação Infantil – Sobradinho/RS



Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

Segundo o indicador apresentado pelo QEdu, 57% das crianças de 0 a 3 anos do município estão matriculadas na Educação Infantil. O dado evidencia a existência de atendimento significativo nessa faixa etária, ao mesmo tempo em que sinaliza a necessidade de acompanhamento da demanda por vagas e de planejamento da expansão da oferta em creche, considerando as necessidades das famílias e as diretrizes estabelecidas para a Educação Infantil. Esse percentual reforça o compromisso do município com a ampliação do atendimento às crianças pequenas, garantindo oportunidades de aprendizagem, cuidado e desenvolvimento desde os primeiros anos de vida. Embora o índice represente um resultado positivo, ele também aponta para a importância de manter ações que ampliem ainda mais o acesso à Educação Infantil, assegurando que um número cada vez maior de crianças possa usufruir de um ensino de qualidade, promovendo seu desenvolvimento integral e fortalecendo o direito à educação desde a primeira infância.



Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

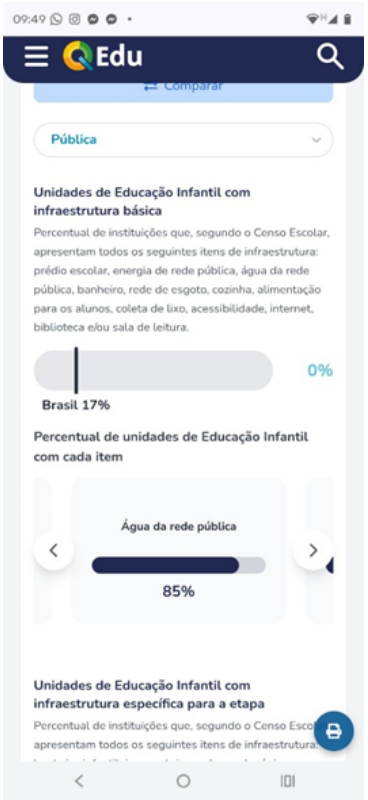
Os dados demonstram um resultado muito positivo para o município na Educação Infantil. O indicador aponta que 100% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na Educação Infantil, atingindo a meta de universalização do acesso nessa faixa etária. Esse resultado evidencia o compromisso da Rede Municipal de Educação em garantir o direito à educação, promovendo inclusão, acesso e permanência das crianças na escola desde os primeiros anos de vida. É um importante avanço que reflete o trabalho conjunto entre a Secretaria Municipal de Educação, as escolas e as famílias, assegurando oportunidades de desenvolvimento integral para todas as crianças.

Figura 2 – Indicadores de Infraestrutura das Unidades de Educação Infantil – Sobradinho/RS

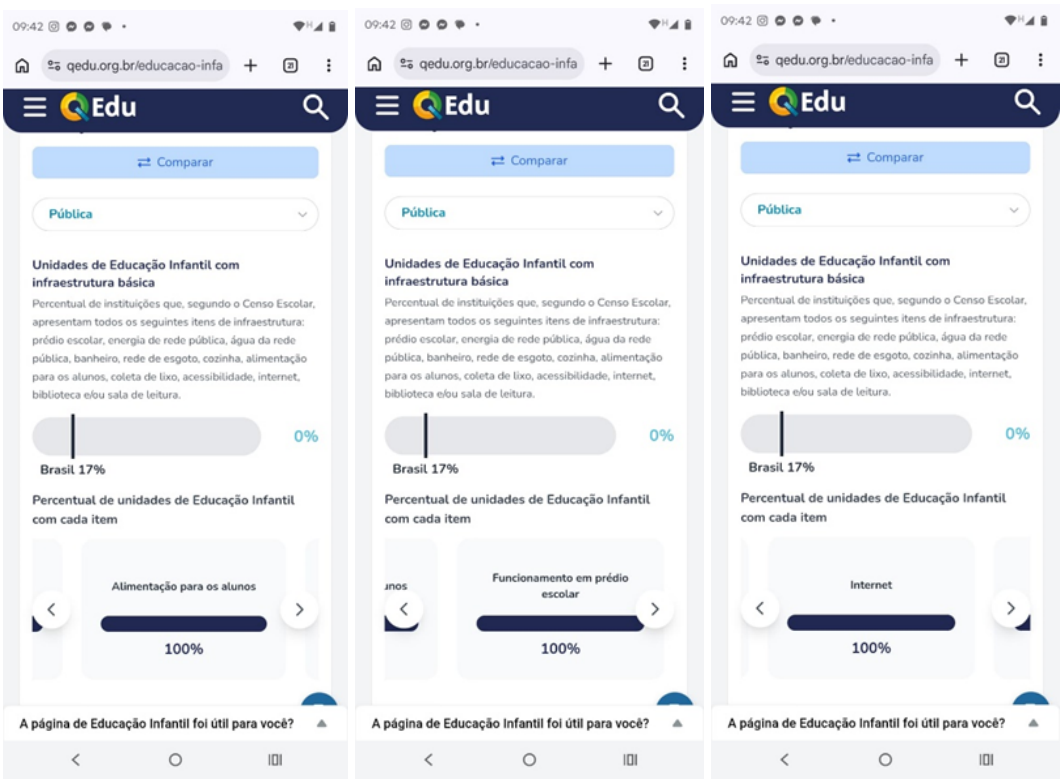
Percentual de unidades de Educação Infantil para cada item







Os indicadores de infraestrutura da Educação Infantil do município de Sobradinho evidenciam condições satisfatórias de funcionamento das unidades escolares, com resultados positivos em aspectos essenciais como funcionamento em prédio escolar, oferta de alimentação, acesso à internet, energia elétrica, cozinha, banheiros, acessibilidade, rede de esgoto e coleta de lixo, todos com índices elevados ou integrais. Além disso, destacam-se 85% das unidades com acesso à água da rede pública e 62% com biblioteca ou sala de leitura. No que se refere à infraestrutura específica para a Educação Infantil, o município apresenta índice de adequação superior à média nacional, evidenciando avanços na organização dos espaços educativos. Contudo, o diagnóstico também aponta oportunidades de aprimoramento, especialmente na ampliação de áreas verdes, parques infantis, espaços de leitura e demais ambientes destinados ao brincar e às experiências das crianças. Esses resultados reforçam a importância da continuidade dos investimentos em infraestrutura e da qualificação permanente dos espaços escolares, assegurando ambientes cada vez mais acolhedores, seguros e adequados ao desenvolvimento integral das crianças.



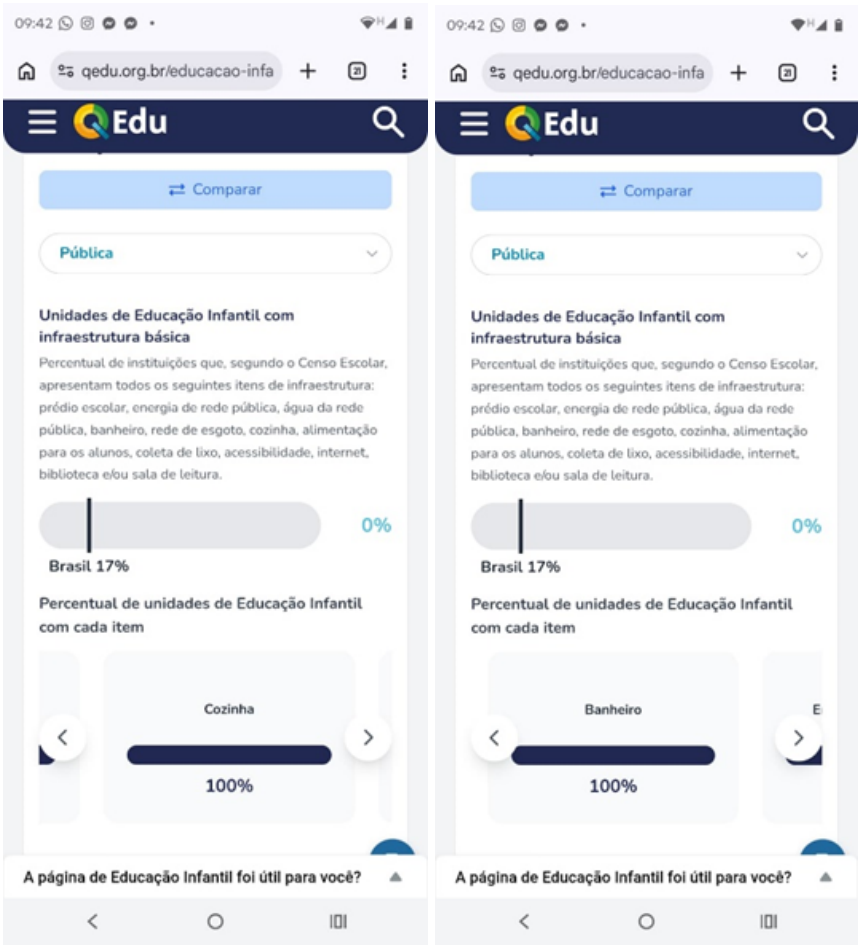
Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

Observa-se que os indicadores relacionados à infraestrutura educacional apresentam resultados positivos nos aspectos analisados. Em relação ao funcionamento em prédio escolar, o percentual de atendimento é de 100%, demonstrando que todas as unidades de Educação Infantil do município funcionam em espaços escolares, contribuindo para melhores condições de segurança, atendimento e desenvolvimento das atividades pedagógicas.

No que se refere à alimentação escolar, o indicador também alcança 100%, evidenciando que todas as unidades oferecem alimentação às crianças. Esse resultado é fundamental para promover o bem-estar, a permanência e o desenvolvimento saudável das crianças, especialmente na primeira infância, etapa em que os cuidados com alimentação e nutrição assumem papel essencial.

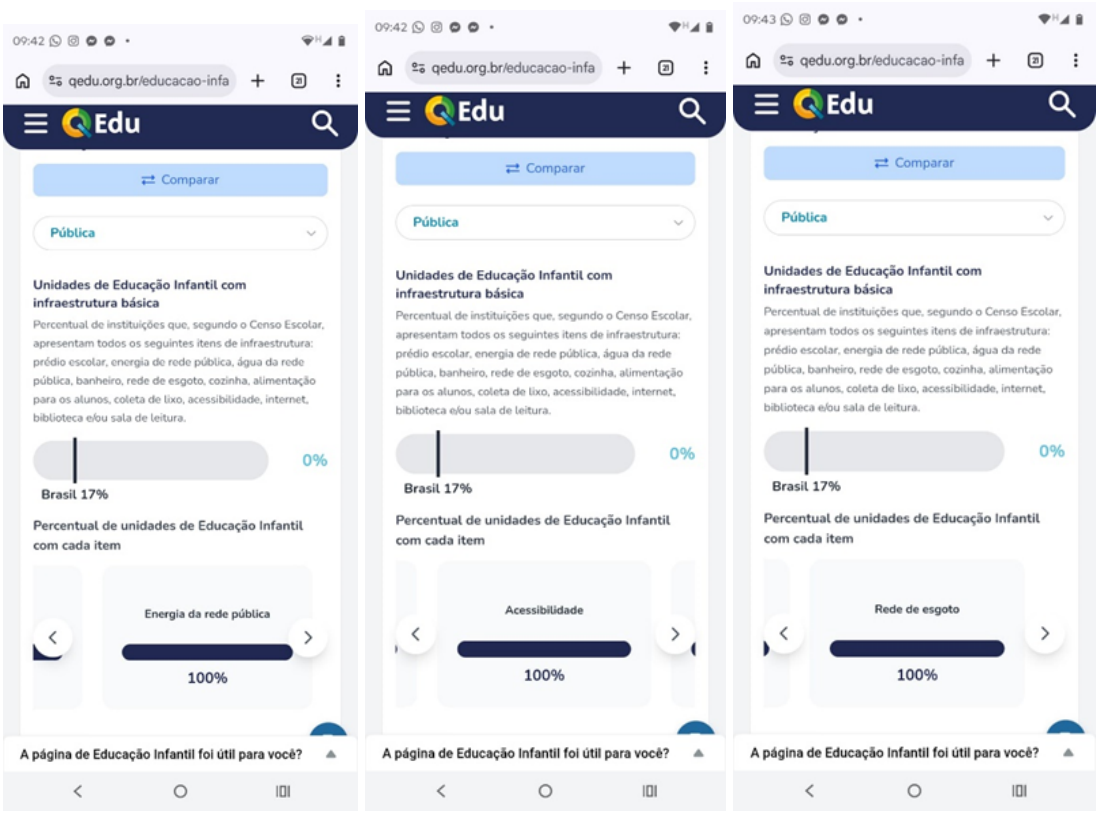
Quanto ao acesso à internet, o percentual registrado é igualmente de 100%, indicando que todas as unidades de Educação Infantil dispõem desse recurso. A conectividade amplia as possibilidades de acesso a informações e recursos pedagógicos, favorece o planejamento dos profissionais e contribui para a inserção das tecnologias digitais no cotidiano escolar.

Dessa forma, os dados evidenciam que o município de Sobradinho apresenta cobertura integral nos indicadores referentes ao funcionamento em prédio escolar, à oferta de alimentação escolar e ao acesso à internet nas unidades de Educação Infantil. Esses resultados representam avanços importantes na infraestrutura educacional e constituem uma base favorável para a continuidade das ações de manutenção, qualificação dos espaços e aprimoramento da qualidade da Educação Infantil, em consonância com as metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação.



Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

Os indicadores de cozinha e banheiro apresentam 100% de atendimento nas unidades de Educação Infantil de Sobradinho, garantindo condições adequadas para alimentação, higiene, conforto e segurança das crianças. Esses resultados demonstram avanços na infraestrutura básica e contribuem para uma Educação Infantil de qualidade, favorecendo o **c**uidado e o desenvolvimento integral das crianças.

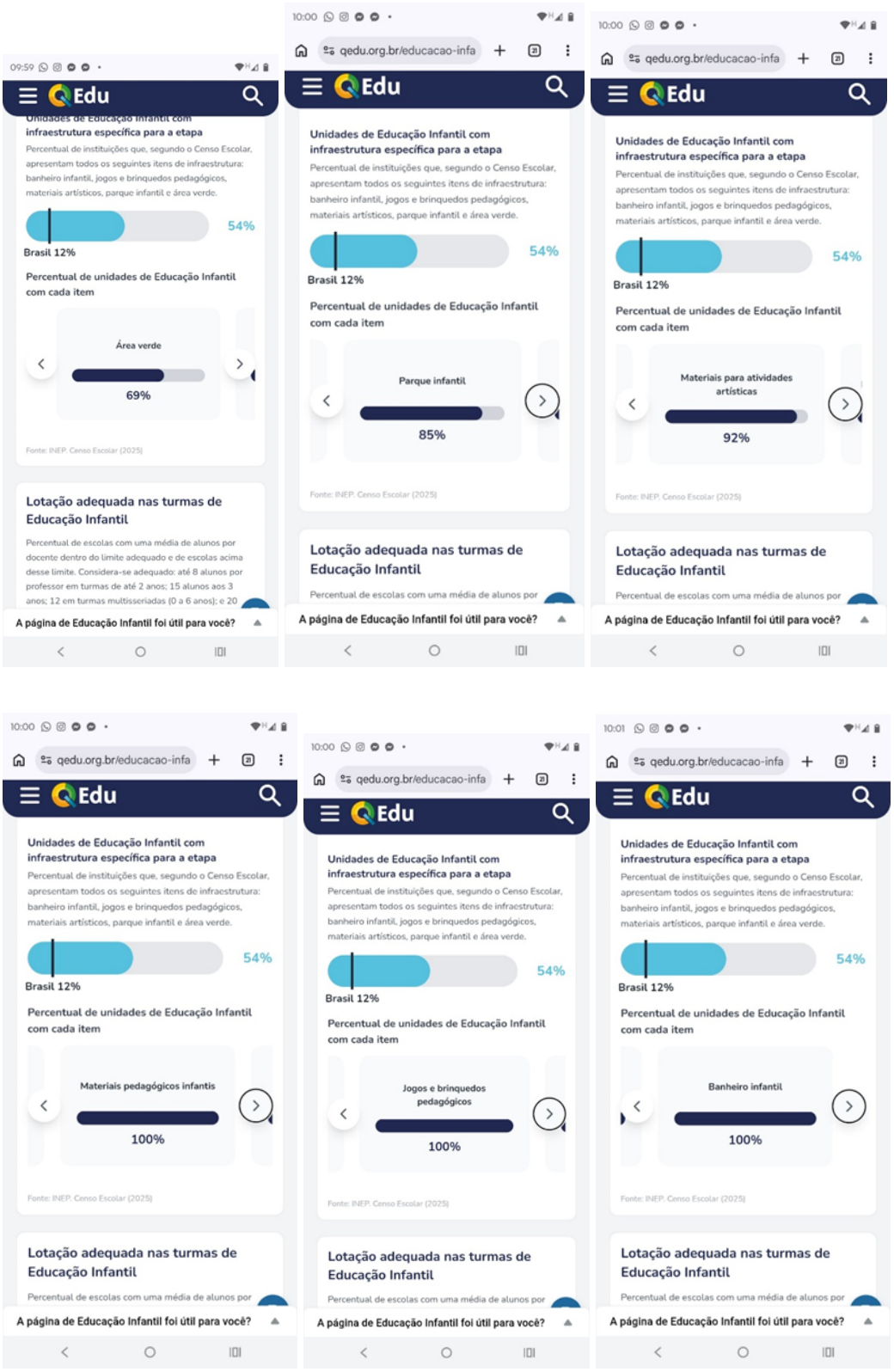


Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

Os indicadores de energia da rede pública, acessibilidade e rede de esgoto apresentam 100% de atendimento nas unidades de Educação Infantil de Sobradinho. Esses resultados demonstram infraestrutura adequada, garantindo segurança, acessibilidade, higiene, saúde e inclusão. Os dados evidenciam avanços importantes nas políticas educacionais e contribuem para o desenvolvimento integral e o bem-estar das crianças.

Unidades de educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa

Percentual de unidades de educação infantil para cada item



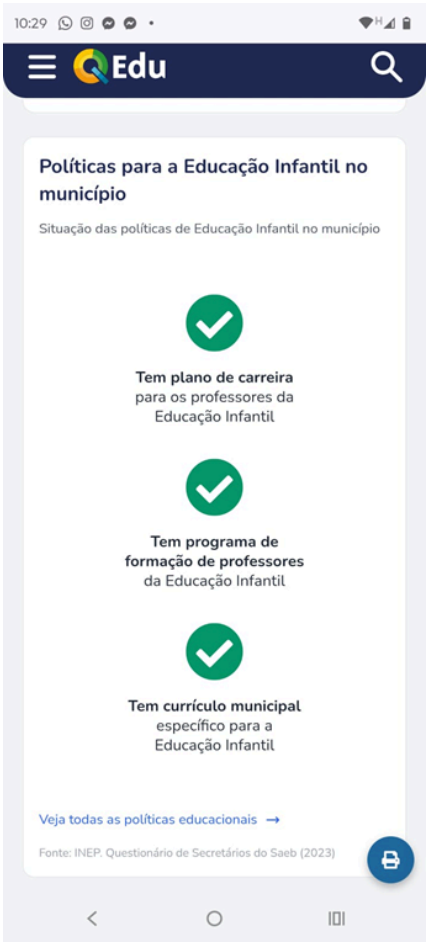
Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

O município de Sobradinho apresenta indicadores positivos de infraestrutura e recursos pedagógicos na Educação Infantil. Destacam-se 100% de atendimento em materiais pedagógicos, jogos e brinquedos pedagógicos e banheiros infantis, além de 92% das unidades com materiais para atividades artísticas, 85% com parque infantil e 69% com área verde. Esses recursos favorecem o brincar, a criatividade, a autonomia, a socialização e o desenvolvimento integral das crianças. Apesar dos resultados positivos, os dados apontam a necessidade de ampliar áreas verdes e parques infantis, garantindo espaços cada vez mais completos, acolhedores e adequados às necessidades da primeira infância.



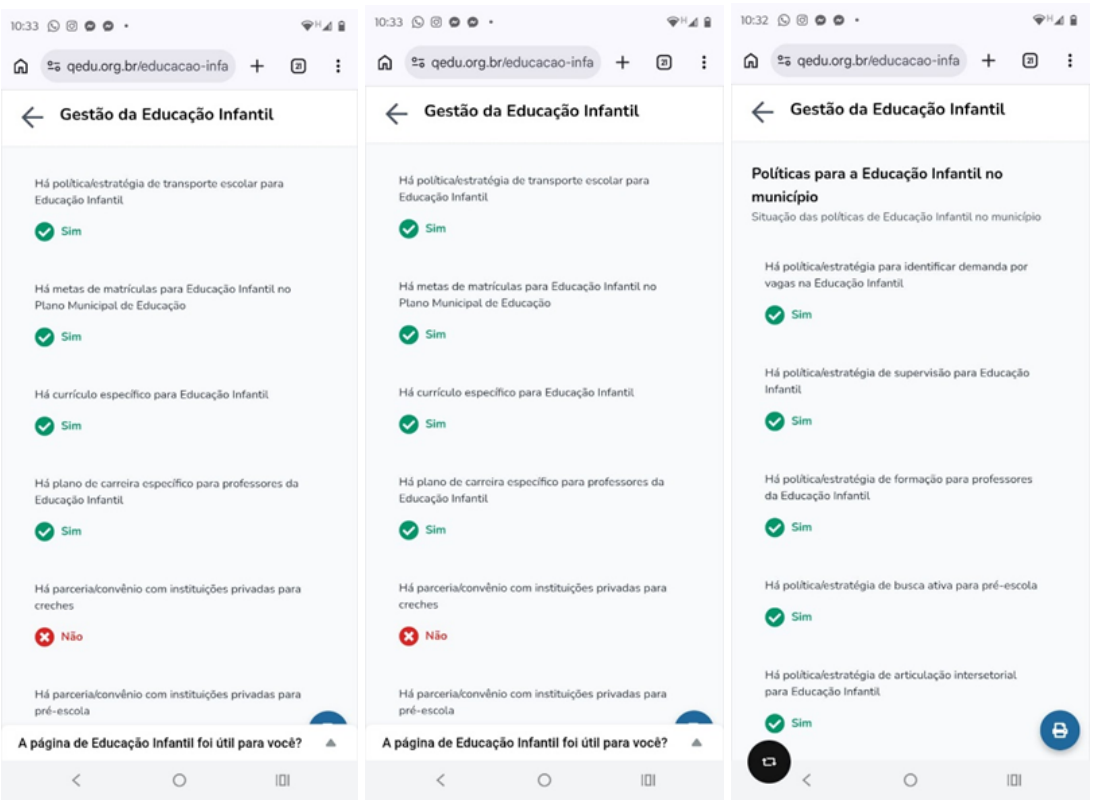
Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

Os dados do QEdu indicam que 83% das escolas de Educação Infantil de Sobradinho/RS apresentam uma relação adequada entre o número de crianças e docentes, favorecendo o acompanhamento e o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Já 17% estão acima do parâmetro recomendado, apontando a necessidade de monitoramento e planejamento da rede para garantir melhores condições de atendimento e qualidade na Educação Infantil.



Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

O município de Sobradinho/RS apresenta situação regularizada nos principais aspectos da gestão da Educação Infantil, atendendo aos três critérios avaliados: plano de carreira para docentes, formação continuada dos professores e currículo municipal específico homologado para essa etapa. Esses resultados demonstram avanços na organização e qualificação da política educacional da primeira infância.



Fonte: QEdu. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

O município de Sobradinho - RS apresenta um modelo estruturado, autônomo e plenamente regularizado no atendimento à primeira infância. A gestão cumpre com excelência as diretrizes estratégicas, pedagógicas e operacionais avaliadas, demonstrando forte compromisso com a qualidade do ensino público. O panorama educacional local organiza-se em quatro pilares fundamentais:

Planejamento e Acesso: A rede conta com estratégias consolidadas para mapear e identificar a demanda real por vagas. O Plano Municipal de Educação fixa metas claras de matrículas, respaldadas por uma política ativa de busca ativa na pré-escola e garantia de transporte escolar específico para essa faixa etária.

Fortalecimento Docente e Pedagógico: A qualidade em sala de aula é assegurada por um currículo municipal unificado e específico para a Educação Infantil. Além disso, os professores contam com um plano de carreira estruturado para sua valorização e participam de programas contínuos de formação e capacitação.

Monitoramento e Integração: O município mantém uma política rigorosa de supervisão das unidades escolares. O trabalho é fortalecido por meio da articulação intersetorial, integrando a educação a outras pastas municipais para garantir o desenvolvimento integral da criança.

Autossuficiência Pública: O atendimento em creches é realizado de forma autônoma pela administração pública, sem a necessidade de estabelecimento de parcerias ou convênios com instituições privadas.



A análise dos dados referentes ao atendimento educacional no município demonstra a importância do acompanhamento permanente do acesso e da permanência das crianças nas instituições de ensino. Conforme dados do IBGE e do INEP (2020), verifica-se que, do total de 537 crianças nascidas nos anos de 2003, 2004 e 2005, 23 crianças encontram-se fora da escola, evidenciando a necessidade de fortalecer as ações de identificação, acompanhamento e garantia do direito à educação.

Embora a maioria das crianças esteja inserida no sistema educacional, a existência de crianças fora da escola aponta para a importância da realização de ações de busca ativa escolar, bem como da articulação entre Educação, Saúde, Assistência Social e demais órgãos da rede de proteção, visando compreender os motivos da ausência escolar e promover estratégias que assegurem o acesso e a inclusão de todas as crianças.

O monitoramento desses indicadores contribui para o planejamento das políticas públicas educacionais, possibilitando o desenvolvimento de ações voltadas à universalização do atendimento na Educação Infantil e à garantia de uma educação de qualidade, conforme estabelecido nas legislações educacionais vigentes.

Os dados analisados demonstram que Sobradinho apresenta avanços significativos na Educação Infantil, com universalização da pré-escola, infraestrutura básica adequada, acessibilidade, alimentação escolar, recursos pedagógicos, formação continuada, plano de carreira e currículo municipal homologado. Apesar dessas potencialidades, permanecem desafios relacionados à qualificação de espaços, fortalecimento do quadro de profissionais, participação das famílias e articulação intersetorial. O enfrentamento desses aspectos contribuirá para uma Educação Infantil cada vez mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados obtidos por meio do diagnóstico institucional das Escolas Municipais de Educação Infantil e dos indicadores disponibilizados pelo QEdu evidencia que o município de Sobradinho apresenta avanços significativos na garantia do direito à Educação Infantil, com uma rede organizada e estruturada em diferentes dimensões relacionadas ao acesso, à infraestrutura, aos recursos pedagógicos, à formação dos profissionais e aos processos de gestão educacional.

Os resultados demonstram importantes conquistas, especialmente no atendimento universalizado das crianças de 4 e 5 anos, na existência de políticas de valorização profissional, na oferta de formação continuada, na implementação de currículo municipal homologado, na disponibilidade de materiais pedagógicos e brinquedos educativos, bem como nas condições básicas de funcionamento das unidades escolares. Esses indicadores evidenciam o compromisso da gestão municipal e dos profissionais da educação com a promoção do desenvolvimento integral das crianças, constituindo uma base sólida para o fortalecimento contínuo das políticas públicas voltadas à primeira infância. “Tais avanços estão alinhados às diretrizes e aos objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à Educação Infantil, à universalização da pré-escola e à garantia da qualidade e equidade da oferta educacional.”

Embora os indicadores revelem resultados positivos, a análise identifica aspectos que demandam acompanhamento permanente, planejamento e investimentos contínuos, com o objetivo de ampliar e qualificar ainda mais a oferta educacional, garantindo condições cada vez mais adequadas, inclusivas e equitativas entre as unidades da rede municipal.

No que se refere ao acesso, o município alcançou a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, demonstrando avanços importantes na efetivação do direito à educação nessa faixa etária. Em relação ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos, identifica-se a necessidade de planejamento para ampliação progressiva da oferta de vagas, considerando a demanda existente e as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Para isso, torna-se fundamental fortalecer as estratégias de acompanhamento da demanda, organização da rede e planejamento da expansão do atendimento em creche, visando à ampliação do acesso e à garantia da qualidade e equidade da Educação Infantil.

No campo da infraestrutura, os dados demonstram que as unidades apresentam condições adequadas de funcionamento, com indicadores positivos em itens essenciais como alimentação escolar, acessibilidade, energia elétrica, rede de esgoto, cozinha, banheiros, acesso à internet e disponibilidade de recursos pedagógicos. Entretanto, identificam-se oportunidades de aprimoramento dos espaços específicos destinados às experiências da infância, especialmente quanto à ampliação de áreas verdes, parques infantis, espaços de leitura e ambientes que favoreçam experiências ao ar livre. O fortalecimento desses espaços contribui para ampliar as oportunidades de exploração, interação, brincadeira e aprendizagem, aspectos fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças.

Em relação aos recursos humanos, a rede municipal conta com profissionais qualificados, formação continuada e políticas de valorização docente, constituindo importantes potencialidades da Educação Infantil em Sobradinho. A análise dos dados indica a relevância do acompanhamento permanente da composição das equipes, considerando a organização dos agrupamentos, a relação entre crianças e profissionais e as necessidades específicas de cada instituição. O planejamento contínuo dos recursos humanos e a organização das equipes de apoio contribuem para favorecer melhores condições de atendimento, ampliar as possibilidades de acompanhamento individualizado e fortalecer as práticas pedagógicas desenvolvidas.

No que se refere aos recursos pedagógicos, observa-se que as unidades dispõem de materiais, jogos e brinquedos educativos utilizados com intencionalidade pedagógica, em consonância com os princípios da Base Nacional Comum Curricular. Contudo, os dados coletados junto às instituições apontam para a importância da manutenção periódica, renovação e diversificação desses recursos, garantindo ambientes educativos cada vez mais ricos em experiências e possibilidades de aprendizagem.

Outro aspecto identificado refere-se à participação das famílias no cotidiano escolar. Embora existam iniciativas de aproximação entre escola e comunidade, destaca-se a importância de ampliar estratégias permanentes de diálogo, participação e parceria, fortalecendo a corresponsabilidade entre instituição educativa e famílias no acompanhamento do desenvolvimento infantil. A participação da comunidade escolar constitui elemento essencial para potencializar as ações educativas e favorecer o desenvolvimento integral das crianças.

A análise também evidencia a importância do fortalecimento da articulação intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social e demais serviços da rede de proteção à infância. A ampliação das ações integradas, do planejamento conjunto e do acompanhamento compartilhado possibilita uma atenção mais abrangente às necessidades das crianças, fortalecendo as políticas públicas destinadas à primeira infância.

Em relação aos processos de acompanhamento e avaliação, destaca-se a importância da continuidade de práticas sistemáticas de monitoramento institucional, análise dos indicadores educacionais e planejamento das ações da rede. O uso dessas informações como ferramenta de gestão permite identificar avanços, acompanhar necessidades e direcionar estratégias voltadas ao aprimoramento permanente da qualidade da Educação Infantil.

Além disso, os dados referentes às crianças fora da escola reforçam a necessidade de manter e aprimorar estratégias de busca ativa, acompanhamento da frequência e articulação com as famílias e os serviços da rede de proteção, assegurando que todas as crianças tenham garantidos o acesso, a permanência e a participação na Educação Infantil.

Dessa forma, conclui-se que os aspectos identificados no diagnóstico não representam ausência de qualidade na Educação Infantil do município, mas indicam campos estratégicos de aprimoramento contínuo. Esses campos envolvem a ampliação progressiva do atendimento em creche, a qualificação dos espaços educativos, o acompanhamento da organização das equipes, a manutenção e renovação dos recursos pedagógicos, o fortalecimento da participação das famílias, a articulação intersetorial e o monitoramento permanente das políticas educacionais.

As práticas pedagógicas desenvolvidas na rede constituem uma importante potencialidade do município, evidenciando o compromisso dos profissionais com uma educação fundamentada no cuidado, nas interações, nas brincadeiras e na promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Assim, a consolidação de uma Educação Infantil pública, inclusiva, equitativa e de qualidade depende da continuidade dos investimentos, do planejamento integrado e do fortalecimento das ações já desenvolvidas pela rede municipal, garantindo avanços permanentes e ampliando as oportunidades educativas para todas as crianças de Sobradinho.

CAUSAS CRÍTICAS

A análise causal permitiu identificar os principais fatores que contribuem para os desafios relacionados à qualidade da Educação Infantil no município de Sobradinho. As causas críticas a seguir representam aspectos estruturais, organizacionais e de gestão que influenciam diretamente a oferta educacional e que demandam ações de planejamento, acompanhamento e aprimoramento contínuo no âmbito das políticas públicas municipais.

1. Necessidade de ampliação do atendimento na faixa etária de 0 a 3 anos

- Necessidade de ampliação progressiva da oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos, considerando a demanda existente e o compromisso com a garantia do direito à Educação Infantil.

- Fortalecimento das estratégias de planejamento e acompanhamento da demanda por atendimento em creche.

2. Ampliação e qualificação da infraestrutura específica para a Educação Infantil

- · Necessidade de ampliação de áreas verdes, parques infantis e espaços destinados às experiências ao ar livre.
- Qualificação contínua dos ambientes educativos, fortalecendo espaços de brincar, explorar, interagir e aprender.
- Ampliação de bibliotecas ou espaços de leitura nas unidades que ainda não possuem esses ambientes.

3. Monitoramento da relação criança/professor e organização dos agrupamentos

- Monitoramento permanente da organização dos agrupamentos e da distribuição das crianças entre as unidades escolares.
- Planejamento da composição das equipes considerando as especificidades da Educação Infantil e as necessidades de atendimento das crianças.
- Fortalecimento das condições que favoreçam interações qualificadas e atendimento individualizado.

4. Fortalecimento das equipes de apoio

- Acompanhamento permanente das necessidades de monitores e profissionais auxiliares, considerando as especificidades das unidades e dos agrupamentos atendidos.
- Planejamento permanente dos recursos humanos, considerando as necessidades pedagógicas e as especificidades do cuidado e educação na primeira infância.
- Organização de estratégias para substituição de profissionais em situações de afastamento.

5. Aperfeiçoamento da manutenção e renovação dos recursos pedagógicos

- Garantia de reposição periódica, diversificação e qualificação dos materiais pedagógicos, artísticos e brinquedos educativos.
- Manutenção dos recursos utilizados diariamente, assegurando sua qualidade e disponibilidade.

6. Fortalecimento da participação das famílias

- Ampliação das estratégias de diálogo e participação das famílias nas ações escolares.

- Fortalecimento da parceria entre escola e família no acompanhamento do desenvolvimento infantil.
- Criação de oportunidades permanentes de integração da comunidade escolar.

7. Fortalecimento da articulação intersetorial das políticas de infância

- Ampliação das ações integradas entre Educação, Saúde, Assistência Social e demais serviços da rede de proteção.
- Construção de estratégias conjuntas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.

8. Aperfeiçoamento dos processos de monitoramento e avaliação

- Fortalecimento de processos sistemáticos de acompanhamento, avaliação institucional e planejamento educacional.
- Ampliação do uso dos indicadores educacionais como ferramenta de gestão e tomada de decisão.

9. Fortalecimento das estratégias de busca ativa e acompanhamento da frequência escolar

- Aprimoramento das ações de busca ativa escolar e acompanhamento da frequência.
- Fortalecimento da articulação com a rede de proteção para garantir o acesso, a permanência e a participação das crianças na Educação Infantil.

10. Consolidação de uma cultura de melhoria contínua da qualidade

- Continuidade dos investimentos em infraestrutura, formação profissional, recursos pedagógicos e gestão educacional.
- Fortalecimento de políticas públicas voltadas à equidade e à qualidade da Educação Infantil.

Sobradinho possui uma Educação Infantil estruturada, com importantes avanços reconhecidos pelos indicadores do QEdu, especialmente no acesso, na infraestrutura básica, nos recursos pedagógicos e na organização da gestão educacional. Os desafios identificados referem-se ao aprimoramento contínuo da oferta, com foco na ampliação do atendimento, na qualificação dos espaços educativos, no fortalecimento das equipes, na participação das famílias e na articulação das políticas públicas voltadas à infância.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Institui o Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência de 10 (dez) anos. Brasília, DF, 2026.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil. Brasília: MEC, 2018.

QEDU. QEdu: Dados da Educação Básica. Disponível em: https://qedu.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

3) Alfabetização

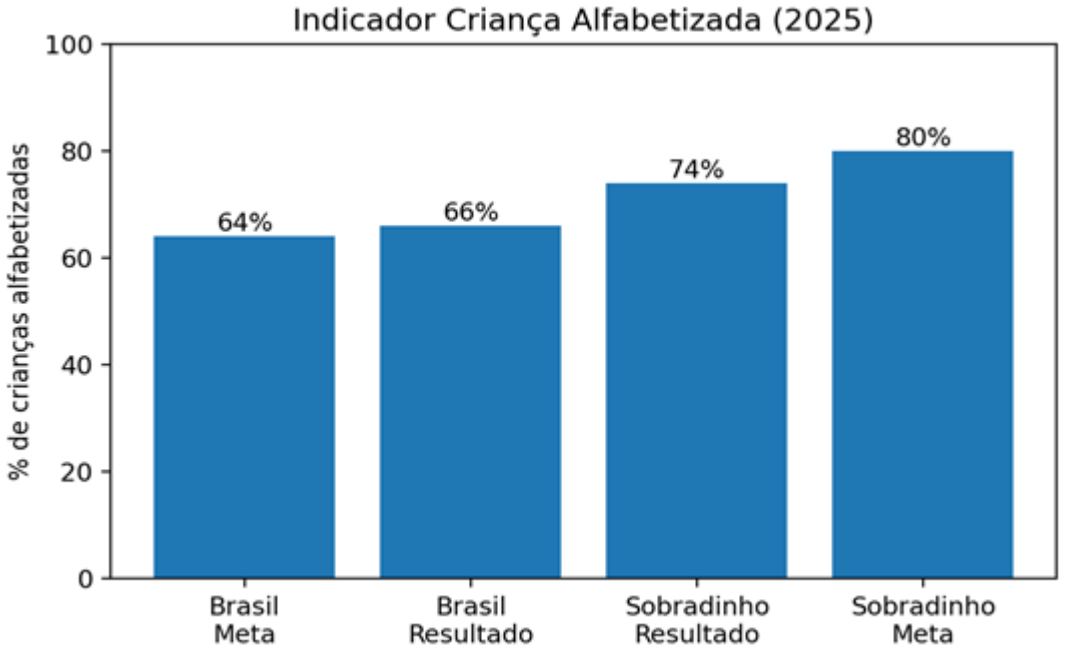
PROBLEMA

Crianças do 2º ano do ensino fundamental não estão alfabetizadas, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes nos anos subsequentes de escolarização e a trajetória regular, havendo persistentes desigualdades entre as populações de baixo nível socioeconômico e as em situação de vulnerabilidade social, como populações negras.

ANÁLISE DESCRITIVA

A análise dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do indicador Criança Alfabetizada, evidencia que o município de Sobradinho apresenta desempenho superior à média nacional no processo de alfabetização. Em 2025, enquanto o Brasil alcançou 66% de crianças alfabetizadas, superando a meta nacional de 64%, o município atingiu 74% de estudantes alfabetizados.

Apesar desse resultado positivo, o percentual municipal permaneceu abaixo da meta estabelecida no âmbito da rede municipal, fixada em 80%, evidenciando que uma parcela significativa dos estudantes ainda não consolida as competências essenciais de leitura, escrita e matemática ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Esse cenário demonstra a necessidade de fortalecer políticas e práticas pedagógicas capazes de assegurar a alfabetização de todas as crianças, reduzindo desigualdades e promovendo equidade educacional.



Os resultados do indicador Criança Alfabetizada demonstram evolução no desempenho do município, acompanhando o avanço observado em âmbito nacional. O índice de 74% posiciona Sobradinho acima da média brasileira (66%), refletindo os investimentos realizados na formação docente, no acompanhamento pedagógico e nas ações de recomposição das aprendizagens.

Entretanto, os dados também revelam que aproximadamente 26% das crianças ainda não alcançaram o nível esperado de alfabetização na idade adequada, indicando desafios relacionados à consolidação das habilidades de leitura, escrita e raciocínio matemático.

Esse cenário evidencia que, embora os resultados sejam satisfatórios em comparação ao contexto nacional, ainda existe um contingente de estudantes que demanda intervenções pedagógicas específicas, acompanhamento contínuo e estratégias diferenciadas para garantir o direito à aprendizagem.

Indicador	Percentual
Sobradinho (Alfabetizadas)	74%
Brasil (Média Nacional)	66%
Sobradinho (Ainda não alfabetizadas)	26%

ANÁLISE CAUSAL

A análise do contexto educacional permite identificar que os resultados observados decorrem de múltiplos fatores que influenciam diretamente o processo de alfabetização.

Entre os fatores identificados destacam-se:

- diferenças nos ritmos e tempos de aprendizagem dos estudantes;
- dificuldades na consolidação das habilidades básicas de leitura, escrita e matemática nos anos iniciais;
- necessidade de ampliar práticas pedagógicas baseadas em evidências e metodologias diversificadas;
- necessidade de fortalecimento das avaliações diagnósticas e do monitoramento contínuo da aprendizagem;
- impacto das defasagens acumuladas nos últimos anos escolares, exigindo ações permanentes de recomposição das aprendizagens;
- necessidade de maior integração entre escola, família e comunidade para apoiar o desenvolvimento das crianças;
- desafios relacionados ao atendimento de estudantes com necessidades educacionais específicas, garantindo intervenções oportunas e inclusivas.

Esses fatores indicam que a melhoria dos indicadores depende de ações articuladas envolvendo gestão educacional, acompanhamento pedagógico, formação continuada dos profissionais e monitoramento sistemático dos resultados.

CAUSAS CRÍTICAS

A partir da análise realizada, identificam-se como causas críticas que limitam o alcance da meta municipal de alfabetização:

- insuficiência de intervenções pedagógicas precoces para estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- necessidade de intensificar o acompanhamento individualizado dos estudantes em processo de alfabetização;
- fortalecimento das práticas de avaliação diagnóstica e utilização dos resultados para o planejamento pedagógico;
- necessidade de ampliar a formação continuada dos professores alfabetizadores, com foco em metodologias eficazes de alfabetização e letramento;
- maior integração entre professores, equipe gestora, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e famílias no acompanhamento do desenvolvimento das crianças;
- ampliação das estratégias de recomposição das aprendizagens ao longo do ano letivo, evitando a consolidação das defasagens.

Diante desse diagnóstico, o município estabelece como objetivo estratégico elevar gradativamente o índice de alfabetização de 74% para 85%, assegurando que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Para alcançar essa meta, serão fortalecidas ações de monitoramento contínuo da aprendizagem, intervenções pedagógicas baseadas em evidências, formação continuada dos profissionais da educação, uso sistemático de avaliações diagnósticas e o desenvolvimento de ações integradas entre escola, família e comunidade, promovendo uma educação mais equitativa, inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. INEPData – Painel de Matrículas da Educação Básica. Brasília, 2025.

4) Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

PROBLEMA

A necessidade de avançar em políticas de qualidade, equidade e apoio pedagógico para assegurar que todos os estudantes não apenas acessem, mas permaneçam e concluam suas etapas escolares com aprendizagem adequada.

ANÁLISE DESCRITIVA (diagnóstico)

O diagnóstico sobre acesso, trajetória e conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio demonstra diferenças importantes entre as etapas da Educação Básica, evidenciando avanços no acesso escolar, mas também desafios relacionados à permanência e à continuidade dos estudos.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a rede conta com 11 escolas, 65 professores e 876 alunos. Os dados revelam uma ampla oferta de atendimento nesta etapa, favorecendo o acesso das crianças à educação e garantindo maior abrangência escolar. A quantidade de escolas e estudantes demonstra que o ingresso no processo de escolarização encontra-se fortalecido, contribuindo para a alfabetização, o desenvolvimento das aprendizagens essenciais e a consolidação das bases educacionais.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, identificam-se 8 escolas, 98 professores e 563 alunos. Embora haja um número significativo de docentes, observa-se redução no quantitativo de escolas e alunos em relação aos anos iniciais. Esse cenário pode indicar desafios relacionados à permanência dos estudantes e à continuidade da trajetória escolar, especialmente no período de transição entre as etapas de ensino, porém podemos salientar que a redução do número também se dá pela transferência externa entre municípios. Questões como distorção idade-série, dificuldades de aprendizagem, desmotivação e evasão escolar podem impactar diretamente o rendimento e a conclusão do Ensino Fundamental.

No Ensino Médio Regular, os dados apontam a existência de 1 escola, com 37 professores e 377 alunos. A redução da oferta escolar nessa etapa evidencia um afunilamento na trajetória educacional dos estudantes. Embora o número de professores seja significativo, a diminuição da quantidade de escolas pode representar dificuldades de acesso e permanência, principalmente para estudantes que necessitam deslocar-se para continuar os estudos. Tal realidade reforça a importância de políticas e ações voltadas à permanência escolar, ao fortalecimento do vínculo com a escola e à garantia da conclusão da Educação Básica.

Etapa e modalidade de ensino [1]	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes

Creche	7	38	378
Pré-escola	10	37	359
Anos iniciais	11	65	876
Anos finais	8	98	563
Ensino médio regular	1	37	377
EJA	2	13	49
Educação especial	16	-	186
Educação Profissional e Tecnológica	2	31	166
Educação superior	0	0	0
Educação básica	19	249	2.661

De forma geral, os dados demonstram que o acesso à educação ocorre de maneira mais ampla nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, porém há redução gradual no número de escolas e estudantes ao longo da trajetória escolar, especialmente na passagem para o Ensino Médio. Assim, torna-se fundamental desenvolver estratégias pedagógicas e ações de acompanhamento que assegurem permanência, aprendizagem significativa e conclusão escolar com qualidade, promovendo o direito à educação em todas as etapas de ensino.

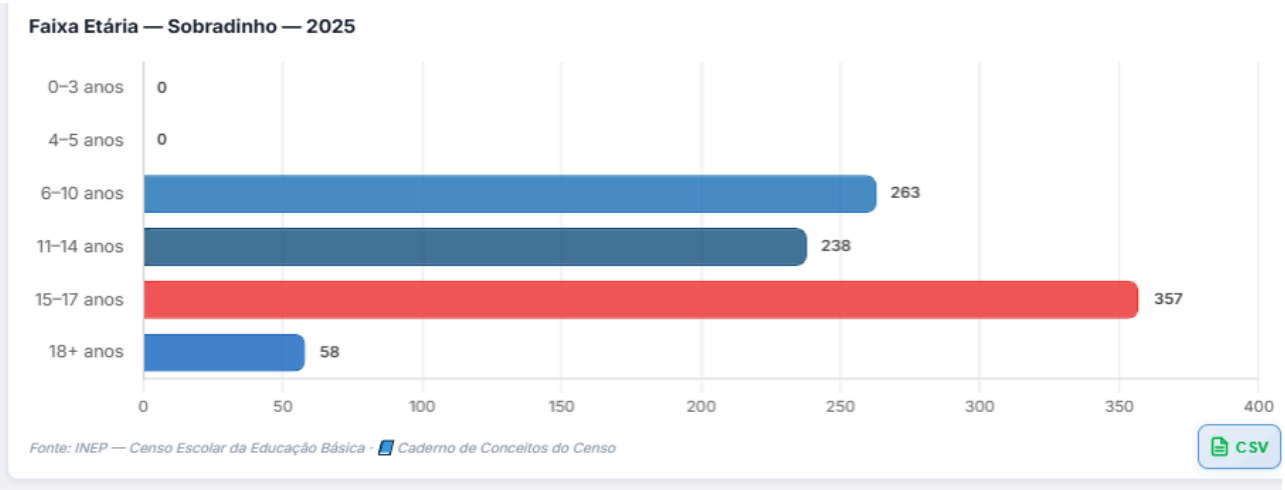
ANÁLISE CAUSAL

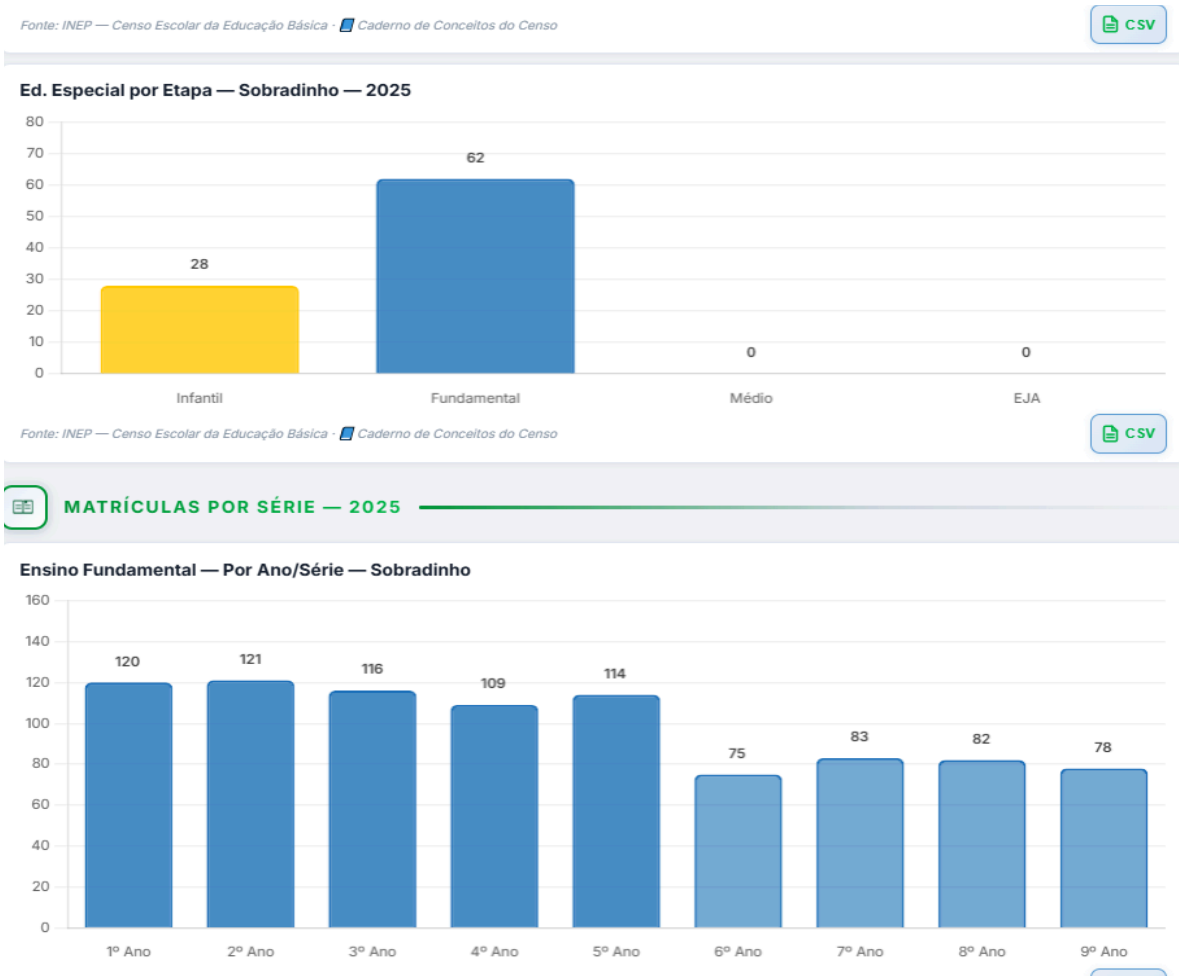
Embora o município apresente cenário positivo em relação ao acesso à Educação Infantil, alguns fatores estruturais exigem atenção permanente.

As oscilações demográficas observadas nos últimos anos impactam diretamente o planejamento da oferta de vagas, exigindo acompanhamento contínuo da demanda e reorganização da rede.

A distribuição territorial da população também representa desafio importante, especialmente para o atendimento das crianças residentes em áreas rurais, demandando investimentos contínuos em transporte escolar.

Considerando números municipais. Fonte: Painel de Indicadores da Educação Gaúcha — SEDUC-RS

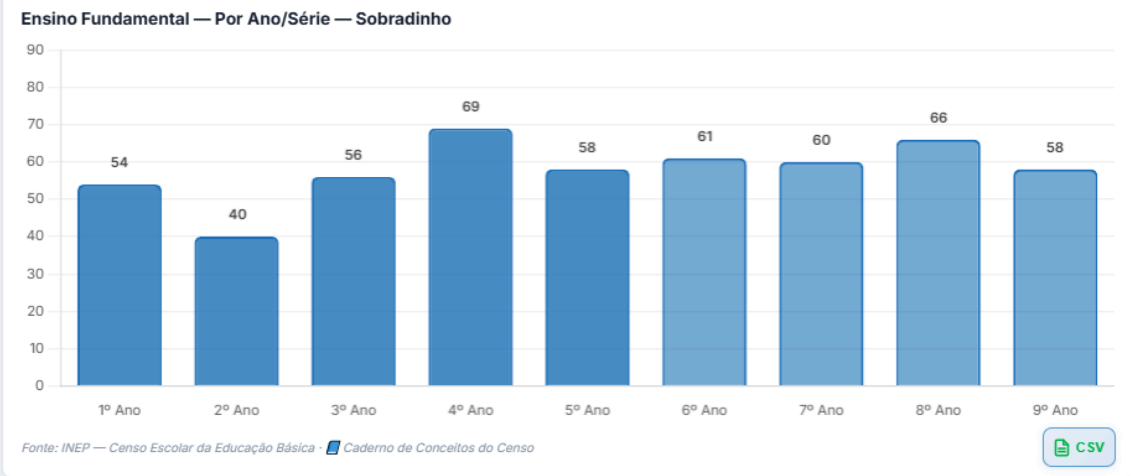


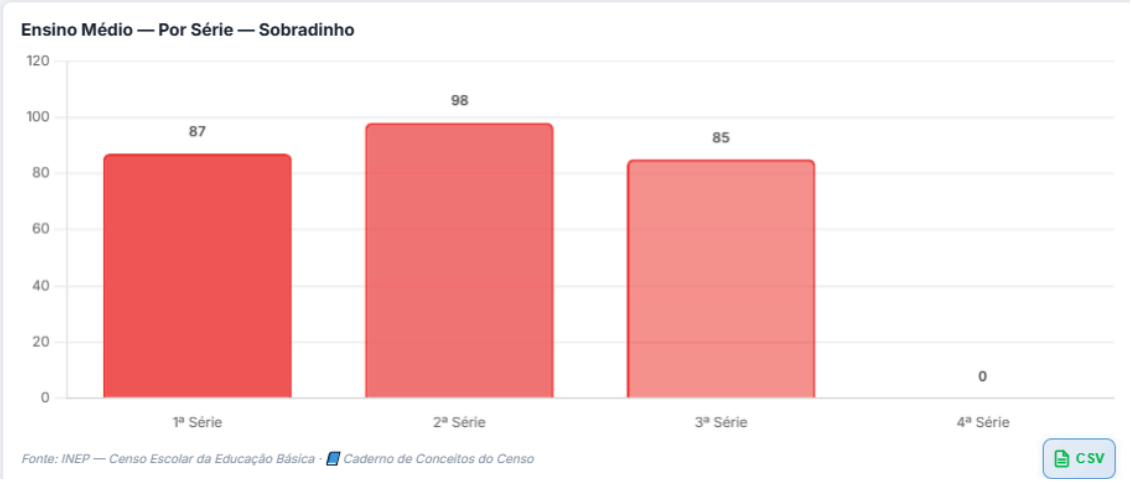


Os dados do IBGE e do Censo Escolar indicam que o município de Sobradinho apresenta redução da população em idade escolar, reflexo da diminuição da taxa de natalidade e das mudanças demográficas observadas no município. Esse cenário influencia diretamente o número de matrículas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sem necessariamente representar redução no acesso à educação.

Em relação à trajetória escolar, os indicadores do Censo Escolar apontam que a permanência dos estudantes está relacionada a fatores como distorção idade-série, abandono escolar e reprovação, especialmente no Ensino Médio. Entre as principais causas destacam-se as vulnerabilidades socioeconômicas, a necessidade de inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho e as dificuldades de aprendizagem intensificadas no período pós-pandemia.

Indicadores da rede estadual de Sobradinho;

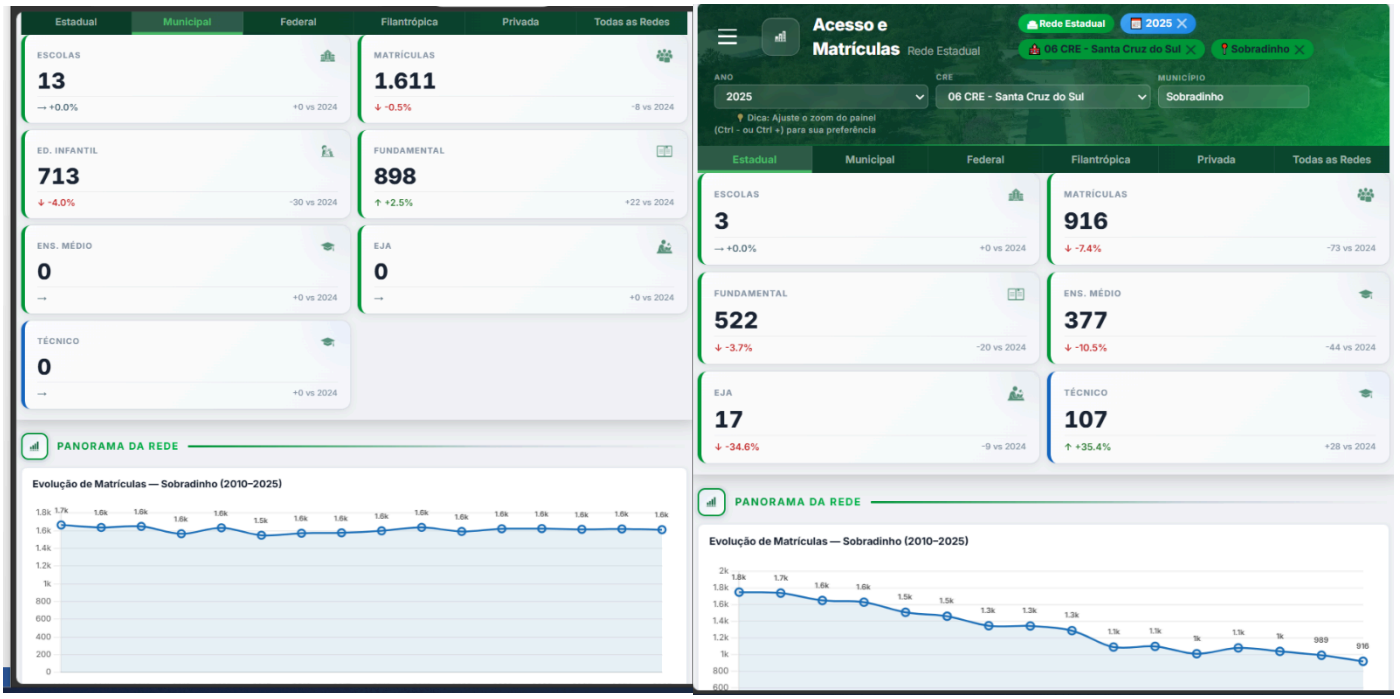




Fonte: Painel de Indicadores da Educação Gaúcha — SEDUC-RS

Quanto à conclusão das etapas de ensino, observa-se que a melhoria dos índices depende da adoção de estratégias de busca ativa, acompanhamento da frequência, reforço da aprendizagem e articulação entre escola, família e rede de proteção social, que são elementos que já estão em andamento e utilizados com frequência quando necessários. Dessa forma, o município apresenta avanços no acesso à educação, porém ainda enfrenta desafios para assegurar a permanência e a conclusão da escolaridade na idade adequada, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação.

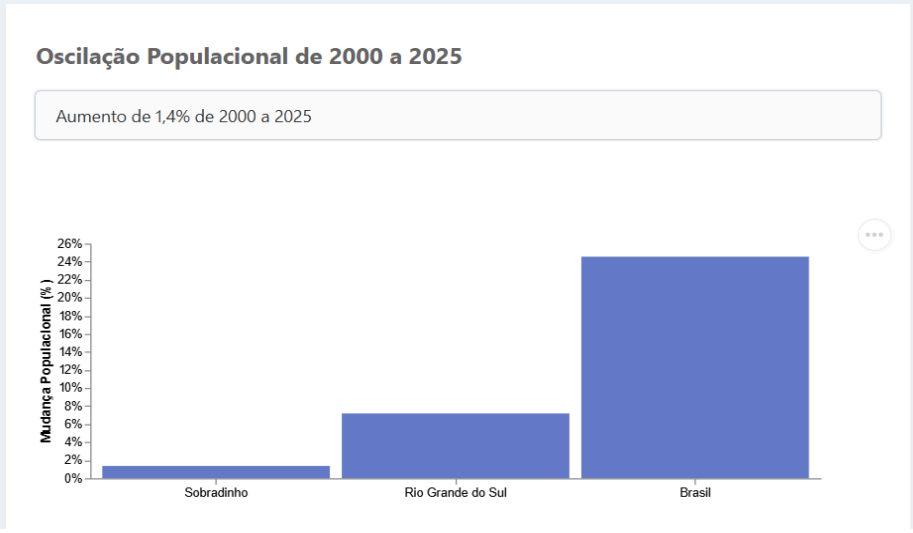
Fontes: IBGE – Censo Demográfico 2022; INEP – Censo Escolar; Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).



Podendo ser usado a referência com base na constância das matrículas e considerar a densidade demográfica acompanhando a evolução, muito sutil, devido aos indicadores.

Dados	1975	1990	2000	2015	2020	2025	2030
População	10.196	13.055	14.248	14.979	14.561	14.443	14.412
Densidade populacional	78,4 / km²	100,4 / km²	109,6 / km²	115,2 / km²	112,0 / km²	111,1 / km²	110,9 / km²

Fontes: JRC (Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia) trabalha na grade construída GHS



Fonte: [Sobradinho, RS, Brasil - População e Demografia - CityFacts]

O crescimento das matrículas da Educação Especial demanda ampliação contínua das estratégias de inclusão, acessibilidade pedagógica e apoio especializado.

A formação continuada e a valorização dos profissionais constituem fatores essenciais para assegurar práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e Ensino Médio.

Por fim, o fortalecimento da articulação entre educação, saúde e assistência social permanece fundamental para assegurar proteção integral às crianças e às famílias.

CAUSAS CRÍTICAS

- **Redução da população em idade escolar**, decorrente da queda da natalidade e do envelhecimento populacional, refletindo na diminuição das matrículas na Educação Básica.
- **Baixa densidade demográfica (11,03 hab./km²)** e população dispersa no território municipal, dificultando o acesso dos estudantes às unidades escolares, especialmente na zona rural, e aumentando a dependência do transporte escolar.
- **Vulnerabilidade socioeconômica de parte das famílias**, que pode influenciar a frequência, a permanência e a conclusão dos estudos, sobretudo no Ensino Médio.
- **Distorção idade-série e dificuldades de aprendizagem**, fatores que contribuem para reprovação, abandono e atraso na conclusão da educação básica.
- **Necessidade de fortalecimento das estratégias de permanência escolar**, incluindo acompanhamento da frequência, busca ativa e recuperação das aprendizagens.
- **Impactos da pandemia de COVID-19**, que intensificaram as defasagens de aprendizagem e aumentaram o risco de evasão, principalmente entre estudantes em situação de maior vulnerabilidade.
- **Necessidade contínua de investimentos em infraestrutura**, manutenção e modernização das EMEBs.
- **Crescente demanda por atendimento inclusivo** e ampliação dos recursos de acessibilidade pedagógica.
- **Necessidade de fortalecimento da formação continuada** e valorização dos profissionais da Educação Básica.
- **Fortalecimento da articulação intersetorial entre Educação**, Saúde e Assistência Social, Equipe Multiprofissional.
- **Garantia de financiamento adequado** para manutenção e qualificação da Educação Básica e Ensino Médio.
- **Aprimoramento dos mecanismos de monitoramento** e avaliação das metas do Plano Municipal de Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. INEPData – Painel de Matrículas da Educação Básica. Brasília, 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, 2017.

IBGE – Censo Demográfico 2022;

INEP – Censo Escolar;

Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Educação. Indicadores Educacionais da Educação Infantil.

SOBRADINHO. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. Dados da Rede Municipal de Ensino, 2025.

5-Aprendizagem dos Estudantes na Educação Básica de Sobradinho/RS

Problema: Garantir a aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica, com equidade e qualidade, permanece como um dos principais desafios do município de Sobradinho/RS. Os resultados educacionais mais recentes demonstram avanços importantes em determinadas etapas, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de fortalecer as políticas de aprendizagem nos Anos Finais e no Ensino Médio.

ANÁLISE DESCRITIVA

Sobradinho, localizado na região Centro-Serra do Rio Grande do Sul, possui uma rede educacional composta por escolas municipais de Educação Infantil, escolas municipais e estaduais de Ensino Fundamental e escolas estaduais responsáveis pelo Ensino Médio.

Nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto (SMECTD) vem desenvolvendo políticas públicas voltadas ao fortalecimento da aprendizagem, investindo em programas de alfabetização, formação continuada de professores, acompanhamento pedagógico e melhoria das práticas educativas.

Os dados do IDEB demonstram evolução nos indicadores educacionais do município, principalmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, a evolução é menos significativa nos Anos Finais e no Ensino Médio, evidenciando a necessidade de ações específicas para recomposição das aprendizagens.

Os principais aspectos observados são:

- Avanços nos indicadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com Ideb de 6,5 em 2025;
- Estabilidade do Ideb nos Anos Finais, com resultado de 5,2 em 2025;
- Necessidade de fortalecimento da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;
- Heterogeneidade dos resultados de aprendizagem entre etapas e estudantes;
- Necessidade de acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- Desafios relacionados à permanência, trajetória e sucesso escolar no Ensino Médio;
- Necessidade de fortalecimento das estratégias de recomposição e consolidação das aprendizagens;
- Importância da articulação entre escola, família e comunidade;
- Necessidade de ações que promovam equidade e atendimento às diferentes necessidades educacionais.

Os resultados do SAEB, SAERS e IDEB apontam que parcela dos estudantes ainda não atinge os níveis de aprendizagem esperados, reforçando a necessidade de ações permanentes de monitoramento, intervenção pedagógica e avaliação contínua.

Os resultados do Ideb 2025 demonstram uma evolução nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, cujo índice passou de 6,0 em 2021 para 6,4 em 2023 e 6,5 em 2025**.** Nos Anos Finais, o município alcançou 5,2 em 2023 e manteve esse resultado em 2025**,** indicando estabilidade do indicador nessa etapa.

No Ensino Médio, o resultado de 4,3 em 2025**,** conforme os dados utilizados neste diagnóstico, reforça a necessidade de atenção às trajetórias escolares, à aprendizagem e à permanência dos estudantes nessa etapa.

Os resultados do Saeb e do Ideb demonstram que permanecem desafios relacionados à aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática. O Ideb combina os resultados de desempenho dos estudantes no Saeb com as taxas de aprovação do Censo Escolar, constituindo um indicador que permite acompanhar conjuntamente aprendizagem e fluxo escolar.

Nesse contexto, torna-se necessário fortalecer políticas de recomposição e consolidação das aprendizagens, acompanhamento pedagógico, formação continuada, avaliação diagnóstica e estratégias voltadas à permanência e ao sucesso escolar.

ANÁLISE CAUSAL

A análise dos indicadores educacionais permite identificar um conjunto de fatores que podem interferir na aprendizagem e na trajetória escolar dos estudantes. Esses fatores devem ser acompanhados de forma articulada, considerando as especificidades de cada etapa da Educação Básica.

Entre os fatores pedagógicos destacam-se:

- Necessidade de fortalecimento das estratégias de recomposição e consolidação das aprendizagens;
- Necessidade de ampliação do uso de avaliações diagnósticas para orientar intervenções pedagógicas;
- Fortalecimento das práticas de alfabetização, leitura, escrita e matemática;
- Necessidade de acompanhamento sistemático dos estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- Ampliação de metodologias diversificadas e práticas pedagógicas inclusivas;
- Fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação.

Nos aspectos sociais e educacionais, destacam-se:

- Diferentes condições socioeconômicas e culturais dos estudantes;

- Necessidade de ampliação das oportunidades de acesso a experiências culturais e educacionais;
- Desafios relacionados à participação das famílias no acompanhamento da trajetória escolar;
- Necessidade de atenção às diferentes condições e necessidades dos estudantes.

Quanto à gestão educacional:

- Fortalecimento do acompanhamento dos indicadores de aprendizagem;
- Integração entre avaliação, planejamento e intervenção pedagógica;
- Fortalecimento da formação continuada;
- Acompanhamento individualizado dos estudantes;
- Articulação entre as redes municipal e estadual;
- Fortalecimento da articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social, esporte e cultura.

RESULTADOS MAIS RECENTES – IDEB 2025

Os resultados do Ideb 2025 indicam avanços diferenciados entre as etapas da Educação Básica de Sobradinho. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o município alcançou 6,5**,** mantendo a trajetória de crescimento observada nos últimos ciclos: 6,0 em 2021, 6,4 em 2023 e 6,5 em 2025**.**

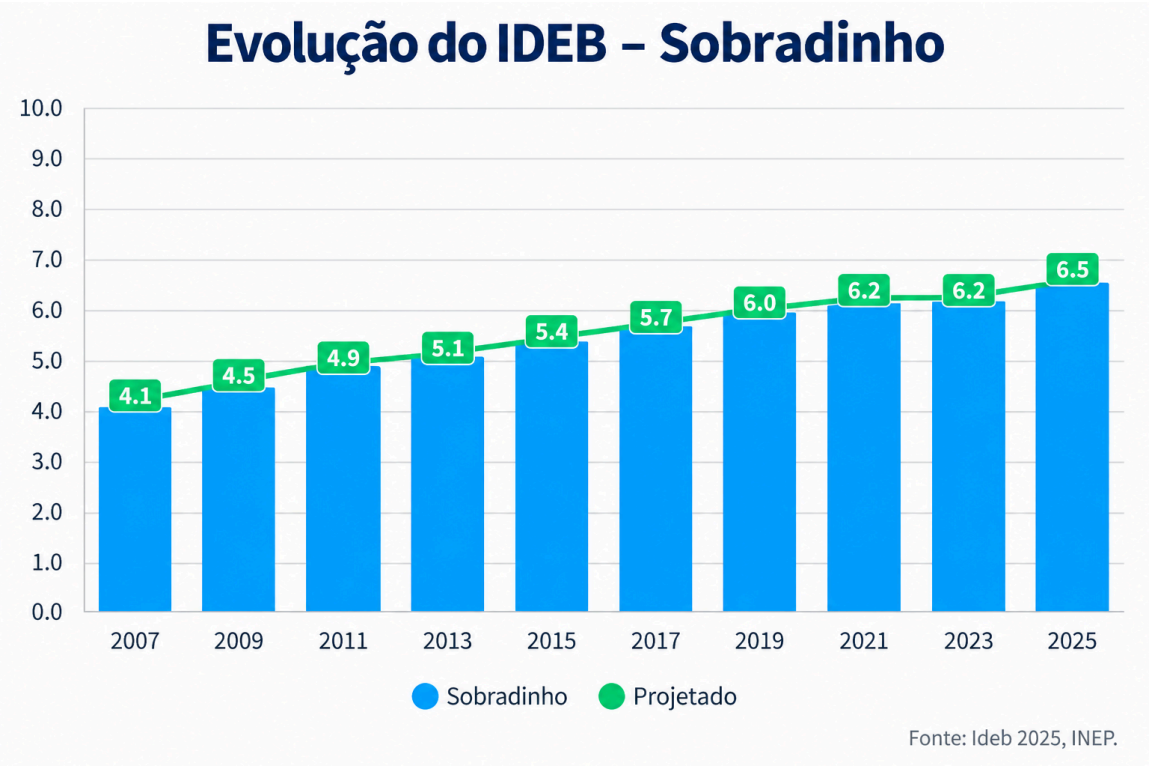
Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o Ideb alcançou 5,2 em 2023 e permaneceu em 5,2 em 2025, indicando estabilidade do indicador no período mais recente.

O resultado evidencia a importância de manter e ampliar as ações voltadas à aprendizagem, especialmente nos Anos Finais, etapa em que a manutenção do índice aponta para a necessidade de estratégias contínuas de acompanhamento, intervenção pedagógica e fortalecimento das aprendizagens.

No Ensino Médio, o diagnóstico registra Ideb de 4,3 em 2025, devendo esse resultado ser analisado em conjunto com os indicadores de desempenho, aprovação, permanência e trajetória escolar dos estudantes.

O Inep destaca que o Ideb é composto pelo desempenho no Saeb e pelas taxas de aprovação, sendo, portanto, necessário analisar seus componentes conjuntamente para compreender os desafios educacionais de cada etapa.

EVOLUÇÃO DO IDEB ANOS INICIAIS



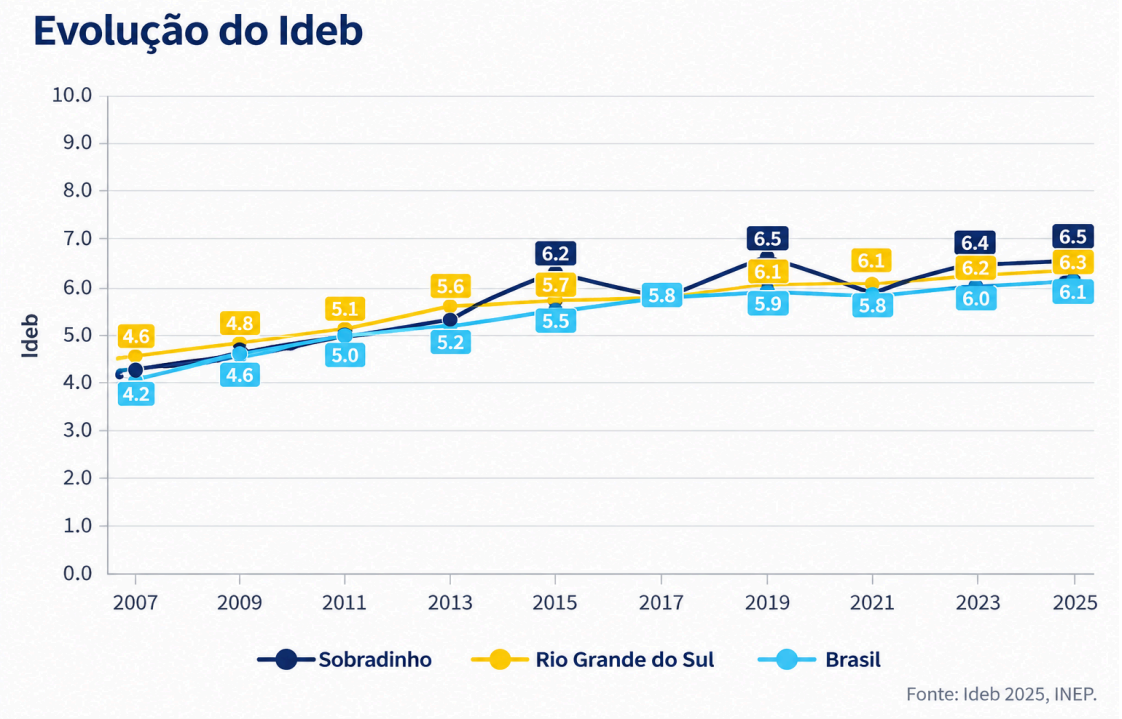
EVOLUÇÃO DO IDEB ANOS FINAIS



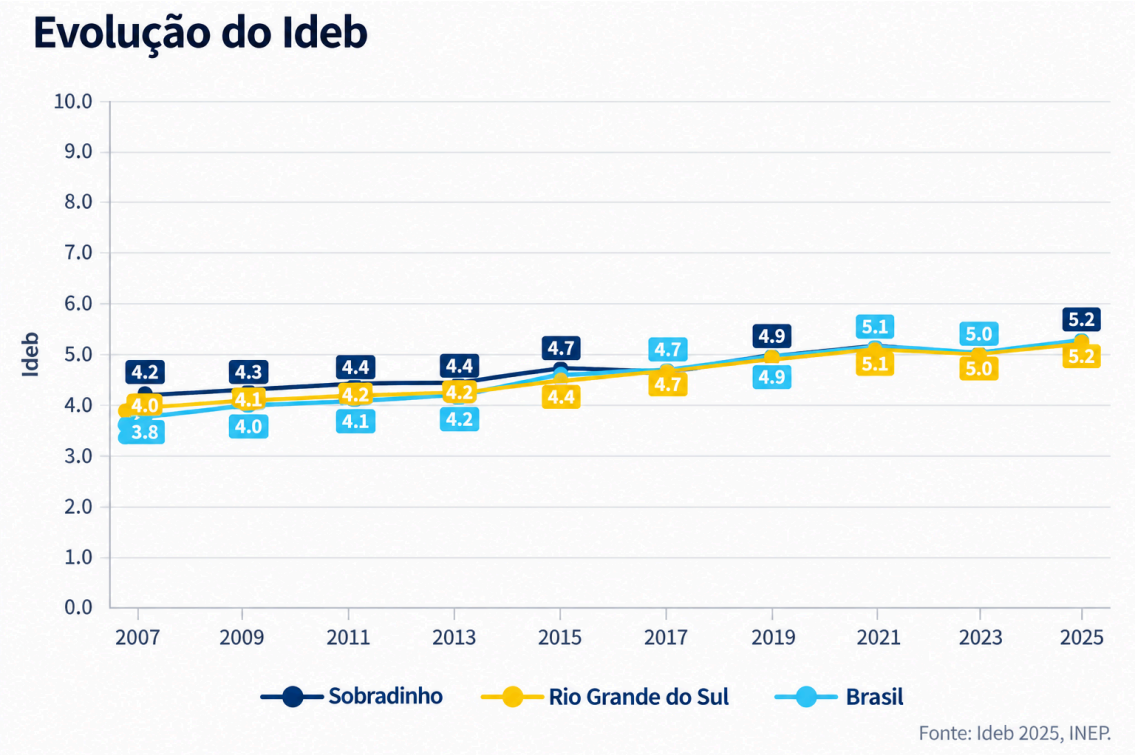
Ideb - Comparativo

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Veja o Ideb do país e a situação das escolas.

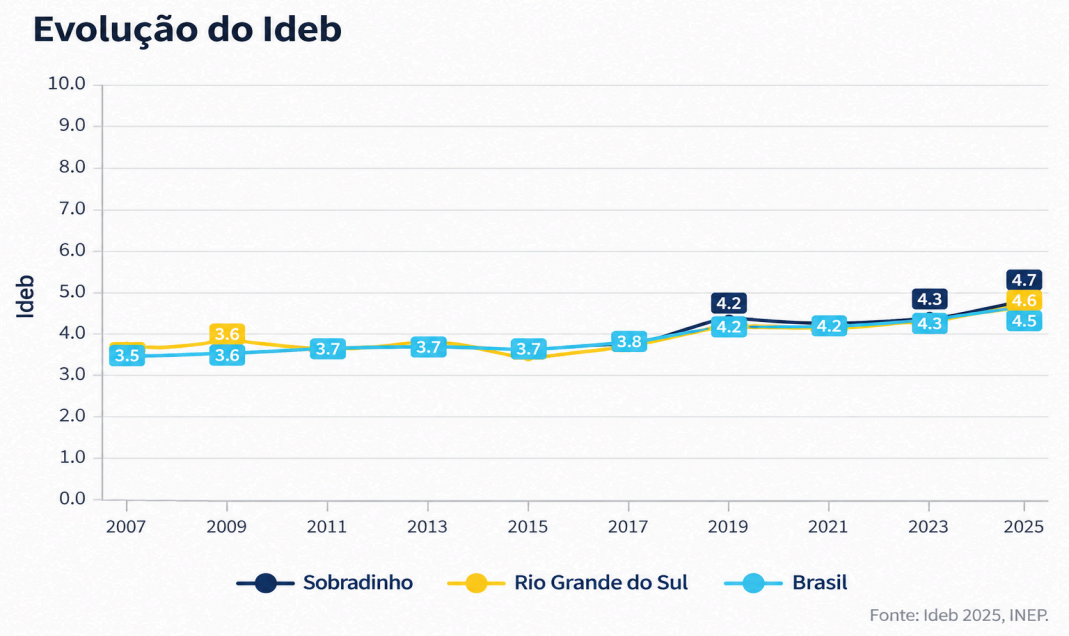
ANOS INICIAIS


Evolução do Ideb
Ideb
10.0
9.0
8.0
7.0
6.0
5.0
4.0
3.0
2.0
1.0
0.0
2007
2009
2011
2013
2015
2017
2019
2021
2023
2025
4.6
4.8
5.1
5.6
6.2
5.8
6.5
6.1
6.4
6.5
4.2
4.6
5.0
5.2
5.7
5.8
6.1
5.8
6.2
6.3
4.2
4.6
5.0
5.2
5.5
5.8
5.9
5.8
6.0
6.1
Sobradinho
Rio Grande do Sul
Brasil
Fonte: Ideb 2025, INEP.

ANOS FINAIS

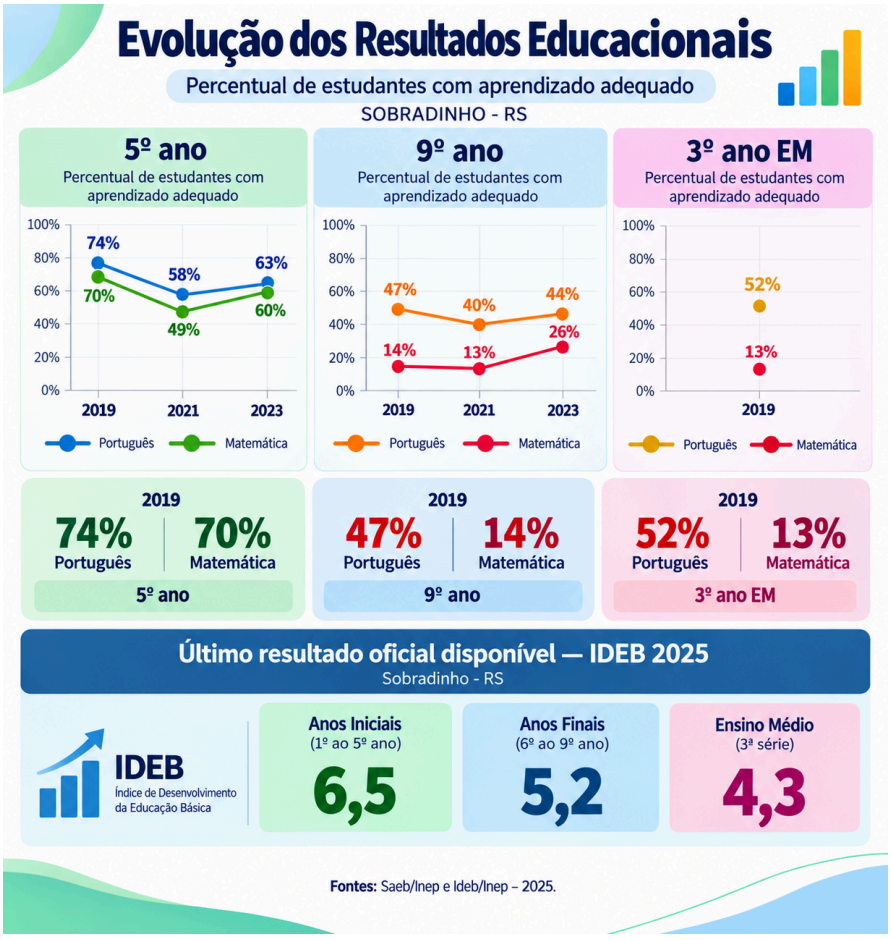

Evolução do Ideb
Ideb
10.0
9.0
8.0
7.0
6.0
5.0
4.0
3.0
2.0
1.0
0.0
2007
2009
2011
2013
2015
2017
2019
2021
2023
2025
4.2
4.3
4.4
4.4
4.7
4.7
4.9
5.1
5.0
5.2
4.0
4.1
4.2
4.2
4.4
4.7
4.9
5.1
5.0
5.2
3.8
4.0
4.1
4.2
4.4
4.7
4.9
5.1
5.0
5.2
Sobradinho
Rio Grande do Sul
Brasil
Fonte: Ideb 2025, INEP.

ENSINO MÉDIO



Aprendizado adequado

Percentual de estudantes com nível de aprendizado adequado - 2019 a 2023.



CAUSAS CRÍTICAS

As principais causas críticas identificadas para o baixo desempenho e para as desigualdades de aprendizagem são:

- Dificuldades de aprendizagem acumuladas em Língua Portuguesa e Matemática;
- Necessidade de fortalecimento das estratégias de recomposição das aprendizagens;
- Necessidade de acompanhamento sistemático dos estudantes com dificuldades;
- Desafios relacionados à transição entre etapas de ensino;
- Necessidade de fortalecimento da permanência e do sucesso escolar no Ensino Médio;
- Necessidade de formação continuada alinhada às necessidades identificadas;
- Necessidade de ampliar a articulação entre avaliação, planejamento e intervenção pedagógica;
- Necessidade de fortalecer a integração entre escola, família e comunidade;
- Necessidade de políticas específicas para redução das desigualdades educacionais.

Essas causas indicam a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de promover equidade, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Brasília: INEP.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Brasília: INEP.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS).

SOBRADINHO (RS). Plano Municipal de Educação.

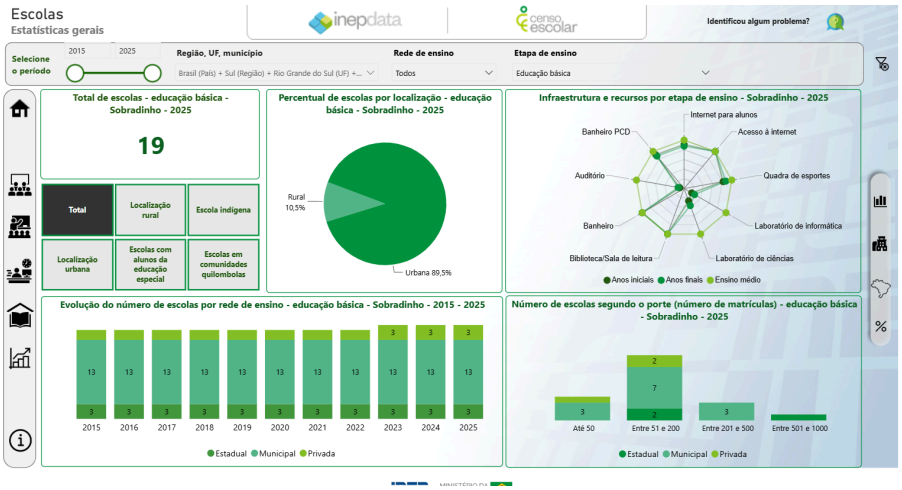
SOBRADINHO (RS). Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto (SMECTD). Documentos e indicadores educacionais do município.

6) Educação Integral em Tempo Integral

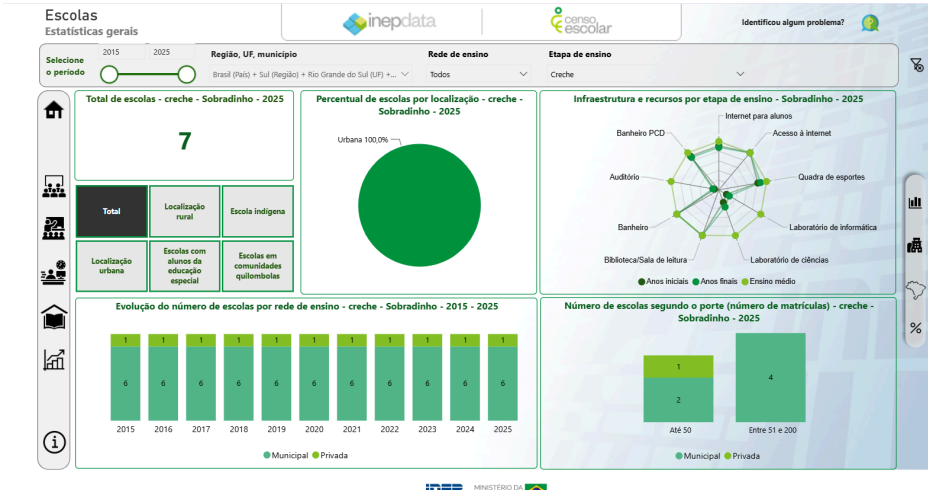
PROBLEMA

A rede pública municipal de Sobradinho, não oferece experiência de educação integral em todas as etapas.

ANÁLISE DESCRITIVA



Sobradinho possui 19 instituições descritas no Censo Escolar, destas 13 escolas municipais, 1 Escola Particular , 3 Escolas Estaduais, APAE e Centro de Educação Profissional UNISC. As Escolas de Educação Infantil que atendem 100% da etapa creche em tempo integral perfazem o total de 7 (sete) instituições no total de 378 alunos .



Conforme o relatório de monitoramento do PME 2015-2025 do ano de 2018

- **Meta:** 6

- **Descrição:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, **50% das escolas públicas**, de forma a atender, pelo menos, **25% dos(as) alunos(as)** da educação básica.
- **Prazo final:** 2025
- **Status do Indicador: Não alcançado**

INDICADOR 6A

Descrição: Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da Educação em Tempo Integral (ETI) e que estão em jornada de tempo integral. **Prazo do Indicador:** 2025

Acompanhamento Anual (2014 – 2018)

Ano	Meta Prevista (%)	Dado Oficial (%)	Dado Extraoficial / Municipal (%)
2014	25,0	—	—
2015	25,0	—	—
2016	25,0	—	10,0
2017	25,0	23,3	24,0
2018	25,0	—	12,0

Ano	Meta Prevista (%)	Dado Oficial (%)	Dado Extraoficial / Municipal (%)
2014	50,0	—	75,0
2015	50,0	—	75,0
2016	50,0	—	10,0
2017	50,0	56,2	60,0
2018	50,0	—	20,0

No ciclo de monitoramento referente ao ano de 2022 — período subsequente à pandemia da COVID-19 —, constatou-se que a oferta da Educação em Tempo Integral (ETI) na rede pública municipal restringiu-se exclusivamente à etapa da Educação Infantil. Tal cenário evidencia uma regressão no processo de consolidação e expansão dessa modalidade. Salienta-se, adicionalmente, que, até o referido exercício, o município carecia de marco legal ou ato normativo próprio do sistema local de ensino que regulamenta e institucionaliza formalmente a implementação da jornada em tempo integral.

Na atualidade, a taxa de matrícula da Educação Integral **é de 6,7%** nos anos finais d**a rede estadual.** Na rede municipal não temos alunos em tempo integral nos anos finais.Já nos **anos iniciais a taxa é de 6,25%.**

Situação	Objetivos e Ações	Indicador	Resultado Atual	Resultados Esperados			
				2025	2026	2027	2028
Parâmetro Indefinido	Aumentar as matrículas de Educação Integral? do 6º ao 9º ano na rede de ensino	Taxa de matrículas de educação integral em relação às matrículas de 6º a 9º ano da rede	0%	5%	10%	12%	15%

(Novo PAR)

Síntese do Plano
Sobradinho · RS

NOVO PAR
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

Situação: Planejamento finalizado

Objetivos de Resultados

Situação	Objetivos e Ações	Indicador	Resultado Atual	Resultados Esperados			
				2025	2026	2027	2028
Parâmetro Indefinido	Aumentar as matrículas de Educação Integral? do 1º ao 5º ano da rede de ensino	Taxa de matrículas de educação integral em relação às matrículas da rede de 1º ao 5º	6,25%	7%	10%	12%	15%

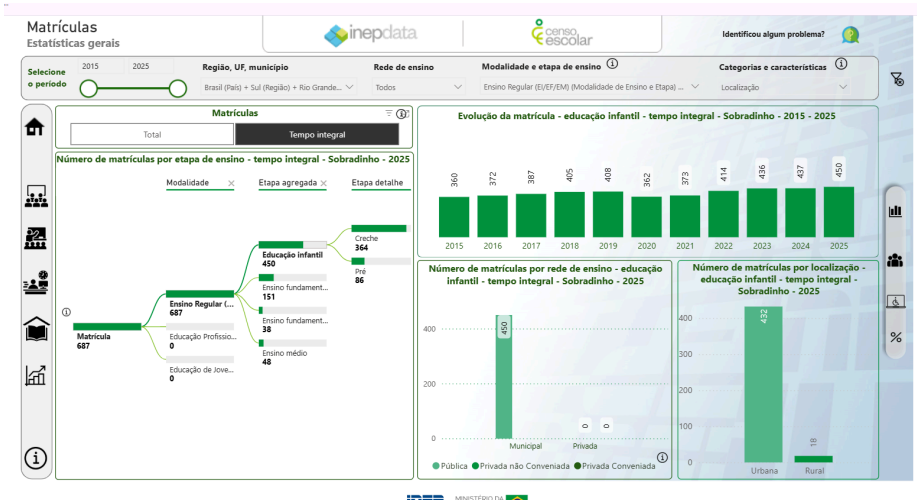
(Novo PAR)



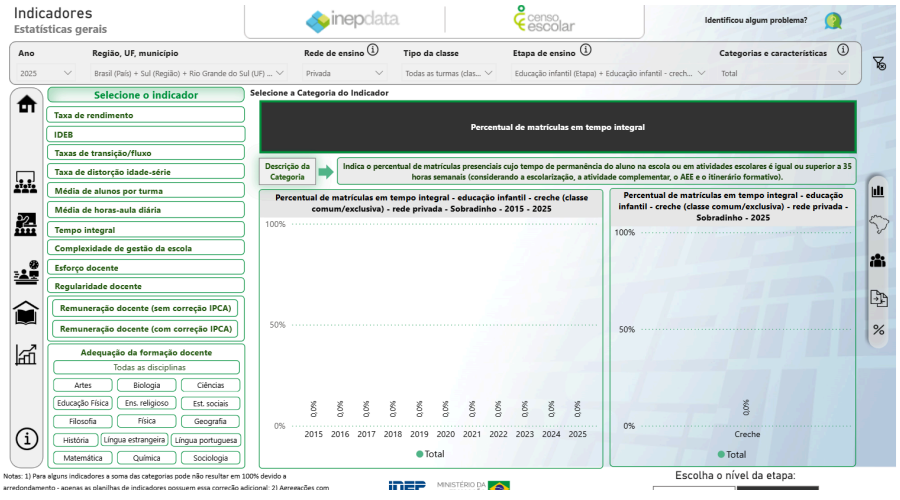
(Censo 2025)

Na Educação Infantil a taxa de matrícula no ano de 2026 é de 100%(por cento) dos alunos em tempo integral na etapa creche. Sendo que 24 crianças estão na rede privada de forma parcial.

As matrículas das crianças de educação integral são de 96% na área urbana e 4% na área rural.







(Censo 2025)

No Ensino Médio, a oferta da Educação Integral em tempo integral, no ano de 2026, contempla quatro turmas, sendo duas de 1ª série, que totalizam 57 estudantes, e duas de 2ª série, com 40 estudantes matriculados. Dessa forma, o município atende atualmente 97 estudantes do Ensino Médio na modalidade de Educação Integral em tempo integral, evidenciando o compromisso com a ampliação da permanência dos estudantes na escola e com a promoção de uma formação integral, alinhada às metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

Análise Causal

1. Pontos Fortes e Avanços

- **Rede Municipal (Infância):** A universalização do tempo integral nas creches é um passo gigante. Isso garante que a criança já inicie sua vida escolar no modelo de desenvolvimento integral.
- **Escolas Piloto:** A presença de 3 escolas municipais com turmas integrais e o pioneirismo da rede estadual (como a **EEEB Padre Benjamim Copetti** e a **Escola Santo Carniel**) servem como laboratórios pedagógicos para o restante da rede.
- **Referência Regional:** A escola Santo Carniel já é vista como modelo, o que facilita a troca de experiências entre gestores.
- **Estrutura Física e Capacidade de Atendimento**
- Para que a jornada escolar seja ampliada de forma qualificada, a relação entre o **número de salas de aula regulares disponíveis** e os **espaços de apoio pedagógico** torna-se o primeiro grande gargalo ou facilitador.
- Nas escolas da rede municipal e estadual do município, a disponibilidade de salas físicas determina diretamente quantos estudantes podem permanecer no ambiente escolar ao longo dos dois turnos. No entanto, a educação integral vai além de duplicar o tempo dentro da sala tradicional: ela exige a reorganização de múltiplos ambientes.
- **Espaços Multiuso e Refeitórios:** A permanência dos alunos durante todo o dia exige refeitórios adequados para atender à demanda nutricional reforçada, além de sanitários ampliados, áreas de descanso e espaços para oficinas (como laboratórios de informática, bibliotecas e salas de recursos).

Organização Curricular e Diversificação de Atividades: A escassez de salas exclusivas para atividades complementares (música, artes, apoio pedagógico, pensamento computacional e esportes) força as escolas a utilizarem a própria sala regular para todas as dinâmicas. Isso pode gerar desgaste espacial e limitar o uso de metodologias ativas.

Como podemos ver nos dados abaixo, Sobradinho ainda apresenta escolas sem biblioteca, sem laboratórios e ainda temos uma escola sem refeitório(Escola Seomar Mainardi) o que dificulta a implementação da educação integral, tendo em vista que a alimentação é algo primordial.



https://qedu.org.br/municipio/4320701-sobradinho/censo-escolar/infraestrutura

Comparativo Local vs. Metas Nacionais

Nível / Rede	Situação Atual em Sobradinho	Desafio Meta 6 (PNE 2034)
Educação Infantil (Creches)	**100% Integral**	Manter a qualidade e expandir vagas.
Ensino Fundamental (Municipal)	3 Escolas com turmas integrais	Expandir para 55% das unidades da rede.

Ensino Médio (Estadual)	Referências como Copetti e Santo Carniel	Reformar infraestrutura (quadras e labs).
Infraestrutura Básica	Déficit de espaços cobertos/multiuso	Reestruturação física obrigatória.

Recomendações

O maior risco para Sobradinho é a **"Escola de Turno Inverso sem Conteúdo"**. Para que a Meta 6 seja cumprida com qualidade, o município e o estado precisam focar em:

1. **Plano de Obras Prioritário:** Cobertura de quadras e criação de salas , refeitórios e espaços de aprendizagem.
2. **Articulação com a Comunidade:** Uso de CTGs, clubes e espaços culturais locais como extensões da escola (estratégia prevista no PNE).
3. **Formação Continuada:** Professores da rede municipal e estadual precisam de apoio para não transformar as 7 horas em apenas "mais do mesmo".

CAUSAS CRÍTICAS

1- Insuficiência de espaços de apoio pedagógico e convivência: Ausência ou escassez de bibliotecas, laboratórios de informática, salas de artes e salas de recursos nas escolas, o que restringe o tempo integral à sala de aula regular e gera desgaste espacial.

2-Déficit de infraestrutura essencial para permanência e nutrição: Existência de escola sem refeitório (ex.: Escola Seomar Mainardi) e sanitários/áreas de descanso inadequados, comprometendo o suporte básico para jornadas de 7 horas diárias.

3- Vulnerabilidade às condições climáticas: Falta de quadras poliesportivas cobertas e espaços multiusos (ex.: EEEB Santo Carniel), o que inviabiliza atividades físicas e recreativas durante períodos de chuva ou frio intenso no inverno gaúcho.

4-Inexistência de turmas de ETI nos Anos Finais da Rede Municipal: Taxa de matrícula zero nesta etapa na rede pública municipal, evidenciando uma ruptura na transição entre a Educação Infantil/Anos Iniciais e os Anos Finais.

5-Subaproveitamento do território educativo: Pouca articulação formal com a comunidade e equipamentos locais (clubes, CTGs, espaços culturais) para suprir a limitação de espaço físico das escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Robin J. Teaching and learning for all? The quality imperative revisited. International Journal of Educational Development, [S.l.], v. 40, p. 250-258, Jan. 2015.

ALVES, Francione Charapa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; LIMA, Maria Socorro Lucena. Formação em pesquisa para professores da educação básica. Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, v. 11, n. 27, p. 285-300, out./dez. 2018. BRASIL.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Painel de monitoramento do PNE. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-demonitoramento-do-pne. Acesso em: 24 mar. 2024. CAMPOS, Elisabete Ferreira Esteves; GRAVA, Andreia de Souza.

Políticas de educação integral em tempo integral: análises e reflexões sobre seus propósitos. In: GUILHERME, Willian Douglas (Org.).

A educação no âmbito político e suas tramas 3. Ponta Grossa, PR: Atena, 2019. p. 272-285. CASTRO, Adriana de; LOPES, Roseli Esquerdo. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. Ensaio: Avaliação

7- Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação

PROBLEMA:

Insuficiência na integração da Cultura Digital nas escolas.

ANÁLISE DESCRITIVA:

Ao observar a realidade do território municipal de Sobradinho, no Rio Grande do Sul, é possível constatar que as demandas no que se refere à conectividade, educação digital e cidadania digital diferem fundamentalmente do diagnóstico nacional. Porque, primeiramente, todas as instituições de ensino do território municipal possuem energia elétrica, o que fica evidente ao consolidar os microdados do Censo Escolar com os dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC). Confirma-se que 100% das 21 instituições e polos de ensino ativos no território de Sobradinho possuem abastecimento regular de energia elétrica, servindo como base sólida para a expansão da infraestrutura tecnológica digital.

A tabela a seguir demonstra o número de instituições de ensino presentes no município e a abrangência de diferentes níveis educacionais. Esse dado apresenta-se como relevante para pensar o cenário do Objetivo 7, haja vista que as questões referentes à conectividade, educação digital e cidadania digital se aplicam a todas as etapas e níveis de ensino.

Tabela 1 – Distribuição das instituições de ensino por nível e rede e atendimento de energia elétrica – Sobradinho (RS), 2026

Nível de Ensino	Rede / Dependência	Quantidade	Instituições / Tipologia
Educação Básica	Municipal	14	Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) e de Ensino Fundamental (EMEBs).
Educação Básica	Estadual	3	Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio.

Educação Básica	Privada / Filantrópica	2	Escolas particulares (incluindo Educação Infantil, Especial e Profissional).
Educação Superior	Pública (Estadual/Federal) ou Privada	2	Faculdades ou Polos de Apoio Presencial de Educação a Distância (EAD) ativos e credenciados no MEC.
Total Territorial	Todas as Redes	21	100% das Instituições de Ensino de Sobradinho

Fonte: Elaborado pelo Fórum Municipal de Educação, com base nos microdados do Censo Escolar (INEP, 2025) e do Censo da Educação Superior (INEP, 2024; BRASIL, 2026).

Em relação à conectividade, o presente diagnóstico aponta para a **necessidade de qualificação da conectividade escolar.** Para fins deste Plano, define-se que a universalização do acesso não se restringe à presença de conectividade para fins de gestão (Uso Administrativo), mas pressupõe a transição técnica para redes estáveis de alta velocidade (Banda Larga via Fibra Óptica ou Satélite de alta performance) com distribuição capitalizada para os ambientes de aprendizagem (Uso Pedagógico), assegurando a equidade no letramento digital de estudantes de todas as redes.

Sendo assim, é fundamental conceituar rigorosamente as tipologias de conexão. A classificação técnica adota como critérios a velocidade, a estabilidade, a via de transmissão (meio físico) e a finalidade pedagógica ou administrativa dentro do ambiente escolar.

Tabela 2 – Glossário de Tipologias e Indicadores de Conectividade Educacional

Conceito Técnico	**Descrição Operacional para o PME**	**Fonte Normativa/Citação**
Internet Banda Larga	Conexão de dados contínua e de alta velocidade que permite a navegação fluida, tráfego de arquivos multimídia e uso de plataformas virtuais simultâneas.	(ANATEL, 2021)

Fibra Óptica	Tecnologia de transmissão por feixes de luz em filamentos de vidro. Oferece altíssima velocidade, estabilidade e baixa latência. Ideal para redes escolares urbanas.	(ANATEL, 2021)
Via Satélite	Conexão captada por antenas direcionadas a satélites (geoestacionários ou de órbita baixa). Infraestrutura estratégica para o atendimento de escolas rurais.	(ANATEL, 2021)
Rede Móvel (3G/4G/5G)	Conexão via ondas de rádio de telefonia celular. Em escolas, funciona por modems ou chips. Tem como limitação técnica a oscilação de sinal e franquias de dados.	(ANATEL, 2021)
Uso Administrativo	Rede restrita e segura destinada às funções de gestão da escola (secretaria, matrículas, prestação de contas e alimentação do Educacenso).	(INEP, 2025)
Uso Pedagógico	Rede dimensionada (via Wi-Fi ou cabos) para o acesso de alunos e professores em atividades de aprendizagem, pesquisa e letramento digital.	(INEP, 2025)

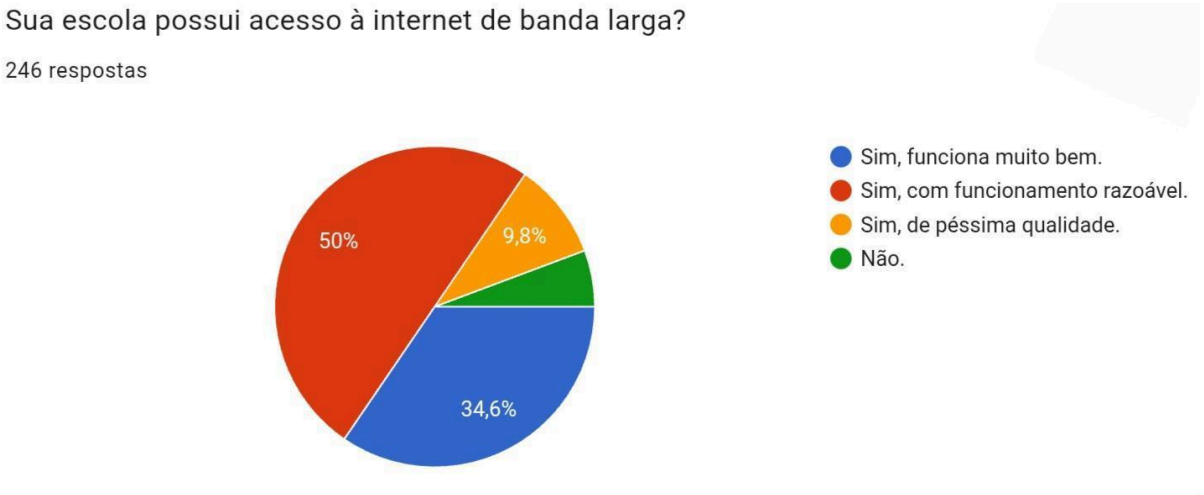
Fonte: Elaborado pelo Fórum Municipal de Educação, com base em definições técnicas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2021) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2025).

Faz-se necessário, tendo em vista essa variabilidade no trato das informações referentes à conectividade, compreender que os instrumentos de coleta de dados questionam aspectos diversos. Assim, com base nos dados consolidados do Censo Escolar de 2025 (INEP, 2025), o cenário da Educação Básica no território municipal apresenta a seguinte configuração técnica:

- Disponibilidade Geral de Internet: **100% das unidades escolares possuem algum tipo de sinal operacional em suas dependências,** evidenciando que a inserção digital já atinge todos os prédios escolares.
- Tipologia de Conectividade (Banda Larga Fixa): Das escolas que possuem internet, 78,9% operam com infraestrutura de alta velocidade via Banda Larga Fixa (predominantemente Fibra Óptica), garantindo estabilidade para o tráfego de dados na zona urbana.
- Conectividade Rural: O atendimento das escolas localizadas na zona rural do município é viabilizado por meio de 2 conexões via Satélite ou Rádio (10,5%), tipologia física essencial para superar as barreiras geográficas e garantir a equidade na distribuição do sinal.
- Acesso Funcional (Uso Administrativo e. Pedagógico): O principal gargalo estrutural reside na destinação do fluxo da rede. Enquanto a internet para Uso Administrativo alcança 89.4% das escolas, assegurando a gestão interna, o diário de classe digital e a alimentação do Educacenso, a internet voltada ao Uso Pedagógico (destinada aos estudantes e práticas de letramento digital em sala de aula) está presente em apenas 57.8% das escolas. No Ensino Superior, os 2 polos ativos contam com 100% de cobertura pedagógica por exigência regulatória.

Ao analisar a infraestrutura tecnológica sob a ótica dos profissionais que vivenciam o cotidiano escolar, observa-se uma distância considerável entre a existência formal do recurso e a sua aplicabilidade prática. Conforme apresentado na Figura 1, a totalidade dos respondentes aponta que o acesso à internet banda larga é majoritariamente marcado por limitações. Embora o indicador oficial do Censo Escolar tenda a registrar a conectividade de forma binária (presença ou ausência de contrato), a pesquisa de percepção local demonstra que apenas 34,5% dos participantes consideram que o serviço "funciona muito bem". A maior parcela da rede (50%) classifica o sinal como "razoável", enquanto o restante divide-se entre uma estrutura de "péssima qualidade" (9,8%) ou a completa falta do serviço (5,7%). Esse cenário evidencia que o desafio da rede transcende a universalização do acesso, residindo sobretudo na garantia de uma conexão estável e veloz que viabilize as práticas pedagógicas digitais. Os dados da pesquisa aqui mencionados foram coletados no espaço de tempo de 16 a 23 de setembro de 2025, via questionário na plataforma Google Forms.

Figura 1 – Percepção da comunidade escolar sobre a qualidade do acesso à internet banda larga.



Fonte: Questionário institucional (SOBRADINHO, 2025).

Compreende-se, a partir dos dados coletados na pesquisa local, que os 5,7% dos respondentes que optaram por afirmar que não há disponibilidade do serviço de internet banda larga, podem ter optado por essa afirmação pela ignorância quanto ao significado do termo. A ausência de saberes referente à conexão digital e à cultura digital receberá tratamento específico neste diagnóstico, mas, fica evidente já nesta etapa que há a necessidade urgente de capacitar os profissionais da educação.

Sabe-se, no entanto, que iniciativas governamentais têm sido implementadas no que tange ao acesso à internet nas instituições de ensino, sobretudo no que se refere à educação básica. De modo que a introdução das tecnologias digitais de informação e comunicação no cenário educacional brasileiro não se deu de forma linear ou isolada, mas sim como o reflexo de um longo processo de disputas políticas, reformas estruturais e demandas por modernização pedagógica. Historicamente, a preocupação em conectar as instituições públicas de ensino remonta ao final do século XX, ganhando corpo com iniciativas seminais como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), criado pelo Ministério da Educação em 1997 (BRASIL, 1997). O ProInfo representou o primeiro esforço coordenado do Estado brasileiro para introduzir laboratórios de informática nas escolas e capacitar o corpo docente para o uso de computadores. Contudo, essa política inicial esbarrava de forma crônica em limitações estruturais de sua própria época: os computadores eram frequentemente obsoletos, o suporte técnico era escasso e o acesso à rede mundial de computadores era incipiente ou inexistente, restringindo as práticas pedagógicas ao uso local de softwares estáticos (MERCADO, 2002).

À medida que a sociedade avançou em direção à consolidação da cultura digital, a infraestrutura das escolas públicas passou a exigir não mais apenas salas com computadores isolados, mas sim conectividade em alta velocidade para a navegação em tempo real. No ano de 2008, o Governo Federal instituiu o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), com a ambiciosa meta de universalizar o acesso à internet rápida em todas as escolas públicas urbanas do país até o ano de 2025 (BRASIL, 2008). O PBLE operava através de contrapartidas contratuais das grandes empresas concessionárias de telecomunicações. Apesar de ter expandido significativamente a capilaridade da infraestrutura básica de telecomunicações nas áreas urbanas, o programa foi amplamente criticado pela falta de qualidade e pela baixa velocidade das conexões oferecidas, as quais se mostravam manifestamente insuficientes para atender a demandas simultâneas de turmas inteiras de estudantes (CIEB, 2019).

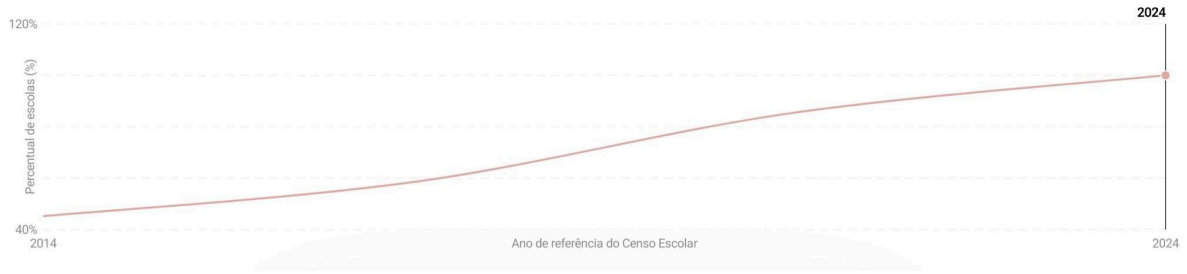
Diante da necessidade iminente de superar o caráter puramente físico e quantitativo das políticas anteriores, o Ministério da Educação (MEC) reformulou suas diretrizes em novembro de 2017 por meio da promulgação do Decreto Federal nº 9.204, que instituiu o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC) (BRASIL, 2017). Posteriormente consolidado em caráter definitivo pela Lei Federal nº 14.180, de 2021, o PIEC foi concebido com uma arquitetura conceitual inovadora, estruturada a partir de quatro dimensões indissociáveis e complementares: Visão, Formação, Conteúdo e Infraestrutura (BRASIL, 2021). O grande diferencial teórico do programa residia na compreensão de que a simples aquisição de roteadores ou a contratação de pacotes de dados seriam inócuas se não estivessem acompanhadas de uma clara intencionalidade pedagógica, da formação continuada do professorado, da disponibilização de recursos educacionais digitais abertos e de uma infraestrutura robusta de distribuição de sinal dentro das salas de aula.

O cronograma de implementação do Programa de Inovação Educação Conectada foi dividido pelo Ministério da Educação em três etapas estratégicas consecutivas: a fase de Indução (compreendida entre os anos de 2017 e 2019), focada na construção de parâmetros técnicos e na realização de projetos-piloto; a fase de Expansão (de 2019 a 2021), voltada para a ampliação progressiva do atendimento em escala nacional; e a fase de Sustentabilidade (de 2022 a 2024), cuja meta era garantir a autonomia financeira das redes locais e a manutenção continuada dos padrões de qualidade da conectividade estabelecidos (BRASIL, 2017). Para viabilizar a execução financeira dessa política sem ferir a autonomia dos entes federados, o Governo Federal utilizou o mecanismo do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Interativo). Por meio do módulo específico da Educação Conectada, as escolas públicas passaram a receber diretamente em suas contas bancárias repasses financeiros anuais divididos em verbas de custeio — destinadas ao pagamento mensal de provedores locais de internet de fibra óptica — e verbas de capital — direcionadas à compra de equipamentos como roteadores de alta densidade, antenas de distribuição interna e cabeamento estruturado (BRASIL, 2019).

A evolução dos indicadores de conectividade no município de Sobradinho/RS reflete a transição e o impacto progressivo das macropoliticas federais de infraestrutura tecnológica. Historicamente, a inserção de redes de dados estáveis nas escolas públicas da região enfrentava os entraves da infraestrutura técnica local e a dispersão geográfica das unidades, limitando o acesso a conexões básicas e administrativas (INEP, 2014).

Com a consolidação do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), a lógica de financiamento foi modificada, permitindo a descentralização de recursos que impulsionou de forma direta a contratação de links de internet em alta velocidade por meio de fibra óptica pelas caixas escolares municipais (BRASIL, 2017). O reflexo quantitativo desse processo de expansão e consolidação das políticas públicas na rede pública de Sobradinho pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 – Evolução do percentual de escolas públicas com acesso à internet banda larga em Sobradinho/RS (2014-2024).



Fonte: Elaborado com base nos dados oficiais do Censo Escolar/INEP (2014, 2017, 2020, 2024).

A leitura longitudinal da Figura 2 demonstra uma trajetória ascendente e contínua nos indicadores de acesso formal à rede. No ano de 2014, sob a vigência do antigo Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), menos da metade das unidades públicas municipais e estaduais de Sobradinho (45,2%) dispunha de acesso declarado à banda larga (INEP, 2014).

No ano de 2017, marco inicial de indução do PIEC, o índice alcançou 58,7%, demonstrando uma aceleração que culminou na fase de expansão em 2020, quando o município atingiu 85,3% de cobertura (INEP, 2017; INEP, 2020). Conforme os dados consolidados mais recentes do Censo Escolar, o município atingiu a meta documental de 100% de suas unidades escolares públicas ativas operando com acesso à internet banda larga, consolidando a etapa de universalização do acesso físico à rede (INEP, 2024).

Superadas as limitações do acesso à internet e orientados à melhoria da qualidade do serviço ofertado às instituições de ensino, dois outros aspectos relacionados ao alcance efetivo daquilo que propõe o Objetivo 7 se apresentam: A disponibilidade de equipamentos para a utilização com finalidades pedagógicas e a capacitação dos profissionais da educação. Vejamos cada um desses aspectos separadamente.

No que diz respeito aos equipamentos para acesso à internet para fins pedagógicos, os dados consolidados das sinopses estatísticas e dos painéis do Censo Escolar demonstram uma assimetria entre a presença física de computadores nas instituições de ensino e a sua efetiva disponibilidade para o corpo discente. No Ensino Fundamental do município, 100% das escolas urbanas declaram possuir computadores (INEP, 2025). Todavia, ao filtrar os equipamentos por destinação de uso, constata-se a seguinte realidade:

- Rede Municipal de Ensino: Cerca de 40% dos computadores de mesa (*desktops*) existentes nas escolas encontram-se alocados em setores administrativos (secretarias e direções) ou possuem uso restrito aos docentes (INEP, 2025). A inserção de dispositivos móveis, como *chromebooks* e *tablets* voltados para os estudantes, é recente e atende de forma prioritária aos anos finais do Ensino Fundamental, mantendo os anos iniciais dependentes de laboratórios fixos ou de recursos compartilhados (INEP, 2025).
- Rede Estadual de Ensino: Nas escolas estaduais localizadas no território de Sobradinho, a infraestrutura de informática está concentrada em laboratórios de informática tradicionais. O indicador de "alunos por computador de uso pedagógico" aponta para uma média superior a 15 alunos para cada máquina ativa, limitando o desenvolvimento de atividades integradas ao currículo regular (INEP, 2025).

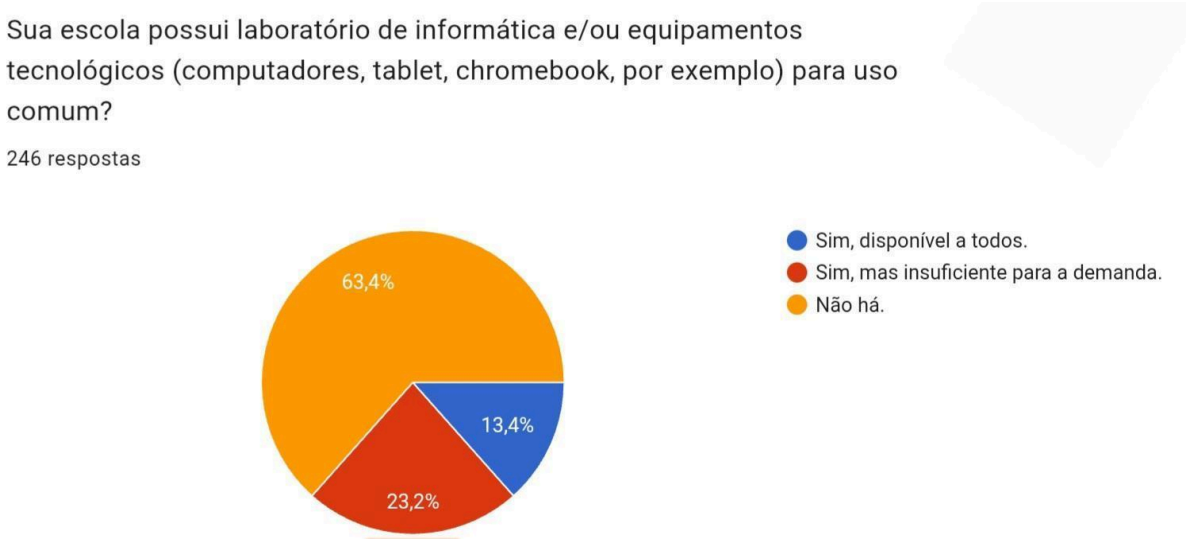
Ademais, o Censo Escolar indica que a tecnologia mais disseminada nas salas de aula de Sobradinho é o projetor multimídia (*data-show*), presente em mais de 75% das salas do Ensino Fundamental (INEP, 2025). Esse dado qualitativo sugere que a cultura digital no município ainda é predominantemente "expositiva" — com o professor utilizando a tecnologia para transmissão de conteúdo —, em detrimento de uma cultura "ativa" ou "criativa", na qual o estudante manipula os dispositivos eletrônicos (INEP, 2025).

Além disso, o monitoramento local das verbas descentralizadas via Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), através dos Planos de Aplicação Financeira (PAF) do PDDE Interativo, ajuda a explicar a escassez de novos dispositivos nas salas de aula (BRASIL, 2025). A análise das prestações de contas e relatórios do PIEC aponta que as equipes gestoras das escolas de Sobradinho priorizaram o investimento na categoria de "Infraestrutura de Rede/Conectividade" em detrimento da categoria de "Aquisição de Dispositivos" (BRASIL, 2025). Em termos práticos, a maior parcela dos recursos federais recebidos pelo município nos últimos ciclos foi utilizada para a contratação de pacotes de internet de maior velocidade, instalação de cabeamento estruturado e compra de roteadores de nível empresarial para a distribuição do sinal Wi-Fi (BRASIL, 2025). A justificativa técnica identificada nos relatórios de monitoramento reside no fato de que a rede interna das escolas não suportava o tráfego de dados necessário para conectar múltiplos aparelhos simultaneamente (BRASIL, 2025).

Portanto, o município de Sobradinho encontra-se em um estágio de consolidação da infraestrutura básica de rede. A ausência de materiais didáticos digitais específicos e o número reduzido de *tablets* e computadores portáteis por estudante configuram-se como os próximos desafios a serem superados. (SOBRADINHO, 2015; BRASIL, 2025).

Nesse aspecto, a percepção dos educadores é condizente com os dados oficiais encontrados. A pesquisa realizada pela comissão responsável pelo Objetivo 7 confirmou a escassez de materiais e equipamentos que possam ser utilizados para o ensino em sala de aula, especialmente naquilo que compete ao uso autônomo dessas ferramentas por parte dos estudantes. A figura 3 demonstra os resultados alcançados:

Figura 3 - Disponibilidade de ferramentas com acesso à internet para uso pedagógico.



Fonte: Questionário institucional (SOBRADINHO, 2025).

Uma característica importante da pesquisa feita no âmbito local pela comissão responsável é o fato dela ter sido amplamente distribuída aos profissionais de educação no município, porém o maior número de pessoas que respondeu ao questionário foram profissionais da educação da rede municipal de ensino. Logo, os resultados alcançados refletem sobretudo a realidade da rede municipal de educação, contudo, ainda assim os dados são importantes para construir um parâmetro sobre a percepção dos profissionais no que tange ao universo digital nas escolas.

As redes de ensino - municipal, estadual, particular e superior - possuem características distintas no trato da questão. No mapeamento da Educação Básica local, constata-se uma exclusão estrutural completa da Educação Infantil (creches e pré-escolas) no que tange ao acesso a equipamentos tecnológicos pedagógicos. Os dados do Censo Escolar apontam que 100% dos dispositivos eletroeletrônicos existentes nessas instituições, majoritariamente da rede municipal, são destinados exclusivamente ao uso administrativo e à gestão escolar (INEP, 2025a).

Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil não prescrevam o uso de telas individuais para essa faixa etária, a ausência de equipamentos de suporte voltados à mediação docente — como projetores multimídia ou sistemas de som integrados em salas de referência — aponta que o segmento apresenta baixa inserção nas ações voltadas à cultura digital observadas no município.

No Ensino Fundamental e Médio, o acesso a dispositivos para estudo é marcado por lógicas patrimoniais distintas, cujos dados do Censo Escolar revelam as seguintes assimetrias locais, conforme já apresentado anteriormente: a) Rede Municipal: Apresenta maior flexibilidade decorrente dos investimentos recentes do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), priorizando dispositivos portáteis (como *chromebooks* ou *tablets*) que circulam de forma mediada e estritamente institucional dentro da sala de aula (INEP, 2025a; BRASIL, 2025). b) Rede Estadual: Mantém o modelo tradicional centralizado em laboratórios de informática fixos, enfrentando um gargalo histórico de obsolescência e manutenção de computadores de mesa (*desktops*), o que resulta em uma média desfavorável de alunos por máquina ativa e funcional (INEP, 2025a).

Ao avançar para o Ensino Superior no território de Sobradinho — caracterizado pela presença de Polos de Apoio Presencial de Educação a Distância (EAD) e núcleos universitários —, a métrica de avaliação do Censo da Educação Superior altera drasticamente o paradigma do "acesso" (INEP, 2025b). Ocorre uma inversão de responsabilidade regulatória e socioeconômica, conforme sintetizado abaixo:

- Exigência Institucional Restrita: Os indicadores oficiais do INEP e as diretrizes do SINAES monitoram se as instituições mantêm uma infraestrutura fixa mínima nos Polos (terminais para a realização de exames obrigatórios, acessibilidade de TIC e funcionamento de Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVA), sem a obrigação de fornecer aparelhos para a rotina diária dos estudantes (INEP, 2025b; BRASIL, 2017).
- Privatização do Insumo de Estudo: A dinâmica acadêmica do nível superior local pressupõe que o estudante seja o provedor de seu próprio equipamento (computador portátil ou *smartphone* pessoal) para o acompanhamento das atividades assíncronas em ambiente doméstico (BRASIL, 2017).

Enquanto no Ensino Fundamental a inclusão digital do aluno depende diretamente do fornecimento do Estado dentro da escola, no Ensino Superior o estudante em Sobradinho enfrenta o desafio socioeconômico da exclusão digital privada, onde a falta de um dispositivo próprio atua como fator limitante para a permanência e o êxito acadêmico (INEP, 2025b; BRASIL, 2017).

Todos esses fatores interferem nas dinâmicas e métodos de ensino-aprendizagem, nas diferentes etapas e níveis de ensino. De modo que a capacitação dos profissionais que atuam frente aos diferentes públicos exigem tratamentos diferenciados. É válido ressaltar que, ainda que a Educação Infantil não tenha o direcionamento de políticas específicas, o público da primeira infância é o mais afetado pela Cultura Digital na atualidade. Não é preciso apenas educar os estudantes, faz-se necessário repensar o cenário no âmbito social para que o uso de ferramentas tecnológicas de maneira indiscriminada não comprometa o desempenho escolar e acadêmico das gerações que agora passam pelas instituições de ensino.

A consolidação da cultura digital e o cumprimento pleno da Meta 7 dependem diretamente da capacidade do corpo docente de mediar o uso pedagógico das tecnologias (SOBRADINHO, 2015). Contudo, o cruzamento de microdados do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior revela que as ações de formação continuada para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) enfrentam barreiras geracionais e assimetrias profundas entre as redes de ensino (INEP, 2025a; INEP, 2025b).

Os registros de perfil biográfico dos docentes atuantes em Sobradinho apontam para um envelhecimento progressivo do corpo docente da escola pública, um fenômeno compartilhado com a média do estado do Rio Grande do Sul (INEP, 2025a; DIEESE, 2026). Essa característica demográfica cria cenários distintos em relação à recepção da cultura digital:

1. Docentes com Maior Tempo de Carreira (Faixa Etária acima de 45 anos): Representam uma parcela significativa da força de trabalho nas redes municipal e estadual em Sobradinho (INEP, 2025a). Para esse grupo, o Censo Escolar aponta que as principais formações recebidas ao longo da carreira focaram em metodologias tradicionais de ensino (INEP, 2025a). Considerando o perfil etário identificado nos microdados e os desafios frequentemente apontados pela literatura especializada sobre integração de tecnologias digitais, infere-se a necessidade de ações formativas que considerem diferentes trajetórias profissionais.
2. Docentes Ingressantes (Faixa Etária até 35 anos): Embora demonstrem maior familiaridade natural com dispositivos móveis e redes digitais, esses profissionais frequentemente ingressam nas redes públicas sob contratos temporários ou com formação inicial (licenciatura) deficitária no que tange à aplicação pedagógica da tecnologia. A familiaridade com tecnologias digitais não garante, por si só, a incorporação pedagógica qualificada dessas ferramentas.

A oferta e a participação em cursos de formação continuada voltados à educação digital variam de maneira crítica conforme o nível de ensino no município:

- Educação Infantil (Rede Municipal): O indicador de formação continuada em TIC para professores de creches e pré-escolas em Sobradinho é estatisticamente nulo (INEP, 2025a). Como os sistemas e equipamentos são de uso estritamente administrativo, os planos de capacitação docente dessa etapa ignoram ferramentas digitais, perpetuando o isolamento tecnológico desse público, sob a premissa de que a infância deve ser preservada do uso de telas (INEP, 2025a).
- Ensino Fundamental (Redes Municipal e Estadual): O Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC) impulsionou a inscrição de docentes locais em plataformas federais de capacitação (como o AVAMEC e o Escolas Conectadas) (BRASIL, 2025). Os relatos locais e os indicadores de infraestrutura sugerem dificuldades para a incorporação prática dos conhecimentos desenvolvidos nas formações.

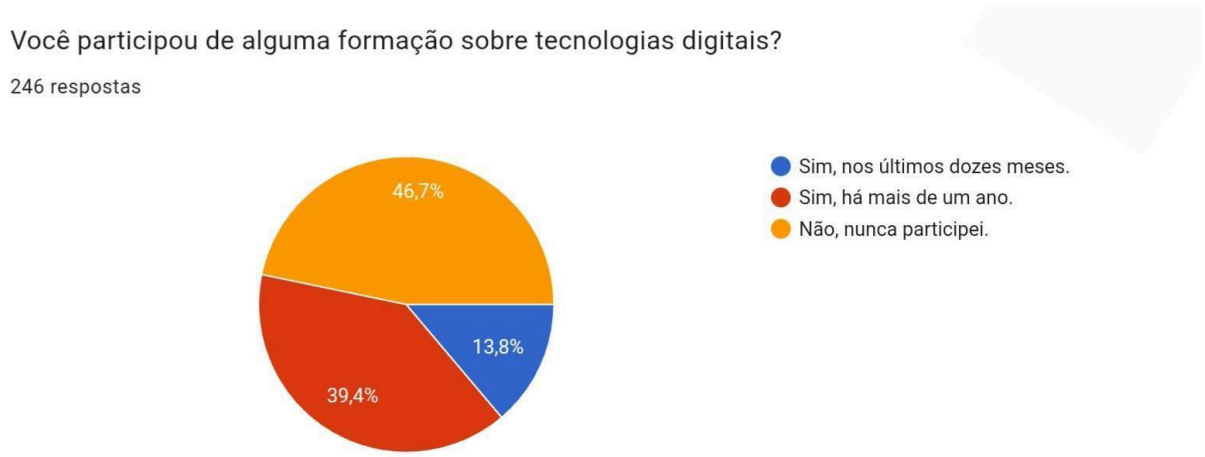
- Ensino Superior (Polos de Graduação/EAD): O cenário inverte-se completamente ao analisar os indicadores regulatórios do SINAES e o Censo da Educação Superior (INEP, 2025b). Os tutores e docentes atuantes nos polos de Sobradinho registram taxas de capacitação em cultura digital próximas a 100%, uma vez que o domínio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), ferramentas de tutoria síncrona e curadoria de recursos educacionais abertos (REA) constitui pré-requisito contratual obrigatório para o funcionamento legal dos cursos superiores a distância (BRASIL, 2017; INEP, 2025b).

Os dados analisados permitem identificar uma fratura formativa entre os diferentes níveis de ensino: enquanto o Ensino Superior possui docentes capacitados para o ambiente virtual de aprendizagem ativa, a Educação Básica pública lida com um corpo docente maduro, que necessita de letramento digital prático focado na sua realidade geracional, e não apenas de diretrizes teóricas de difícil execução (INEP, 2025a; DIEESE, 2026).

Compreende-se que o processo de letramento digital exige uma medida governamental para que seja eficiente, plena e coordenada e que possibilite impactos reais na aprendizagem daqueles que estão em formação nas instituições de ensino, bem como na comunidade sobradinhense em geral.

Outrossim, a percepção dos profissionais da educação no que se refere a sua própria formação no âmbito das tecnologias digitais admite a necessidade de aprimoramento. Na figura 4, resultado da pesquisa local organizada pela comissão responsável pelo Objetivo 7, podemos observar que quase metade (46.7%) dos que responderam dizem nunca ter participado de formações sobre tecnologias digitais. É válido mencionar que a pergunta era bastante abrangente e que os profissionais poderiam relacionar seus conhecimentos à formação de maneira abrangente, não havia especificação de estudos voltados à educação ou à atuação pedagógica.

Figura 4 - Participação em formações sobre tecnologias digitais.



Fonte: Questionário institucional (SOBRADINHO, 2025).

O presente diagnóstico evidencia a necessidade de atentar para três pontos principais - conectividade de qualidade, recursos materiais em quantidade e qualidade satisfatória para uso pedagógico e capacitação do corpo docente. No entanto, avanços importantes podem ser destacados, como, por exemplo, o ajuste feito nas matrizes curriculares em 2026 que incorporaram a BNCC Computação aos documentos municipais, processo feito pelos professores da rede numa clara iniciativa de apropriação dos temas e oportunidades de ajustes à realidade local.

ANÁLISE CAUSAL

A rede municipal avançou na expansão da infraestrutura tecnológica, mas o investimento concentrou-se prioritariamente na garantia da conectividade e da infraestrutura de rede. Embora essa estratégia tenha sido fundamental para universalizar o acesso formal à internet, ela não foi acompanhada, na mesma intensidade, pela ampliação de equipamentos pedagógicos e de recursos digitais destinados aos estudantes. Como consequência, parte significativa da tecnologia disponível permanece vinculada às atividades administrativas, limitando seu potencial educativo.

A insuficiência de equipamentos para uso discente e a cobertura restrita da conectividade pedagógica dificultam a incorporação das tecnologias digitais às práticas de ensino. Mesmo quando os recursos estão presentes, sua utilização tende a ocorrer de forma expositiva, centrada na transmissão de conteúdos pelo professor, reduzindo as oportunidades de autoria, investigação, produção e resolução de problemas por parte dos estudantes.

A consolidação da Cultura Digital depende da capacidade dos profissionais da educação de integrar as tecnologias ao currículo e às metodologias de ensino. Entretanto, os dados locais indicam baixa participação em formações específicas sobre tecnologias digitais, além de dificuldades para transformar os conhecimentos adquiridos em práticas pedagógicas permanentes. Essa situação é agravada pela ausência de ações formativas sistemáticas para determinadas etapas da educação básica, especialmente a Educação Infantil.

A interação entre esses fatores gera um ciclo de retroalimentação: a limitação de equipamentos reduz as oportunidades de uso pedagógico; o uso pedagógico restrito diminui a demanda por inovação metodológica; e a insuficiência de formação dificulta a ampliação e a qualificação das práticas digitais. Dessa forma, embora o município tenha avançado na infraestrutura de conectividade, a Cultura Digital ainda não se encontra plenamente integrada aos processos de ensino e aprendizagem, permanecendo concentrada em usos instrumentais e administrativos.

CAUSAS CRÍTICAS

- Conectividade insuficiente ou inadequada para uso pedagógico em parte das instituições de ensino.
- Quantidade limitada de equipamentos tecnológicos disponíveis para utilização pelos estudantes.
- Destinação prioritária dos recursos tecnológicos para atividades administrativas em detrimento das práticas pedagógicas.
- Escassez de materiais didáticos digitais e recursos educacionais específicos para o desenvolvimento da Cultura Digital.
- Baixa participação dos profissionais da educação em processos de formação continuada voltados às tecnologias digitais.
- Dificuldade de transposição dos conhecimentos teóricos adquiridos em formações para a prática pedagógica cotidiana.
- Ausência ou fragilidade de políticas específicas de Cultura Digital para determinadas etapas da educação básica, especialmente a Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). **Relatório de conectividade e infraestrutura de redes de alta velocidade**. Brasília, DF: ANATEL, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anatel. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008. **Dispõe sobre o Programa Banda Larga nas Escolas** (PBLE). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 abr. 2008.

BRASIL. Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017. **Institui o Programa de Inovação Educação Conectada**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 nov. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9204.htm. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021. **Institui a Política de Inovação Educação Conectada**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2 jul. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14180.htm. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC)**: consulta de instituições e polos para o município de Sobradinho/RS. Brasília, DF: MEC, 2026. Disponível em: https://emec.mec.gov.br. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Polos de Apoio Presencial para Educação a Distância**. Brasília, DF: INEP, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Painel de Monitoramento do Programa de Inovação Educação Conectada**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: http://educacaoconectada.mec.gov.br. Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 522, de 9 de abril de 199**7. Cria o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 abr. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.609, de 19 de setembro de 2019. Dispõe sobre os critérios para repasse de recursos financeiros às escolas públicas integradas ao Programa de Inovação Educação Conectada**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 set. 2019.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA (CIEB). **Conectividade nas escolas públicas brasileiras**: nota técnica. São Paulo: CIEB, 2019.

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA META 7. **Levantamento diagnóstico sobre conectividade, educação digital e cidadania digital da rede municipal de Sobradinho/RS**. Sobradinho, RS, 2025. (Questionário institucional).

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Análise do perfil do funcionalismo público da educação estadual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: DIEESE, 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2014**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2017**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2024**: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 16 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopses Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 16 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Caderno de Conceitos e Orientações do Censo Escolar da Educação Básica 2025**. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 16 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2024. Brasília**, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 16 jun. 2026.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **As novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática**. Maceió: EDUFAL, 2002.

SOBRADINHO (RS). **Plano Municipal de Educação 2015–2025**. Sobradinho, RS: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

8. Sustentabilidade Socioambiental na Educação

Promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino.

PROBLEMA

O município de Sobradinho desenvolve ações de educação ambiental principalmente por meio da rede municipal de ensino, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, Meio Ambiente e Agricultura. Embora ainda existam desafios para consolidar uma política ambiental permanente em todas as escolas, diversas iniciativas já fazem parte da realidade do município e podem ser destacadas em um diagnóstico ou Plano Municipal de Educação.

ANÁLISE DESCRITIVA

O município de Sobradinho, localizado na região Centro Serra do Rio Grande do Sul, possui uma rede educacional composta por escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental, além da rede estadual responsável pelo ensino médio. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto (SMECTD) tem desenvolvimento de ações de educação ambiental junto às escolas e à comunidade, além de políticas de enfrentamento às mudanças climáticas e preservação ambiental.

Entre as principais ações desenvolvidas estão:

- Projetos de Educação Ambiental nas escolas, abordando temas como preservação dos recursos naturais, reciclagem, coleta seletiva, consumo consciente e conservação da água.
- Comemoração de datas ambientais, como o Dia Mundial da Água, Dia do Meio Ambiente e Semana da Árvore, com atividades pedagógicas, palestras, oficinas e campanhas de conscientização.
- Incentivo à coleta seletiva de resíduos, promovendo a separação correta do lixo nas escolas e ações educativas sobre reciclagem.
- Hortas escolares e jardinagem, utilizadas como ferramentas pedagógicas para ensinar alimentação saudável, sustentabilidade e responsabilidade ambiental.
- Plantio de árvores e recuperação de áreas verdes, envolvendo estudantes, professores e comunidade em ações de arborização.
- Parcerias com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, EMATER e outras instituições, para realização de palestras, visitas técnicas e projetos de educação ambiental.
- Atividades voltadas ao uso consciente da água e da energia, incentivando hábitos sustentáveis no ambiente escolar.
- Participação em campanhas municipais de limpeza e preservação ambiental, mobilizando estudantes e comunidade escolar.

- Programa socioambiental “Verde é Vida”, desenvolvido em parceria com escolas da região de Sobradinho. Diversas escolas receberam premiações por projetos ambientais, hortas, coleta de óleo saturado e grupos ecológicos estudantis.

Em relação ao enfrentamento das mudanças climáticas

Após os eventos climáticos extremos que atingiram o Rio Grande do Sul nos últimos anos, o município passou a intensificar discussões sobre:

- conscientização sobre eventos climáticos extremos;
- preservação das matas ciliares e nascentes;
- redução da geração de resíduos;
- incentivo ao plantio de árvores;
- fortalecimento da educação ambiental como estratégia de prevenção e adaptação às mudanças climáticas.

As escolas do município foram questionadas sobre a educação ambiente e responderam:

🌿 Ação desenvolvida pelas escolas	✅ Sim	❌ Não
🌱 Educação ambiental	100%	0%
♻️ Coleta seletiva / redução de resíduos	87,5%	12,5%
🌳 Campanhas de preservação ambiental	87,5%	12,5%
⚡ Redução do consumo de energia	87,5%	12,5%
🌿 Horta escolar	81,3%	18,8%
📚 Palestras e oficinas	81,3%	18,8%
💧 Uso consciente da água	75%	25%
🌳 Plantio de árvores	75%	25%
🤝 Parcerias institucionais	75%	25%
🌱 Programas permanentes	68,8%	31,3%
💧 Monitoramento do consumo de água	56,3%	43,8%
🛡️ Planos de prevenção de riscos	43,8%	56,3%
🌧️ Captação de água da chuva	18,8%	81,3%

👩‍🏫 Formação continuada dos professores 12,5% 87,5%

Base: 16 escolas respondentes. Os dados da síntese destacam a educação ambiental, a separação de resíduos, campanhas, hortas, plantio e economia de água e energia como ações presentes nas escolas.

Destaques
- Maior resultado: Educação ambiental — 100%
- Resultados positivos: coleta seletiva, campanhas ambientais e economia de energia — 87,5%
- Principais pontos a fortalecer: formação continuada — 12,5%, e captação de água da chuva — 18,8%. A própria síntese aponta esses temas como necessidades de fortalecimento.

ANÁLISE CAUSAL

Educação Básica: observa-se pouca visibilidade e ações sobre essa temática, desenvolvidas abrangendo todo o ensino fundamental.

Programas desenvolvidos: A grande maioria dos projetos e programas desenvolvidos são em parceria com entidades privadas.

CAUSAS CRÍTICAS

Apesar dos avanços, ainda são observados alguns desafios:

- Necessidade de institucionalizar programas permanentes de educação climática;
- Ampliar a formação dos professores sobre mudanças do clima e sustentabilidade;
- Integrar a educação ambiental de forma interdisciplinar em todas as etapas da educação básica;
- Fortalecer planos de prevenção e gestão de riscos ambientais nas escolas;
- Ampliar projetos de monitoramento do consumo de água, energia e geração de resíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 29 jun. 2026.
BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Dispõe sobre a inserção da educação climática no sistema educacional brasileiro. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 29 jun. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA). *Educação Ambiental*. Porto Alegre: SEMA, [s.d.]. Disponível em: https://www.sema.rs.gov.br/educacao-ambiental-assea. Acesso em: 29 jun. 2026.
RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA). *PEAC – Programa de Educação Ambiental Colaborativo*. Porto Alegre: SEMA, [s.d.]. Disponível em: https://www.sema.rs.gov.br/peac. Acesso em: 29 jun. 2026.
SOBRADINHO (RS). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Sobradinho: Prefeitura Municipal, [2026]. Disponível em: https://www.sobradinho.rs.gov.br/portal/?page_id=2429. Acesso em: 29 jun. 2026.
SOBRADINHO (RS). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. Sobradinho: Prefeitura Municipal, [2026]. Disponível em: https://www.sobradinho.rs.gov.br/portal/?page_id=2486. Acesso em: 29 jun. 2026.
SOBRADINHO (RS). Prefeitura Municipal. Estrutura Organizacional. Sobradinho: Prefeitura Municipal, [2026]. Disponível em: https://www.sobradinho.rs.gov.br/portal/?page_id=14753. Acesso em: 29 jun. 2026.

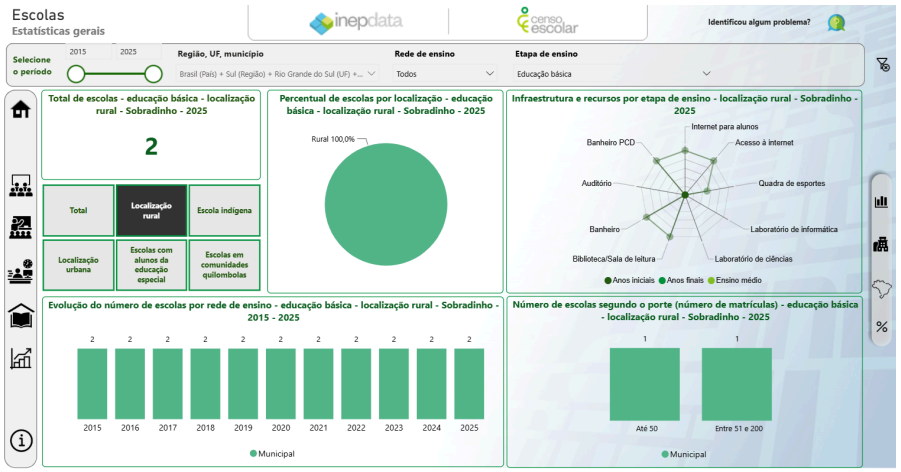
9) Educação do Campo

PROBLEMA

O acesso, a qualidade da oferta e a permanência, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação do campo não estão assegurados**.**

ANÁLISE DESCRITIVA

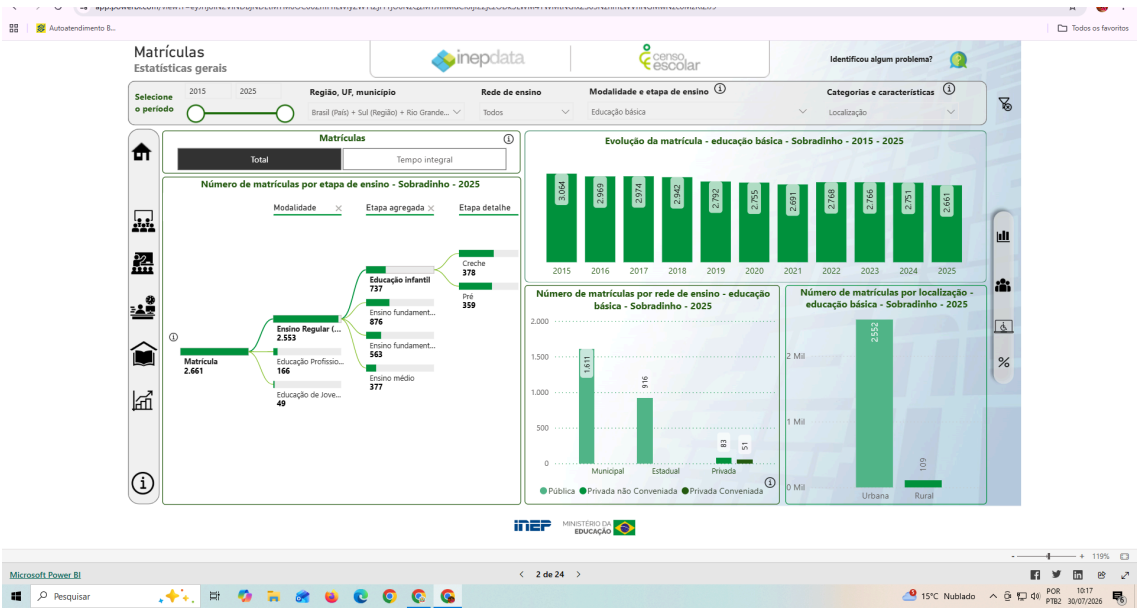
A amostragem apresenta um universo de **109 matrículas**, distribuídas em duas escolas rurais (**São Valentim** e **Flor Fabrício Ceretta**), com o suporte de **13 docentes**.



Fonte: (Censo Escolar 2025)

Total de Matrículas: 109

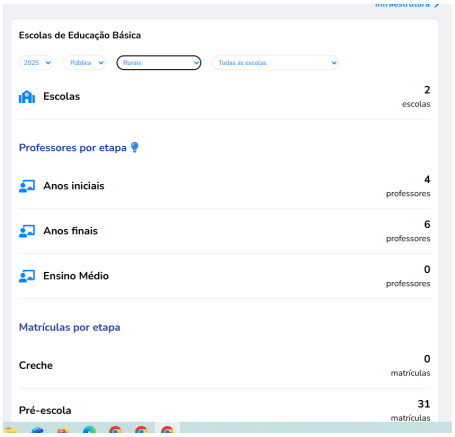
- ➔ Educação Infantil: 31 alunos (28,4%)
- ➔ Ensino Fundamental: 78 alunos (71,6%)

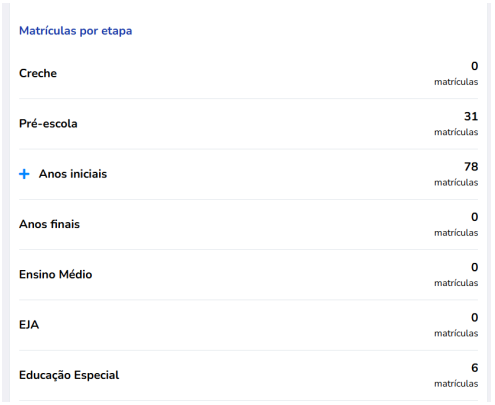


(Censo escolar 2025)



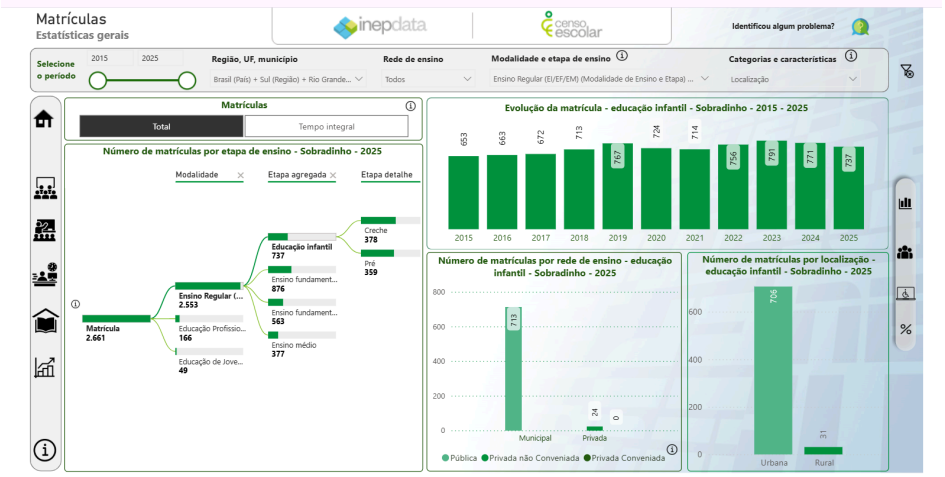
Fonte:Q educ.





1. Educação Infantil (31 matrículas)

Representa quase um terço do público atendido. Na realidade do campo, a Educação Infantil é um gargalo histórico e um direito fundamental.



- *Realidade Local:* Atender crianças de 4 a 5 anos no meio rural exige uma logística complexa de transporte escolar e um olhar atento à transição de cuidados. A presença expressiva de alunos nesta fase demonstra que as famílias do campo estão fixando residência e confiando a primeira infância à rede municipal.

2. Ensino Fundamental (78 matrículas)

Representa a maioria absoluta dos estudantes (71,6%).

- *Realidade Local:* Concentra a demanda por alfabetização e consolidação dos anos iniciais. É o público-alvo central para as metas de proficiência em leitura e matemática.

Análise Causal:

3. Realidade Institucional e Modelos de Oferta

A divisão entre apenas duas escolas revela estratégias de atendimento bem distintas e necessárias para o território:

Escola em Tempo Integral (Pré ao 5º Ano)

A existência de uma escola de tempo integral para os anos iniciais e educação infantil no campo é um marco de equidade social.

- **Impacto na Realidade Local:**
    - *Para os alunos:* Garante segurança alimentar (mais refeições balanceadas), tempo ampliado de letramento, atividades culturais e esportivas que, muitas vezes, o isolamento geográfico do campo limita.
    - *Para as famílias:* Apoia diretamente a agricultura familiar, permitindo que os pais dediquem o dia ao trabalho no meio rural sabendo que os filhos estão em um ambiente seguro e formativo.

4. Relação Aluno-Professor (13 Docentes para 109 Alunos)

A média geral é de aproximadamente 8,3 alunos por professor. Embora na prática as turmas não sejam divididas de forma tão linear, esse número indica um cenário propício para o atendimento personalizado.

- **Desafio Multisseriado:** É muito comum na realidade de Sobradinho e do interior gaúcho que escolas do campo trabalham com turmas multisseriadas (mais de um ano escolar na mesma sala). Se esse for o caso de uma das escolas, os 13 docentes precisam de formação continuada específica para gerenciar diferentes níveis de aprendizagem simultaneamente, garantindo que ninguém fique para trás.

A infraestrutura das escolas do campo representa um dos fatores mais determinantes para a garantia do direito à educação de qualidade, para o combate às desigualdades regionais e para o fortalecimento da cidadania no meio rural. Quando analisamos os indicadores do Censo Escolar (como os reunidos na plataforma QEdu), fica evidente como a estrutura física, os recursos tecnológicos e as condições sanitárias impactam diretamente a permanência e o aprendizado dos estudantes.

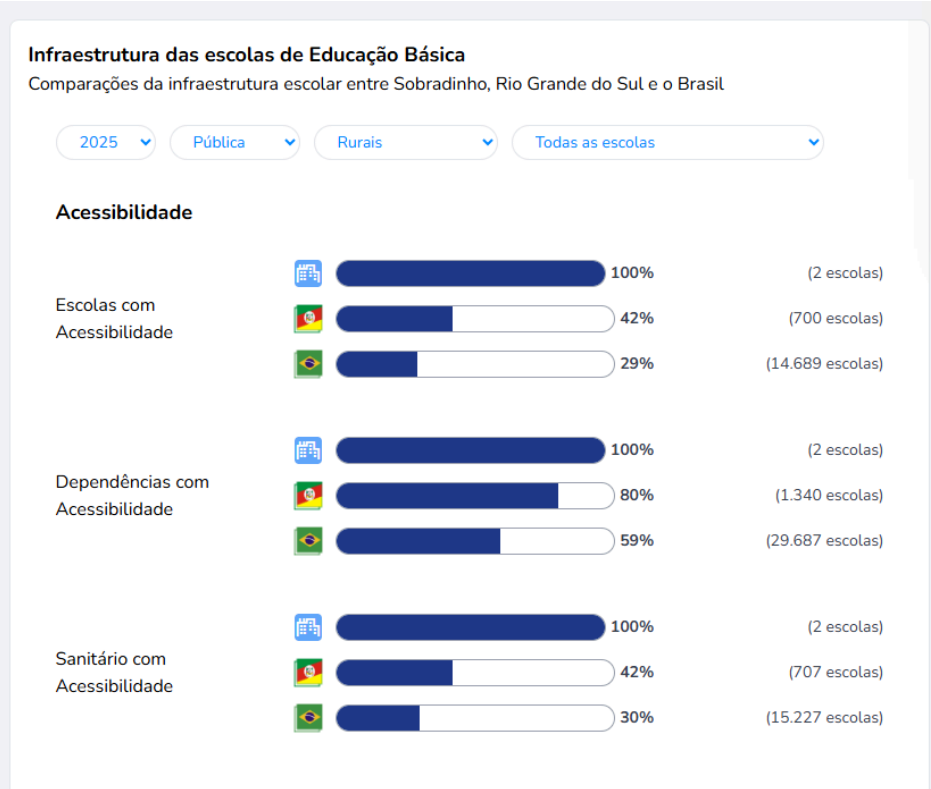
A transformação digital da educação torna o acesso à internet de alta velocidade e a equipamentos tecnológicos uma prioridade também para a zona rural.

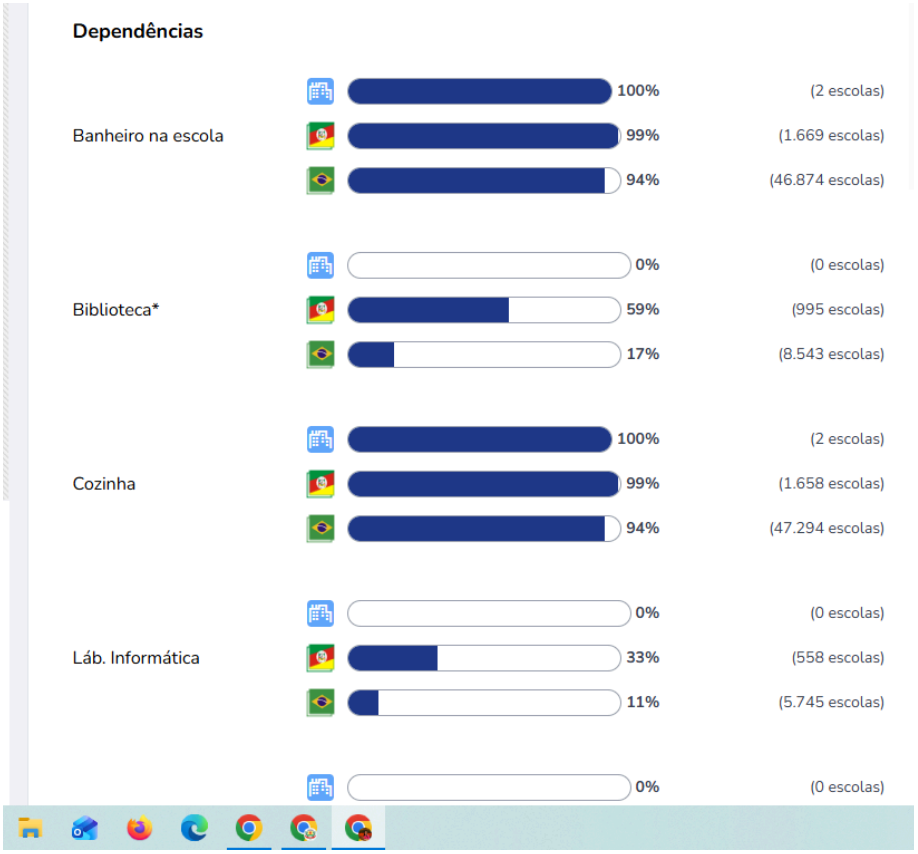
- **Conectividade:** O acesso à internet banda larga possibilita o uso de ferramentas interativas, pesquisas e plataformas digitais de apoio às aulas. No campo, romper o isolamento digital é fundamental para nivelar as oportunidades em relação aos centros urbanos.
- **Espaços de Aprendizado:** A presença de bibliotecas ou salas de leitura, laboratórios de informática ou espaços multiusos enriquece o processo pedagógico, permitindo atividades integradas que dialoguem com a realidade do meio rural.

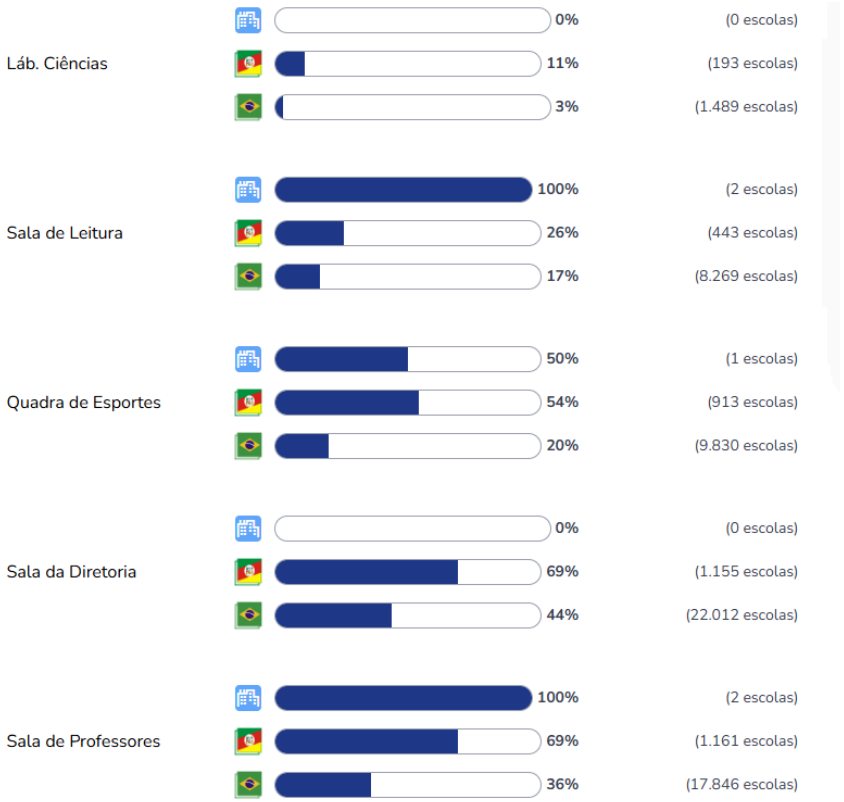
5. Acessibilidade e Ambientes de Convivência

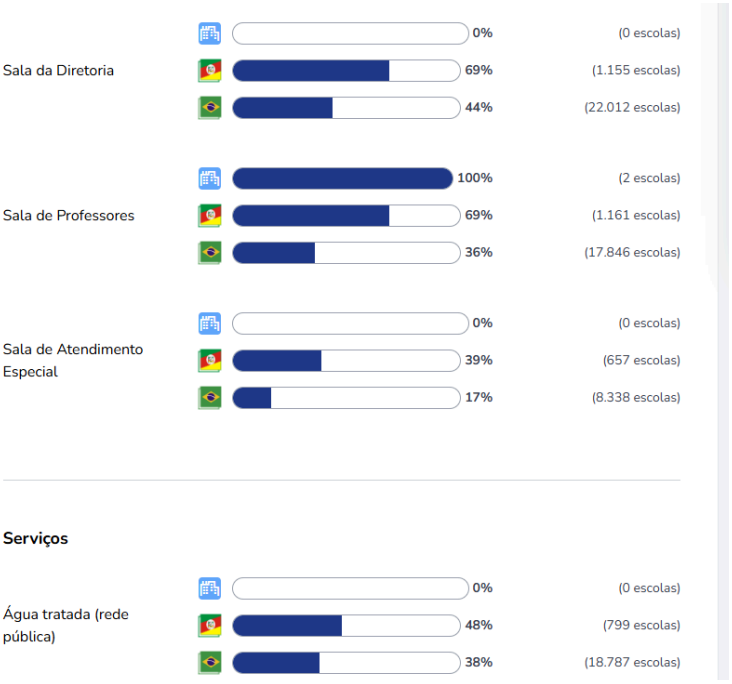
Garantir que a escola receba a todos de forma inclusiva demanda adaptações estruturais contínuas:

- **Acessibilidade Física:** Rampas de acesso, portas ampliadas e banheiros adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- **Espaços Esportivos e de Lazer:** Quadras cobertas e áreas ao ar livre estruturadas favorecem o desenvolvimento físico, cultural e social dos estudantes.



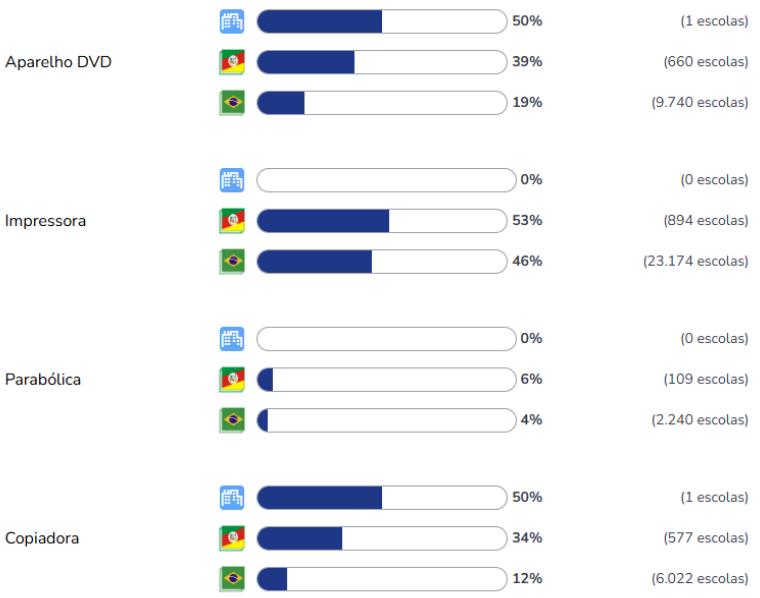

Dependências
Banheiro na escola
100% (2 escolas)
99% (1.669 escolas)
94% (46.874 escolas)
Biblioteca*
0% (0 escolas)
59% (995 escolas)
17% (8.543 escolas)
Cozinha
100% (2 escolas)
99% (1.658 escolas)
94% (47.294 escolas)
Láb. Informática
0% (0 escolas)
33% (558 escolas)
11% (5.745 escolas)
0% (0 escolas)

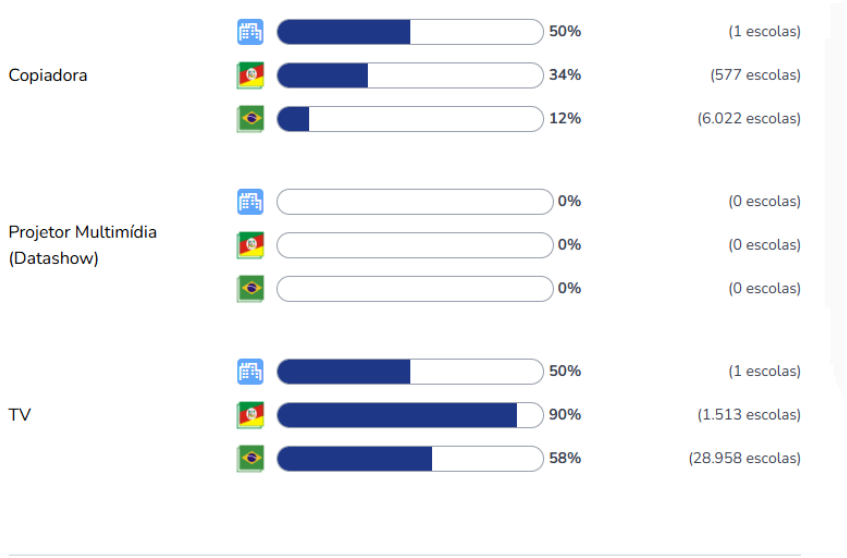

Láb. Ciências
0% (0 escolas)
11% (193 escolas)
3% (1.489 escolas)
Sala de Leitura
100% (2 escolas)
26% (443 escolas)
17% (8.269 escolas)
Quadra de Esportes
50% (1 escolas)
54% (913 escolas)
20% (9.830 escolas)
Sala da Diretoria
0% (0 escolas)
69% (1.155 escolas)
44% (22.012 escolas)
Sala de Professores
100% (2 escolas)
69% (1.161 escolas)
36% (17.846 escolas)



Serviços

Equipamentos





https://qedu.org.br/municipio/4320701-sobradinho/censo-escolar/infraestrutura

CAUSAS CRÍTICAS:

A Realidade de Sobradinho - RS

O público da Educação do Campo em Sobradinho possui características identitárias e desafios geográficos muito específicos:

- **Vínculo com a Comunidade:** As escolas São Valentim e Flor Fabrício Ceretta funcionam como os principais polos culturais e de socialização de suas localidades. O fechamento ou o enfraquecimento dessas estruturas impacta diretamente o êxodo rural.
- **Alinhamento Pedagógico :**O grande desafio local é garantir que esses 109 alunos tenham exatamente o mesmo padrão de qualidade, acesso à tecnologia e desenvolvimento de competências (previstas na BNCC) que os alunos da zona urbana, mas sem perder a sua identidade do campo.

Conclusões e Encaminhamentos Necessários

Para que este público de 109 alunos e 13 professores alcance o sucesso pleno, a gestão educacional local deve focar em:

1. **Fortalecimento da Escola Integral:** Consolidar a proposta pedagógica da escola de tempo integral (do Pré ao 5º ano), garantindo que as horas a mais sejam de atividades dinâmicas (como iniciação científica, horta pedagógica ou tecnologias digitais) e não apenas repetição de conteúdos.

2. **Apoio ao Corpo Docente:** Oferecer aos 13 professores ferramentas de metodologias ativas e suporte para planejamento focado na recomposição de aprendizagem, especialmente na alfabetização.
3. **Valorização da Identidade Local:** Promover projetos que dialoguem com a realidade do campo em Sobradinho, trazendo a sustentabilidade, a agricultura familiar e a cultura local para dentro do currículo escolar.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2008.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica 2025. Brasília, DF: INEP, 2025.

QEDU. Censo Escolar – Infraestrutura. Sobradinho, RS.

10) Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

PROBLEMA

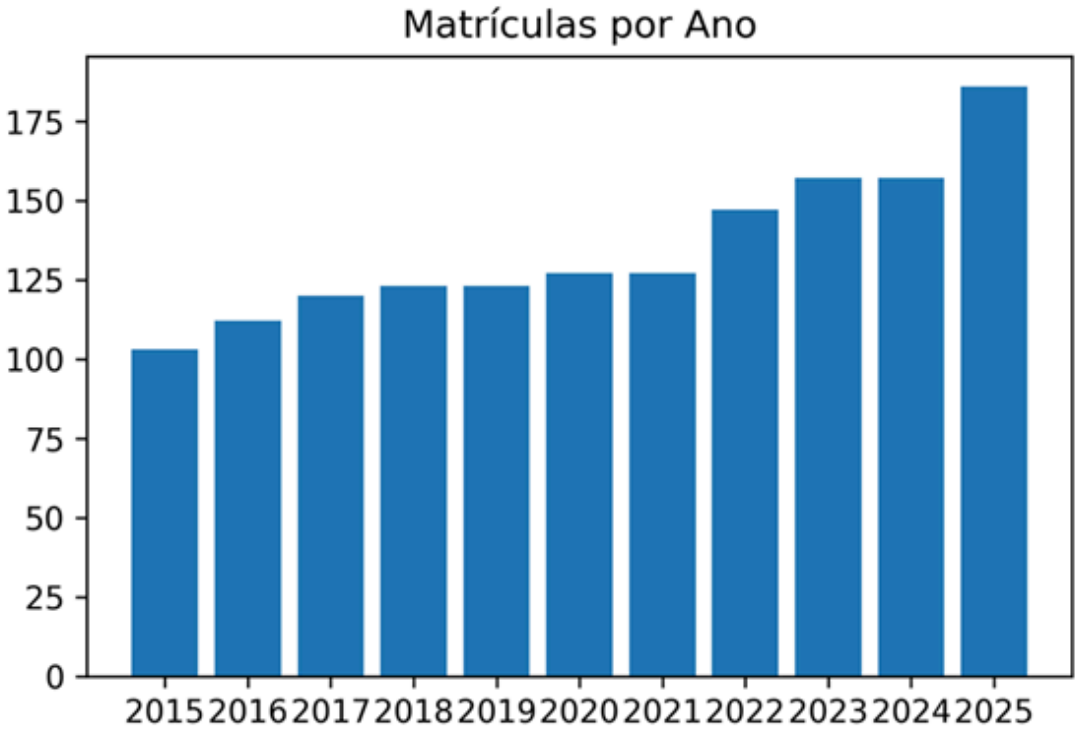
Embora o município de Sobradinho tenha ampliado o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns do ensino regular e mesmo ofertando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ainda persistem desafios para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, com qualidade, equidade e acessibilidade em todas as etapas da Educação Básica.

Entre os principais problemas identificados destacam-se a necessidade de fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação em práticas pedagógicas inclusivas; ampliar a disponibilidade de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e materiais pedagógicos adaptados; aperfeiçoar os processos de identificação precoce e acompanhamento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação; e consolidar ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social para assegurar atendimento integral aos estudantes e suas famílias.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Especial no município de Sobradinho tem apresentado avanços significativos ao longo da última década, refletindo o fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A análise dos indicadores do Censo Escolar/INEP demonstra crescimento contínuo das matrículas, ampliação da inclusão em classes comuns do ensino regular e expansão do atendimento nas diferentes etapas da Educação Básica.

Entre os anos de 2015 e 2025, o número de matrículas da Educação Especial passou de 103 para 186 estudantes, representando um crescimento de aproximadamente 80,6%. Esse aumento evidencia tanto o aprimoramento dos processos de identificação dos estudantes quanto o fortalecimento das políticas inclusivas implementadas pelo município, reafirmando o compromisso com a garantia do direito à educação para todos.



No que se refere ao perfil dos estudantes matriculados em 2025, observa-se predominância do sexo masculino. Das **186 matrículas**, **125 correspondem a estudantes do sexo masculino (67,2%)** e **61 ao sexo feminino (32,8%)**, característica também observada em levantamentos nacionais relacionados aos transtornos do neurodesenvolvimento e às deficiências mais frequentemente identificadas no ambiente escolar.

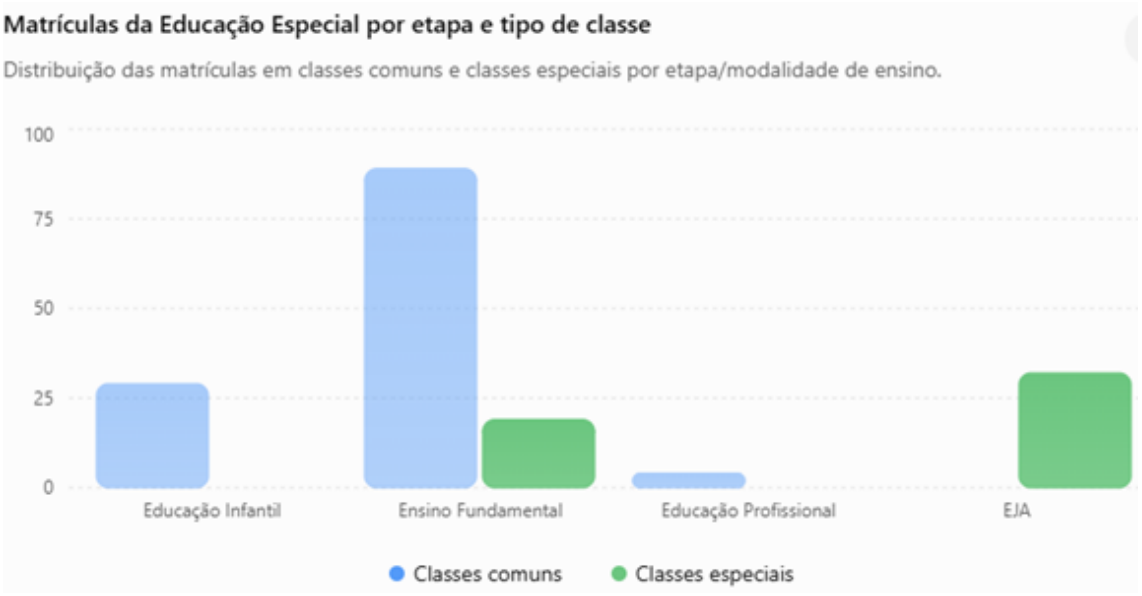
Sexo	**Matrículas**	**Percentual**
Masculino	125	67,2%
Feminino	61	32,8%
Total	**186**	**100%**

Quanto à organização do atendimento educacional, os dados demonstram importantes avanços na política de inclusão escolar. Em 2025, **135 estudantes (72,6%)** estavam matriculados em classes comuns do ensino regular, enquanto **51 estudantes (27,4%)** frequentavam classes especiais. Quando comparados aos dados de 2015, verifica-se crescimento expressivo da inclusão em classes comuns, passando de **57,3% para 72,6%**, evidenciando o fortalecimento das práticas inclusivas na rede municipal de ensino.

Tipo de classe	**Matrículas**	**Percentual**

Classe comum	135	72,6%
Classe especial	51	27,4%
Total	**186**	**100%**

A distribuição das matrículas por etapa e modalidade de ensino demonstra que o maior contingente de estudantes da Educação Especial encontra-se no Ensino Fundamental, totalizando 108 matrículas, das quais 89 em classes comuns e 19 em classes especiais. A Educação Infantil registra 29 estudantes, todos matriculados em classes comuns, evidenciando o fortalecimento da inclusão desde os primeiros anos da escolarização. Na Educação Profissional há 4 estudantes, também incluídos em classes comuns, enquanto a Educação de Jovens e Adultos contabiliza 32 estudantes, todos atendidos em classes especiais, demonstrando a necessidade de manutenção de estratégias diferenciadas para esse público.



Na Educação Profissional, embora o número de matrículas ainda seja reduzido, a presença de estudantes da Educação Especial nessa modalidade representa um avanço importante na promoção da inclusão social e da qualificação para o mundo do trabalho. Esse cenário reforça a necessidade de ampliação das oportunidades formativas, da acessibilidade e das políticas públicas voltadas à preparação e inserção dos estudantes na vida profissional e comunitária.

Em relação ao conjunto da rede municipal, observa-se que, em 2025, a Educação Básica contabilizou **2.661 matrículas**, das quais **186 pertencem à Educação Especial**, correspondendo a aproximadamente **7% do total de estudantes matriculados**. Esse indicador reforça a necessidade de continuidade das políticas públicas voltadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), à formação continuada dos profissionais da educação, à acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional, à disponibilização de tecnologias assistivas e ao fortalecimento da articulação entre educação, saúde e assistência social.

Indicador	Quantidade
Matrículas da Educação Básica	2.661
Matrículas da Educação Especial	186
Participação da Educação Especial	7,0%

ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados da Educação Especial do município evidencia avanços importantes na consolidação da política de educação inclusiva, especialmente no que se refere ao acesso e à permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns da rede regular de ensino. Conforme os dados do Censo Escolar de 2025, observa-se que a grande maioria das matrículas ocorre em classes comuns, indicando o compromisso da rede municipal com os princípios da inclusão escolar previstos na Constituição Federal, na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Entretanto, a ampliação do acesso à escola não garante, por si só, a efetiva inclusão com aprendizagem e participação. Os dados e o diagnóstico da rede apontam desafios relacionados à estrutura dos serviços especializados, à formação continuada dos profissionais e à implementação de práticas pedagógicas capazes de responder às diferentes necessidades educacionais dos estudantes.

CAUSAS CRÍTICAS

Entre as principais causas identificadas destacam-se:

- crescimento progressivo do número de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede municipal, aumentando a demanda por atendimento especializado e apoio pedagógico;
- necessidade de ampliar e fortalecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), assegurando recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e acompanhamento sistemático aos estudantes;
- necessidade de formação continuada dos professores da classe comum, profissionais do AEE, equipes gestoras e demais servidores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas alinhadas ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), às adaptações curriculares e às estratégias de avaliação inclusiva;
- necessidade de aperfeiçoar os processos de identificação, avaliação pedagógica e acompanhamento dos estudantes com altas habilidades/superdotação, garantindo intervenções adequadas às suas potencialidades;
- fortalecimento da articulação entre educação, saúde, assistência social e famílias, favorecendo o acompanhamento integral dos estudantes e reduzindo barreiras ao desenvolvimento e à aprendizagem;

- necessidade de ampliar a oferta de recursos de acessibilidade, materiais pedagógicos adaptados, comunicação alternativa e tecnologias assistivas, promovendo maior autonomia e participação dos estudantes.

No que se refere à **Educação Bilíngue de Surdos**, o diagnóstico demonstra que o município apresenta demanda reduzida de estudantes surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ainda assim, a legislação vigente assegura o direito à educação bilíngue sempre que houver demanda, tornando necessária a organização prévia da rede para garantir atendimento qualificado.

Nesse contexto, identificam-se como principais desafios:

- inexistência de uma estrutura específica para a oferta da Educação Bilíngue de Surdos, considerando o baixo número de estudantes matriculados;
- necessidade de ampliar a formação de professores em Libras e em educação bilíngue, possibilitando respostas rápidas quando houver matrícula de estudantes surdos;
- necessidade de fortalecimento das ações de sensibilização da comunidade escolar quanto à cultura surda, à acessibilidade comunicacional e ao respeito à diversidade linguística;
- necessidade de estabelecer fluxos de cooperação com instituições especializadas e redes de apoio para assegurar intérpretes de Libras, professores bilíngues e demais serviços especializados quando necessário.

Além disso, observa-se a necessidade de aperfeiçoar os sistemas municipais de monitoramento dos dados da Educação Especial, fortalecendo os mecanismos de identificação precoce, acompanhamento da trajetória escolar, avaliação da aprendizagem e planejamento das políticas públicas com base em evidências.

Dessa forma, conclui-se que o principal desafio do município não está relacionado ao acesso dos estudantes à escola regular, mas à consolidação de condições pedagógicas, estruturais e organizacionais que garantam uma inclusão efetiva, com aprendizagem, participação, acessibilidade e desenvolvimento integral de todos os estudantes público-alvo da Educação Especial. O fortalecimento da formação dos profissionais, da atuação intersetorial, do Atendimento Educacional Especializado e da preparação da rede para atender às especificidades da Educação Bilíngue de Surdos constitui elemento estratégico para a melhoria da qualidade da educação inclusiva em Sobradinho/RS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. INEPData – Painel de Matrículas da Educação Básica. Brasília, 2025.

11. EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI)

11.1 Problema

Contingente de pessoas fora da idade escolar obrigatória não está alfabetizado, não concluiu o ensino fundamental ou o ensino médio.

11.2 Análise Descritiva

A Educação de Jovens e Adultos constitui modalidade da educação básica destinada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, conforme estabelecem a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.

De acordo com o Censo Demográfico 2022, Sobradinho possuía aproximadamente 14.226 habitantes, dos quais cerca de 34% (IBGE, 2022) da população tinham 18 anos ou mais. A distribuição da escolaridade revela um passivo educacional expressivo:

Esse dado indica que mais de um terço da população adulta de Sobradinho não concluiu o ensino fundamental, configurando o principal público potencial da EJA.

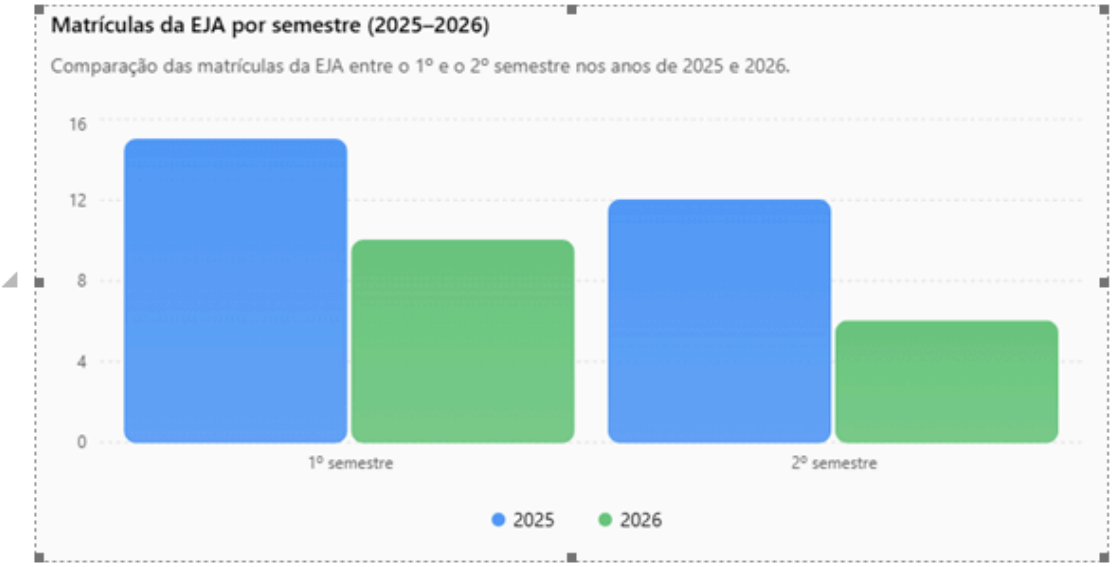
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos

A comparação das matrículas da EJA entre o 1º e o 2º semestre nos anos de 2025 e 2026 revela um panorama detalhado da modalidade na região.

Tabela 2 – Matrículas da EJA por semestre (2025–2026)

Semestre	Ano 2025	Ano 2026
1º Semestre	15	10
2º Semestre	12	6

Fonte: Escola Estadual Padre Benjamin Copetti. Dados de matrículas da EJA (2025–2026).



Fonte: Escola Estadual Padre Benjamin Copetti. Dados de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), 2025 e 2026, fornecidos pela Secretaria da Escola.

11.3 Análise dos Resultados

Os dados de matrícula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Estadual Padre Benjamin Copetti evidenciam uma tendência de redução no número de estudantes matriculados entre os anos de 2025 e 2026, tanto no primeiro quanto no segundo semestre letivo.

Em 2025, a escola registrou 15 matrículas no primeiro semestre e 12 no segundo, representando uma redução de 20% entre os semestres. Já em 2026, verificou-se um número ainda menor de estudantes, com 10 matrículas no primeiro semestre e apenas 6 no segundo, correspondendo a uma diminuição de 40% ao longo do mesmo ano.

Na comparação entre os anos, observa-se que:

a) O 1º semestre apresentou redução de 15 para 10 matrículas, equivalente a 33,3%;

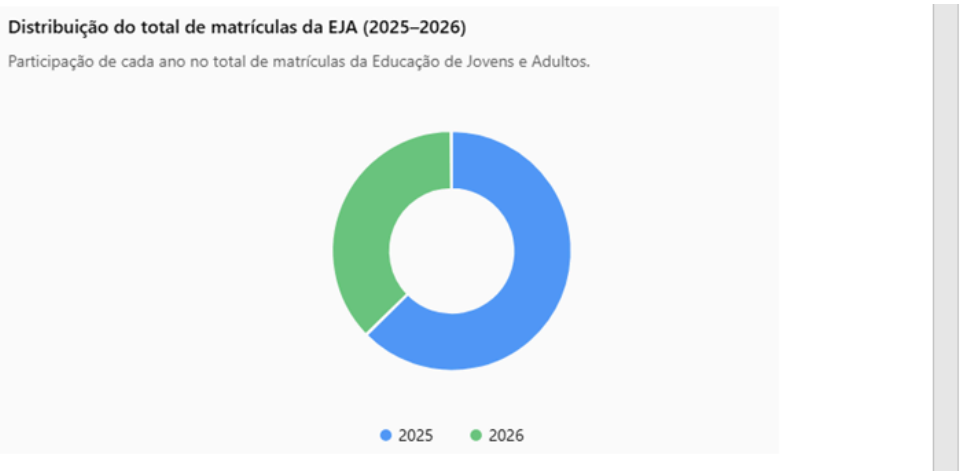
b) O 2º semestre registrou queda de 12 para 6 matrículas, representando uma redução de 50%.

Considerando o total anual de matrículas, verifica-se a síntese apresentada a seguir:

Tabela 3 – Total anual de matrículas da EJA (2025–2026)

Ano	Total de matrículas
2025	27
2026	16

Fonte: Escola Estadual Padre Benjamin Copetti (2026).



Isso representa uma redução de 40,7% no número total de matrículas entre 2025 e 2026.

Esse comportamento acompanha uma tendência observada em diversas redes de ensino brasileiras, caracterizada pela diminuição das matrículas na EJA em decorrência de fatores como redução da demanda, dificuldades de permanência dos estudantes, necessidade de conciliar trabalho e estudo, responsabilidades familiares e desafios de acesso ao transporte escolar. Estudos recentes também apontam que a evasão permanece como um dos principais desafios da modalidade.

Diante desse cenário, recomenda-se que a escola e a rede estadual fortaleçam estratégias de busca ativa, flexibilização das práticas pedagógicas, acolhimento dos estudantes, acompanhamento da frequência e articulação com políticas de assistência social e qualificação profissional, visando ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da escolaridade na EJA. Essas ações são fundamentais para garantir o direito à educação ao longo da vida e reduzir os índices de abandono escolar.

11.4 Análise Causal

O Documento Diagnóstico da Educação Nacional (2025) identifica que os principais problemas da EJA decorrem da combinação entre trajetórias escolares interrompidas, desigualdades socioeconômicas, necessidade de inserção precoce no trabalho e insuficiência de políticas de busca ativa e permanência.

Trajetórias escolares interrompidas

Grande parte dos adultos que não concluíram a educação básica abandonou a escola por motivos relacionados ao trabalho, às responsabilidades familiares ou às dificuldades de acesso à educação em períodos anteriores, especialmente entre as décadas de 1980 e 2000.

Envelhecimento da população

Sobradinho apresenta processo de envelhecimento demográfico superior à média nacional. A população com 60 anos ou mais representa parcela crescente dos habitantes, e justamente nesse grupo concentram-se os maiores índices de baixa escolaridade e analfabetismo.

Ruralidade e dispersão territorial

Embora a maioria da população resida na área urbana, o município possui comunidades rurais distribuídas em diferentes localidades. A distância entre residência e escola, aliada à limitação do transporte noturno, reduz a participação de jovens e adultos trabalhadores nas turmas de EJA.

Oferta pouco articulada às necessidades dos estudantes

A oferta tradicional da EJA, centrada apenas na escolarização, mostra-se insuficiente para atrair e manter estudantes que buscam melhoria de renda, qualificação profissional e certificação para acesso ao mercado de trabalho.

Causas críticas

As causas críticas para a EJA em Sobradinho são:

1. Baixa atratividade da modalidade para jovens e adultos trabalhadores;
2. Insuficiência de políticas de busca ativa para identificação do público fora da escola;
3. Dificuldades de permanência, especialmente relacionadas ao trabalho, transporte e responsabilidades familiares;
4. Oferta pouco integrada à educação profissional e tecnológica, reduzindo a percepção de retorno imediato dos estudos;
5. Concentração do analfabetismo entre idosos e população rural, exigindo estratégias diferenciadas de atendimento.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Diagnóstico da Educação Nacional. 2. ed. Brasília, DF: MEC; Fundação Joaquim Nabuco; Editora ANPAE, 2025.

INEP. Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2024. Brasília, DF: MEC/INEP, 2025.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Painel de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://observatoriodopne.org.br. Acesso em: 4 ago. 2026.

12. ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

12.1 Problema

Acesso e permanência desiguais e insuficientes na educação profissional e tecnológico (EPT), especialmente entre as populações em situação de vulnerabilidade social, negras, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, de pessoas surdas e de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento.

12.2 Análise Descritiva

A Educação Profissional e Tecnológica configura-se como importante política pública de desenvolvimento humano, social e econômico, promovendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e trabalho. Conforme destacado no Documento Diagnóstico da Educação Nacional, a ampliação da oferta de cursos técnicos articulados ao Ensino Médio e a expansão da formação profissional constituem prioridades para o novo Plano Nacional de Educação, tendo em vista a necessidade de elevar a qualificação da população jovem e adulta e reduzir as desigualdades de acesso à educação profissional.

Em Sobradinho, a Educação Profissional é ofertada principalmente pela Rede Estadual de Ensino e por instituições de ensino superior instaladas no município. Destacam-se a Escola Estadual de Ensino Médio Padre Benjamin Copetti, a UNISC, com a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, e o Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que amplia as possibilidades de acesso à educação por meio da modalidade a distância. Também são ofertados cursos livres e de qualificação profissional por diferentes instituições.

Apesar da estrutura existente, permanece o desafio de diversificar a oferta, especialmente em áreas relacionadas às características econômicas e às novas demandas profissionais. Entre os campos com potencial de expansão estão agroindústria, gestão rural, tecnologia da informação, energias renováveis, logística, saúde, turismo e empreendedorismo.

Contexto socioeconômico

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sobradinho possui economia baseada principalmente na agricultura, na produção de tabaco, na pecuária, no comércio e na prestação de serviços. A presença significativa da agricultura familiar e das pequenas empresas evidencia a necessidade de formação profissional voltada às cadeias produtivas locais.

A diversificação econômica observada nos últimos anos também amplia a demanda por trabalhadores qualificados nas áreas administrativas, tecnológicas, ambientais e de inovação, reforçando a importância da Educação Profissional como instrumento de desenvolvimento regional.

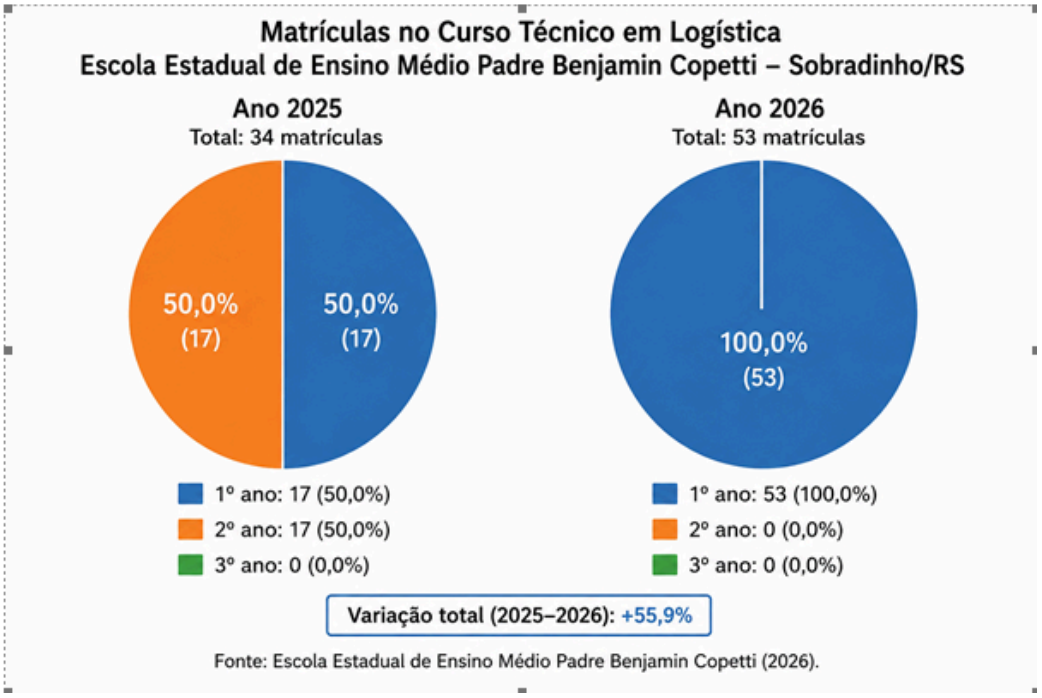
Oferta da Educação Profissional na Escola Estadual Padre Benjamin Copetti

Um avanço significativo no município foi a implantação e expansão do Curso Técnico em Logística, ofertado pela Escola Estadual de Ensino Médio Padre Benjamin Copetti. O curso amplia as oportunidades de qualificação profissional e prepara estudantes para atuação em áreas como logística, transporte, armazenagem, gestão de estoques, comércio e cadeia de suprimentos.

Tabela 4 – Matrículas no Curso Técnico em Logística – Escola Estadual de Ensino Médio Padre Benjamin Copetti – Sobradinho/RS

Série	2025	2026	Variação
1º ano	17	53	+211,8%
2º ano	17	0	_
3º ano	0	0	—
Total	34	53	+55,9%

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Padre Benjamin Copetti (2026).



Os dados demonstram expressiva expansão da demanda pelo Técnico em Logística. O número de estudantes no 1º ano passou de 17, em 2025, para 53, em 2026, correspondendo a um crescimento de 211,8%. O total de matrículas aumentou de 34 para 53 estudantes, crescimento de 55,9%.

Esse resultado evidencia o interesse dos jovens pela formação profissional e indica potencial para consolidação e ampliação da oferta. A formação em logística apresenta também relação com as características econômicas de Sobradinho e da região, considerando a presença de comércio, transporte, cooperativas, atividades agropecuárias e pequenas indústrias.

Curso Normal – Magistério

Outro importante componente da Educação Profissional no município é o Curso Normal – Magistério, ofertado pela Escola Estadual de Ensino Médio Padre Benjamin Copetti. A formação possui papel estratégico na preparação de profissionais para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo para a formação de professores e para a continuidade dos estudos em cursos superiores de licenciatura.

Tabela 5 – Matrículas no Curso Normal – Magistério – Escola Estadual de Ensino Médio Padre Benjamin Copetti – Sobradinho/RS

Série	2025	2026	Variação
1º ano	53	23	-56,6%
2º ano	14	40	+185,7%
3º ano	8	12	+50,0%
Total	75	75	0%

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Padre Benjamin Copetti (2026).

Os dados revelam estabilidade do número total de matrículas, com 75 estudantes em 2025 e 75 em 2026. Embora tenha ocorrido redução das matrículas no 1º ano, houve aumento significativo no 2º e no 3º ano, indicando continuidade da trajetória dos estudantes no curso.

A permanência dos estudantes nas etapas intermediárias e finais demonstra a importância da continuidade da oferta e reforça o papel do curso na formação profissional da região. O Curso Normal permanece, assim, como importante alternativa de formação profissional, contribuindo para a disponibilidade de professores habilitados para a Educação Básica.

Permanência e conclusão

A permanência constitui um dos principais desafios da Educação Profissional. Entre os fatores associados à evasão estão a necessidade de trabalhar, a incompatibilidade entre os horários de estudo e trabalho, dificuldades financeiras, deslocamento diário, responsabilidades familiares e ausência de políticas permanentes de assistência estudantil.

Em Sobradinho, esses fatores assumem particular relevância devido à presença de população residente na zona rural e à importância das atividades agrícolas para a economia local. Para estudantes trabalhadores e residentes em áreas rurais, o transporte, os horários dos cursos e a necessidade de geração de renda podem interferir diretamente na permanência.

Embora os dados disponíveis demonstram expansão da oferta e estabilidade em determinadas formações, é necessário ampliar o acompanhamento de indicadores de evasão, aprovação, conclusão e trajetória dos egressos. O aumento das matrículas, por si só, não garante a efetividade da política de educação profissional.

Educação Profissional e desenvolvimento regional

A EPT possui potencial para contribuir diretamente para o desenvolvimento econômico e social de Sobradinho. A ampliação e diversificação da formação técnica pode:

a) Aumentar a produtividade da agricultura familiar;
b) Fortalecer a agroindústria regional;
c) Estimular o empreendedorismo;
d) Qualificar trabalhadores do comércio e dos serviços;
e) Ampliar a inovação tecnológica no meio rural;
f) Reduzir o êxodo juvenil;

g) Aumentar a empregabilidade;

h) Contribuir para a elevação da renda da população.

12.3 Análise Causal e Prioridades

Os dados evidenciam que o principal desafio municipal não está somente na ampliação do número de vagas, mas na diversificação da oferta e na garantia da permanência e conclusão dos estudantes.

Tabela 6 – Síntese de dimensões, desafios e prioridades para a EPT no PME

Dimensão	Principal desafio	Prioridade para o PME
Acesso	Oferta limitada e concentrada	Ampliar e diversificar cursos
Permanência	Trabalho, transporte e dificuldades financeiras	Fortalecer assistência estudantil
Conclusão	Risco de evasão durante a formação	Acompanhamento pedagógico e busca ativa
Oferta	Poucas áreas profissionais	Criar cursos alinhados às vocações locais
Integração	Distanciamento entre formação e mercado	Ampliar parcerias com setor produtivo
Território	Dificuldades de acesso da população rural	Melhorar transporte e ampliar alternativas EaD
Trabalho e renda	Necessidade de conciliar estudo e emprego	Flexibilizar horários e ampliar apoio
Desenvolvimento	Necessidade de qualificação regional	Integrar EPT às políticas de desenvolvimento

Fonte: Elaborado com base no Diagnóstico Educacional de Sobradinho/RS.

12.4 Síntese Diagnóstica

Sobradinho apresenta condições favoráveis para o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente pela existência de uma rede institucional formada pela Rede Estadual, UNISC, Polo UAB e demais instituições de qualificação profissional.

Para o próximo decênio, recomenda-se que o Plano Municipal de Educação priorize o apoio a ampliação e diversificação da oferta de EPT, considerando as vocações econômicas de Sobradinho e da região Centro-Serra, especialmente agricultura, agroindústria, comércio, logística, tecnologia, serviços, turismo e empreendedorismo.

Causa Crítica:

Falta priorização das políticas públicas para ampliação e diversificação da oferta do Ensino Profissionalizante.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Diagnóstico da Educação Nacional. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: INEP.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Sobradinho – RS. Rio de Janeiro: IBGE.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. Diagnóstico Educacional do Município de Curitiba. Curitiba: SME, 2025.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PADRE BENJAMIN COPETTI. Dados de matrícula do Curso Técnico em Logística e Curso Normal – Magistério. Sobradinho, RS, 2026. Dados fornecidos pela instituição.

13. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

13.1 Problema

A educação profissional e tecnológica enfrenta desafios quanto à qualidade nas condições de ofertas e quanto à aprendizagem dos saberes adequados ao mundo do trabalho em rápida transformação.

13.2 Análise Descritiva

Em Sobradinho, a Educação Profissional e Tecnológica apresenta uma oferta diversificada, envolvendo diferentes instituições e áreas de formação. Destacam-se, no município, cursos vinculados à rede estadual e à educação profissional privada/comunitária, entre eles o Técnico em Logística, o Curso Normal/Magistério e o Técnico em Agropecuária.

Tabela 7 – Matrículas em cursos de Educação Profissional da Escola Estadual Padre Benjamin Copetti – Sobradinho/RS

Curso	Ano	1º ano	2º ano	3º ano	Total
Técnico em Logística	2025	17	17	0	34
Técnico em Logística	2026	53	0	0	53
Magistério	2025	53	14	8	75
Magistério	2026	23	40	12	75

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela Escola Estadual Padre Benjamin Copetti (2026).

Outro componente relevante da EPT municipal é o Curso Técnico em Agropecuária, ofertado pela UNISC/CEPRU no Campus Sobradinho. O curso possui 1.600 horas, duração prevista de dois anos e meio e oferta presencial no período noturno.

Tabela 8 – Características da oferta do Técnico em Agropecuária – UNISC/CEPRU – Sobradinho

Indicador	Característica
Instituição	UNISC/CEPRU – Unidade de Ensino Sobradinho
Curso	Técnico em Agropecuária
Eixo tecnológico	Recursos Naturais
Modalidade	Presencial
Forma de oferta	Concomitante e subsequente

Carga horária	1.600 horas
Duração	2 anos e 6 meses
Turno	Noturno
Componentes de qualidade	Laboratório de informática, visitas técnicas, atividades práticas e laboratórios virtuais

Fonte: UNISC (2026); Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (2025).

13.3 Indicadores e Desafios para o PME

Para aproximar o diagnóstico municipal das metas do PNE, recomenda-se que o novo Plano Municipal de Educação estabeleça mecanismos próprios de acompanhamento da qualidade da EPT.

Tabela 9 – Indicadores prioritários para acompanhamento da qualidade da EPT em Sobradinho

Dimensão	Indicador sugerido	Situação/necessidade municipal
Aprendizagem	Percentual de concluintes com aprendizagem adequada	Necessita de acompanhamento sistemático
Conclusão	Taxa de conclusão dos cursos técnicos	Necessita de consolidação dos dados
Egressos	Percentual de egressos inseridos no trabalho	Necessita de pesquisa municipal
Adequação	Correspondência entre formação e ocupação	Necessita de acompanhamento
Renda	Evolução da renda dos egressos	Necessita de levantamento
Infraestrutura	Adequação dos laboratórios e equipamentos	Monitoramento permanente
Currículo	Atualização conforme demandas regionais	Necessidade permanente

Prática profissional	Estágios, visitas técnicas e projetos aplicados	Fortalecer
Articulação	Parcerias entre instituições e setor produtivo	Ampliar
Inovação	Projetos de tecnologia, sustentabilidade e empreendedorismo	Ampliar

Fonte: Elaboração própria, com base no Objetivo 13 do PNE (BRASIL, 2026) e nos diagnósticos nacionais.

Causa Crítica:

Falta incentivo e monitoramento das ofertas dos cursos para qualificar o Ensino Profissionalizante.

Referências

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Diagnóstico da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC/Fundação Joaquim Nabuco; Editora Anpae, 2025. 290 p.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Deliberação referente à Unidade de Ensino Sobradinho – CEPRU/UNISC e ao Curso Técnico em Agropecuária. Porto Alegre: CEEd/RS, 2025.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Diagnóstico Educacional do Município de Curitiba. Curitiba: SME, 2025.

ESCOLA ESTADUAL PADRE BENJAMIN COPETTI. Dados de matrícula dos cursos de Educação Profissional: Técnico em Logística e Magistério. Sobradinho, RS, 2026.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC. Curso Técnico em Agropecuária – Sobradinho. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2026. Disponível em: https://www.unisc.br. Acesso em: 13 ago. 2026.

14 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

PROBLEMA

Baixa qualidade de parte dos cursos e das instituições da educação superior (IES) na graduação.

ANÁLISE DESCRITIVA

A qualidade da educação superior constitui um importante fator para o desenvolvimento social, econômico, educacional e profissional do município de Sobradinho/RS. O acesso à graduação representa uma oportunidade de qualificação da população, melhoria da inserção no mercado de trabalho, fortalecimento dos serviços públicos e privados e desenvolvimento do território. Entretanto, a ampliação do acesso ao ensino superior precisa estar acompanhada da garantia de qualidade acadêmica, permanência dos estudantes, conclusão dos cursos e formação compatível com as necessidades sociais e econômicas do município e da região.

Sobradinho é um município de pequeno porte do Rio Grande do Sul, com população de aproximadamente 14,5 mil habitantes, conforme as estimativas populacionais do IBGE para 2025. Apesar de seu porte populacional, o município possui uma importante função regional, atendendo também estudantes de municípios do entorno e constituindo-se como referência em diferentes áreas, entre elas a educação.

Os dados do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo IBGE, constituem importante referência para compreender o perfil educacional da população. No Brasil, entre as pessoas de 25 anos ou mais, 18,4% possuíam ensino superior completo, enquanto 32,3% estavam na condição de ensino médio completo ou superior incompleto. Embora esses percentuais sejam nacionais e não possam ser aplicados diretamente à população de Sobradinho, eles demonstram a ampliação da escolarização da população brasileira e a crescente importância da educação superior para a formação profissional e para o desenvolvimento social.

Para analisar especificamente a qualidade da graduação, entretanto, é necessário complementar os dados do IBGE com as informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Censo da Educação Superior e pelos principais indicadores de avaliação da educação superior no país.

O Censo da Educação Superior 2024, divulgado pelo Inep em 2025, registrou no Brasil 10.226.873 matrículas em cursos de graduação, 2.561 instituições de educação superior, 45.772 cursos e 374.501 docentes em exercício. Esses dados demonstram a dimensão e a expansão do sistema brasileiro de educação superior.

Um dado particularmente relevante para Sobradinho é o crescimento da modalidade de educação a distância. Em 2024, o Brasil registrou 5.189.391 matrículas em cursos de graduação na modalidade EaD, contra 5.037.482 matrículas na modalidade presencial. Pela primeira vez na série histórica do Censo da Educação Superior, a quantidade de matrículas em cursos a distância superou a presencial. Esse cenário possui relação direta com a realidade de municípios do interior, nos quais a educação a distância constitui importante mecanismo de democratização e interiorização do acesso à graduação.

Sobradinho apresenta uma estrutura significativa de educação superior, especialmente por meio do Polo EAD/UAB de Sobradinho, que possibilita a oferta de cursos de graduação vinculados a universidades e institutos federais. Essa estrutura representa uma importante política de interiorização da educação superior pública, permitindo que estudantes do município e da região tenham acesso à formação acadêmica sem a necessidade de deslocamento permanente para grandes centros urbanos.

Além das universidades federais e dos institutos federais vinculados ao Polo EAD/UAB, Sobradinho também conta com a presença da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), instituição comunitária que possui campus no município. A UNISC representa outra importante alternativa de formação superior para a população de Sobradinho e da região.

Dessa forma, o município apresenta uma característica bastante positiva: possui uma oferta diversificada de educação superior envolvendo universidades federais, institutos federais e uma universidade comunitária, em diferentes modalidades de ensino.

Essa estrutura constitui um importante diferencial para um município de pequeno porte e fortalece sua função como polo educacional regional. A população pode encontrar no próprio município diferentes possibilidades de formação, reduzindo custos de deslocamento e favorecendo a permanência de jovens e adultos no território durante sua formação acadêmica.

A presença das instituições de educação superior também contribui para o desenvolvimento econômico e social local. A formação de profissionais nas áreas de educação, administração, contabilidade, direito, matemática, história, letras, pedagogia, serviço social e outras áreas do conhecimento fortalece a qualificação da mão de obra e amplia a disponibilidade de profissionais capacitados no próprio município e na região.

A formação de professores merece destaque, considerando sua relação direta com a qualidade da educação básica que podem atuar nas escolas municipais, estaduais e privadas de Sobradinho e dos municípios próximos, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e para o fortalecimento da educação básica.

Entretanto, a existência de uma oferta diversificada não significa, por si só, que todos os cursos apresentem o mesmo nível de qualidade. Por essa razão, o município precisa considerar que o desafio da educação superior não se resume à quantidade de vagas ou cursos disponíveis.

A qualidade deve ser analisada considerando aspectos como qualificação do corpo docente, organização didático-pedagógica, infraestrutura física e tecnológica, acompanhamento e tutoria dos estudantes, atividades práticas, estágios, desempenho acadêmico, permanência, evasão, conclusão dos cursos, tempo de integralização e resultados nos indicadores oficiais de avaliação.

Nesse sentido, os indicadores produzidos pelo Inep são fundamentais. Entre eles estão o Enade, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), além dos indicadores de fluxo que permitem acompanhar situações de permanência, conclusão, desligamento e transferência dos estudantes.

Outro aspecto importante é a permanência dos estudantes. O ingresso na graduação representa apenas a primeira etapa do processo. É necessário garantir condições para que o estudante permaneça, conclua sua formação e obtenha uma qualificação efetiva.

A evasão representa um dos principais desafios da educação superior, pois significa interrupção da formação, perda de oportunidades e desperdício de investimentos realizados pelo estudante, pela família e, no caso das instituições públicas, pelo poder público.

Para Sobradinho, esse acompanhamento é especialmente relevante. A existência do Polo EAD/UAB e da UNISC oferece oportunidades de formação no próprio município, mas é necessário acompanhar quantos estudantes ingressam, quantos permanecem, quantos concluem e quais são as principais dificuldades encontradas durante o percurso acadêmico.

Nesse contexto, a realidade de Sobradinho apresenta tanto oportunidades quanto desafios:

Como aspectos positivos, destacam-se a existência do Polo EAD/UAB, a oferta de cursos por universidades e institutos federais, a presença da UNISC, a diversidade de áreas de formação, a possibilidade de acesso à graduação sem deslocamento para grandes centros e a capacidade de atender estudantes de diferentes municípios da região.

Outro desafio consiste em assegurar que a população tenha acesso a informações claras sobre a regularidade das instituições e dos cursos, seus conceitos e indicadores de qualidade, permitindo que os estudantes possam realizar escolhas conscientes no momento de ingressar no ensino superior.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados demonstra que Sobradinho possui uma condição favorável de acesso à educação superior, especialmente considerando seu porte populacional.

A presença do Polo EAD/UAB, com oferta vinculada a universidades e institutos federais, associada à atuação da UNISC, proporciona uma estrutura diversificada e estratégica para a formação da população local e regional.

Para Sobradinho, essa transformação representa uma oportunidade de democratização do acesso. A estrutura local possibilita que estudantes que teriam dificuldades de deslocamento ou permanência em grandes centros possam realizar sua formação superior no próprio município.

Além disso, a presença de instituições federais e de uma universidade comunitária permite diversificar as opções de formação, atendendo diferentes perfis de estudantes e diferentes áreas profissionais.

Entretanto, a expansão do acesso precisa ser acompanhada pela qualidade. O principal desafio identificado para o município não é apenas ampliar o número de vagas, mas consolidar e acompanhar a qualidade da oferta existente, garantindo que o acesso à graduação resulte efetivamente em formação profissional de qualidade.

Dessa forma, a análise do problema demonstra que Sobradinho já possui uma base importante de educação superior e apresenta condições favoráveis para fortalecer-se como Pólo Regional de formação acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobradinho possui uma estrutura relevante e diversificada de educação superior para seu porte populacional. A presença do Polo EAD/UAB, vinculado a universidades e institutos federais, e da UNISC – Campus Sobradinho, amplia significativamente as oportunidades de acesso à graduação para a população do município e da região.

O município conta, portanto, com uma importante estrutura de interiorização da educação superior, que contribui para a formação de professores, gestores, profissionais das áreas administrativas, jurídicas, sociais, tecnológicas e de outras áreas do conhecimento.

Nesse cenário, o problema “Baixa qualidade de parte dos cursos e das instituições da educação superior (IES) na graduação” deve ser enfrentado em Sobradinho por meio do acompanhamento sistemático da oferta existente, da utilização dos indicadores oficiais de qualidade, do diálogo permanente com as instituições de ensino superior e da identificação das necessidades educacionais e profissionais do município e da região.

Recomenda-se, portanto, que o município mantenha acompanhamento periódico dos dados do IBGE, Inep/MEC e e-MEC, observando indicadores como Enade, CPC, IGC, permanência, evasão e conclusão dos cursos. Também é importante fortalecer a articulação com o Polo EAD/UAB, com as universidades federais, os institutos federais e a UNISC, buscando ampliar e qualificar a oferta de cursos de acordo com as demandas da população e do desenvolvimento regional.

A educação superior deve ser compreendida como uma política estratégica para Sobradinho, não apenas pela possibilidade de qualificação profissional, mas também por sua contribuição para a permanência dos jovens no território, para a melhoria dos serviços públicos e privados, para o fortalecimento da educação básica e para o desenvolvimento econômico e social.

Assim, o município possui condições concretas para fortalecer sua posição como pólo regional de educação superior, utilizando a estrutura já existente e as parcerias com instituições públicas e comunitárias para garantir uma formação acadêmica cada vez mais qualificada, acessível e alinhada às necessidades de Sobradinho e de toda a região.

Causas Críticas:

Não basta ampliar o número de vagas, mas consolidar e acompanhar a qualidade da oferta existente, garantindo que o acesso à graduação resulte efetivamente em formação profissional de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2022: Educação – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados: Sobradinho – Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sobradinho.html. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Superior 2024. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Indicadores de Qualidade da Educação Superior. Brasília, DF: Inep. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Conceito Preliminar de Curso – CPC. Brasília, DF: Inep. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/conceito-preliminar-de-curso-cpc. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Índice Geral de Cursos – IGC. Brasília, DF: Inep. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/indice-geral-de-cursos-igc. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Indicadores de Qualidade da Educação Superior – 2025/2026. Brasília, DF: Inep. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/2025. Acesso em: 22 ago. 2026.

15 – ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

Problema

Baixo percentual da população com graduação completa, associado às desigualdades sociais, econômicas, territoriais e educacionais que interferem no acesso, na permanência e na conclusão dos cursos de graduação, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, moradores de áreas rurais, estudantes trabalhadores, pessoas com deficiência e outros grupos que enfrentam barreiras para ingressar e permanecer na educação superior.

Análise descritiva

Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior do Inep, referentes a 2024, demonstram que a educação superior brasileira atingiu um marco histórico: pela primeira vez, foram registradas mais de 10 milhões de matrículas em cursos de graduação, totalizando 10.226.873 estudantes. O número representa crescimento de 2,5% em relação a 2023 e de 30,5% em relação a 2014.

Outro dado fundamental para municípios do interior é o crescimento da educação a distância. Em 2024, o Brasil registrou 5.189.391 matrículas em cursos de graduação na modalidade EaD, enquanto a modalidade presencial registrou 5.037.482 matrículas. Pela primeira vez, a EaD ultrapassou a modalidade presencial em número de matrículas.

Esse cenário demonstra a importância dos polos de apoio presencial e das políticas de interiorização da educação superior, especialmente para municípios que não possuem a mesma quantidade de instituições e cursos disponível nos grandes centros urbanos.

Portanto, o desafio educacional contemporâneo não está apenas em colocar o estudante na universidade, mas em criar condições para que ele permaneça, avance regularmente e conclua sua graduação.

Contexto de Sobradinho/RS

Em Sobradinho/RS, esse problema deve ser analisado considerando as características de um município de pequeno porte, inserido na região Centro-Serra, no qual a oferta de educação superior possui papel estratégico para a formação profissional, a qualificação da população e o desenvolvimento econômico e social local e regional.

O município possui aproximadamente 14.512 habitantes, conforme as estimativas populacionais mais recentes do IBGE. Nesse contexto, ampliar as oportunidades de acesso à graduação e garantir condições para que os estudantes permaneçam e concluam seus cursos constitui uma importante política de desenvolvimento municipal.

Estado, universidades e demais instituições de educação superior para ampliar oportunidades, divulgar processos seletivos, fortalecer os polos de apoio presencial, acompanhar estudantes e contribuir para a redução das desigualdades de acesso e permanência.

Sobradinho possui uma característica estratégica para a região Centro-Serra: atua como polo regional de educação e oferece diferentes possibilidades de formação superior, tanto presencial quanto na modalidade a distância.

O município mantém o Polo Regional de Ensino Superior a Distância, localizado no Bairro Vera Cruz, constituindo importante estrutura para a interiorização da educação superior e para o atendimento de estudantes de Sobradinho e municípios da região. O município conta também com o importante campus da UNISC.

Causas Críticas:

a) Condições econômicas: custos com transporte, alimentação, materiais acadêmicos, equipamentos tecnológicos e acesso à internet podem representar obstáculos para estudantes de baixa renda.

b) Conciliação entre trabalho e estudo: muitos estudantes ingressam na educação superior já inseridos no mercado de trabalho, o que pode dificultar a participação nas atividades acadêmicas e aumentar o risco de abandono.

c) Distância e deslocamento: para estudantes residentes no interior ou em comunidades rurais, o deslocamento diário até instituições de ensino pode representar uma barreira importante.

d) Inclusão digital: embora a EaD tenha ampliado significativamente o acesso à graduação, ela exige equipamentos, conexão adequada à internet, autonomia e domínio das tecnologias digitais.

e) Defasagens de aprendizagem: dificuldades acumuladas durante a educação básica podem interferir no desempenho acadêmico no ensino superior.

f) Falta de informação: parte dos estudantes pode desconhecer bolsas, financiamentos, processos seletivos, cursos disponíveis e possibilidades de ingresso na educação superior.

g) Necessidades específicas: estudantes com deficiência e outros grupos que enfrentam barreiras de acessibilidade necessitam de condições adequadas para participação e permanência.

h) Falta de acompanhamento da trajetória: sem dados municipais sistematizados, torna-se mais difícil identificar precocemente estudantes em risco de evasão e formular políticas específicas.

Apesar dos desafios, Sobradinho apresenta importantes potencialidades para o cumprimento desse objetivo.

A existência do Polo Regional de Ensino Superior a Distância e UNISC permite que estudantes tenham acesso à educação superior sem necessariamente precisar deixar o município e amplia as possibilidades de formação e contribui para a interiorização do ensino superior.

Assim, o município possui condições favoráveis para avançar neste objetivo, mas precisa transformar a existência da oferta em uma política permanente de acompanhamento do estudante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Censo da Educação Superior 2024. Brasília: Inep, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior 2024. Brasília: Inep, 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estimativas da população dos municípios para 2025. Brasília/Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

SOBRADINHO. Prefeitura Municipal. Compromisso com o futuro da educação de Sobradinho. Sobradinho, 2026.

16. PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

16.1 Problema

Baixo percentual de mestres e doutores na população, com desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, linguísticas e de sexo no acesso, na permanência e na conclusão da pós-graduação stricto sensu.

16.2 Análise Descritiva

Sobradinho possui importante posição regional no Centro-Serra e dispõe de instituições que contribuem para a formação superior da população. Destaca-se a presença da UNISC – Campus Sobradinho, instalada no município desde 1998, com cursos de graduação presenciais e atividades acadêmicas que contribuem para a formação de profissionais e para a articulação regional.

Entretanto, é importante distinguir a oferta de graduação existente no município da oferta de pós-graduação stricto sensu. Os programas de mestrado e doutorado da UNISC encontram-se vinculados institucionalmente à universidade, com sua oferta acadêmica concentrada principalmente em Santa Cruz do Sul.

Tabela 10 – Oferta de Pós-Graduação Stricto Sensu da UNISC relacionada às possibilidades de formação da população de Sobradinho/RS

Programa	Nível	Possíveis interfaces com demandas municipais e regionais
Desenvolvimento Regional	Mestrado e Doutorado	Desenvolvimento territorial, políticas públicas, economia regional e sustentabilidade
Direito	Mestrado e Doutorado	Gestão pública, direitos sociais, políticas públicas e desenvolvimento
Educação	Mestrado e Doutorado	Educação básica, formação docente e políticas educacionais
Letras	Mestrado e Doutorado	Linguagem, educação e cultura
Promoção da Saúde	Mestrado e Doutorado	Saúde coletiva e políticas de promoção da saúde

Administração	Mestrado	Gestão, organizações e desenvolvimento
Psicologia	Mestrado Profissional	Gestão de pessoas, saúde e relações sociais
Sistemas e Processos Industriais	Mestrado	Tecnologia, inovação e processos produtivos
Tecnologia Ambiental	Mestrado	Sustentabilidade, gestão ambiental e tecnologias ambientais

Fonte: Elaborado com base nas informações institucionais da UNISC (2026).

Apesar dessas possibilidades, não foram identificados, nas fontes consultadas, dados municipais consolidados sobre o número de moradores de Sobradinho matriculados em programas de mestrado e doutorado, número de mestres e doutores residentes no município, taxa de conclusão ou área de formação dos titulados.

Tabela 11 – Indicadores necessários para o acompanhamento do Objetivo 16 em Sobradinho

Indicador	**Situação atual**	**Necessidade para o PME**
Número de mestres residentes no município	Não sistematizado	Criar série histórica
Número de doutores residentes	Não sistematizado	Criar série histórica
Mestres titulados por 100 mil habitantes	Não disponível municipalmente	Monitorar anualmente
Doutores titulados por 100 mil habitantes	Não disponível municipalmente	Monitorar anualmente
Moradores matriculados em mestrado	Não sistematizado	Criar cadastro/levantamento
Moradores matriculados em doutorado	Não sistematizado	Criar cadastro/levantamento

Bolsas e financiamentos	Existem mecanismos institucionais	Ampliar divulgação e acesso
Pesquisas relacionadas a problemas locais	Não sistematizado	Estimular e acompanhar
Parcerias com IES	Existentes em âmbito regional	Ampliar
Produção científica sobre Sobradinho	Não sistematizada	Criar mecanismo de acompanhamento
Ações afirmativas e equidade	Em consolidação	Fortalecer políticas de inclusão

Fonte: Elaboração própria, com base no PNE (BRASIL, 2026), CAPES e informações institucionais da UNISC.

16.3 Análise Causal e Intervenções

A realidade de Sobradinho deve ser compreendida dentro do processo mais amplo de desigualdade territorial da oferta de pós-graduação stricto sensu. O diagnóstico nacional identifica assimetrias regionais e dificuldades de acesso a programas de alta qualidade como uma das principais causas do baixo número de mestres e doutores.

Tabela 12 – Causas críticas e possibilidades de intervenção municipal

Causa crítica	Possibilidade de ação municipal
Oferta concentrada regionalmente	Articular parcerias com universidades e programas stricto sensu
Custos para estudantes	Divulgar bolsas, financiamentos e programas de apoio
Falta de dados municipais	Criar observatório/cadastro de mestres e doutores residentes
Distância entre pesquisa e território	Estimular pesquisas aplicadas a problemas municipais
Baixa participação de grupos vulneráveis	Promover divulgação de políticas de ações afirmativas
Necessidade de qualificação do setor público	Incentivar servidores a ingressarem em mestrado/doutorado

Pouca sistematização da produção científica	Criar banco municipal de pesquisas relacionadas a Sobradinho

Fonte: Elaboração própria.

16.4 Síntese Diagnóstica

Sobradinho apresenta potencial significativo para ampliar a formação de mestres e doutores, sobretudo pela proximidade e articulação com instituições de ensino superior da região e pela presença da UNISC, que mantém ampla estrutura de programas de pós-graduação stricto sensu.

Assim, recomenda-se que o Plano Municipal de Educação de Sobradinho 2026–2036 estabeleça como diretriz apoiar a ampliação progressiva do número de mestres e doutores residentes no município, priorizando áreas estratégicas para o desenvolvimento local e regional.

Causa Crítica:

Faltam ações estratégicas a nível municipal para apoiar os profissionais na busca da Formação em Mestrado e Doutorado.

Referências

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Diagnóstico da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Plataforma Sucupira. Brasília, DF: CAPES, 2026.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Diagnóstico Educacional do Município de Curitiba. Curitiba: SME, 2025.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC. Pós-Graduação Stricto Sensu: Mestrado e Doutorado. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2026.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC. Campus Sobradinho. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2026.

17. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROBLEMA

A valorização e a formação dos profissionais da educação constituem elementos fundamentais para a garantia da qualidade social da educação pública e para o fortalecimento das políticas educacionais desenvolvidas no município de Sobradinho/RS.

ANÁLISE DESCRITIVA

No território municipal, a Educação Básica é ofertada predominantemente pelas redes municipal e estadual de ensino, que possuem responsabilidades específicas e complementares na garantia do direito à educação. Dessa forma, a análise da formação e da valorização dos profissionais da educação deve considerar a realidade educacional do município de forma integrada, respeitando as competências de cada ente federativo e reconhecendo as diferenças e especificidades existentes entre as redes.

Considerando as duas redes públicas, Sobradinho/RS possui 16 escolas, aproximadamente 2.520 estudantes e cerca de 246 professores. A rede municipal é composta por 13 escolas, correspondendo a 81,3% das unidades escolares, enquanto a rede estadual possui 3 escolas, representando 18,7% do total.

Em relação às matrículas, a rede municipal atende aproximadamente 1.619 estudantes, correspondendo a 64,2% do total de estudantes das duas redes, enquanto a rede estadual atende 901 estudantes, equivalentes a 35,8% do total.

Quanto aos profissionais docentes, a rede municipal possui aproximadamente 150 professores, representando 61,0% do total, enquanto a rede estadual conta com 96 professores, correspondentes a 39,0% dos docentes considerados no diagnóstico territorial.

O município apresenta avanços importantes na política de formação continuada. As formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto são planejadas a partir das necessidades identificadas entre os profissionais e nas unidades escolares, buscando responder aos desafios reais vivenciados no cotidiano educacional.

No ano de referência deste diagnóstico, as formações foram organizadas de maneira específica por etapas de ensino, considerando as características e necessidades próprias dos profissionais que atuam na Educação Infantil, nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental. Essa organização representa um avanço na qualificação da política formativa, pois permite maior aproximação entre os conteúdos trabalhados e as práticas pedagógicas desenvolvidas em cada etapa.

Dessa forma, o diagnóstico evidencia que Sobradinho/RS possui iniciativas importantes de formação continuada, planejadas conforme as necessidades dos profissionais e organizadas, no presente ano, por etapas de ensino. O principal desafio consiste em consolidar e sistematizar essas iniciativas como uma política permanente, assegurando sua continuidade, avaliação e aperfeiçoamento ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação.

Também permanecem desafios relacionados à manutenção das conquistas da valorização profissional na rede municipal, à melhoria das condições de trabalho, à promoção da saúde e do bem-estar dos profissionais, ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica e à continuidade das políticas de formação dos profissionais da educação.

Sobradinho/RS possui uma rede pública de educação composta, para fins deste diagnóstico, por 16 unidades escolares, sendo 13 escolas municipais e 3 escolas estaduais.

A rede municipal representa 81,3% das escolas públicas consideradas, enquanto a rede estadual corresponde a 18,7%. Apesar de possuir um número menor de unidades, a rede estadual atende uma parcela significativa dos estudantes e possui papel estratégico na continuidade da Educação Básica no município.

A rede municipal atende aproximadamente 1.619 estudantes, enquanto a rede estadual atende 901 estudantes, totalizando 2.520 estudantes. Assim, a rede municipal concentra aproximadamente 64,2% dos estudantes, enquanto a rede estadual atende cerca de 35,8%.

A rede municipal conta com aproximadamente 150 professores, enquanto a rede estadual possui 96 professores, totalizando 246 docentes. Dessa forma, aproximadamente 61,0% dos professores estão vinculados à rede municipal, enquanto 39,0% atuam na rede estadual.

A média geral é de aproximadamente 10,2 estudantes por professor. Na rede municipal, a relação aproximada é de 10,8 estudantes por professor, enquanto na rede estadual é de aproximadamente 9,4 estudantes por professor.

A rede estadual é composta por três escolas:

- 1 escola que oferta Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- 2 escolas que ofertam o Ensino Fundamental até o 9º ano.

Essa organização evidencia a importância da rede estadual para a continuidade da trajetória educacional dos estudantes, especialmente na oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Formação continuada orientada pelas necessidades dos profissionais e pelas políticas educacionais vigentes

Um dos principais avanços identificados no município refere-se à forma como são planejadas as ações de formação continuada da rede municipal.

As formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto são organizadas a partir de duas dimensões complementares: as necessidades identificadas entre os profissionais e nas unidades escolares e as demandas decorrentes da legislação, das políticas públicas e das normativas educacionais vigentes.

Dessa forma, o planejamento formativo busca responder tanto aos desafios concretos vivenciados no cotidiano escolar quanto às responsabilidades atribuídas aos sistemas e às redes de ensino pelas políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais.

No ano de referência deste diagnóstico, as formações foram organizadas de forma específica por etapas de ensino, considerando as características e necessidades próprias dos profissionais que atuam na Educação Infantil, nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental. Essa organização representa um avanço na qualificação da política formativa, pois permite maior aproximação entre os conteúdos trabalhados, as demandas de cada etapa e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Além das demandas identificadas pelos profissionais, a definição das temáticas formativas também considerou importantes marcos legais e políticas educacionais vigentes, entre os quais se destacam:

- **Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER**, em conformidade com a legislação que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e com as políticas de promoção da equidade racial na educação;
- **Lei Lucas**, relacionada à formação e à capacitação dos profissionais da educação para a atuação em situações de emergência e primeiros socorros;
- **BNCC Computação**, considerando a implementação das competências e habilidades relacionadas ao pensamento computacional, ao mundo digital e à cultura digital;
- **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**, voltado à garantia do direito à alfabetização e ao fortalecimento das aprendizagens, especialmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- **PNEEI**, considerando as diretrizes e políticas voltadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva e à garantia do direito à educação dos estudantes público da Educação Especial.

A organização das formações a partir desses referenciais demonstra que a política municipal de formação continuada busca articular diagnóstico da realidade local, necessidades dos profissionais, indicadores educacionais e exigências das políticas públicas e da legislação vigente.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais possui respaldo na LDB, especialmente no art. 26-A, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, além de dialogar com a atual Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ.

A inclusão da BNCC Computação nas formações também se justifica pela necessidade de implementação da educação digital, contemplando pensamento computacional, mundo digital e cultura digital, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais.

Da mesma forma, a formação relacionada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada está alinhada à política nacional que busca garantir o direito à alfabetização das crianças e fortalecer as trajetórias escolares desde os primeiros anos da Educação Básica.

Os profissionais que atuam na Educação Infantil enfrentam demandas específicas relacionadas ao desenvolvimento integral, às interações, às brincadeiras, à linguagem e à transição para o Ensino Fundamental.

Nos anos iniciais, as formações podem concentrar-se, entre outros aspectos, nos processos de alfabetização, letramento, avaliação e consolidação das aprendizagens.

Nos anos finais, tornam-se relevantes temas relacionados à organização curricular, às áreas do conhecimento, à adolescência, à recomposição das aprendizagens e à continuidade dos estudos.

Essa diferenciação demonstra que a política de formação municipal busca respeitar as especificidades pedagógicas de cada etapa, evitando a adoção de propostas uniformes para profissionais que enfrentam realidades distintas.

Formação dos profissionais da rede estadual

A rede estadual, responsável por três escolas no município e por 35,8% dos estudantes e 39,0% dos professores considerados neste diagnóstico, possui suas próprias políticas e ações de formação continuada, desenvolvidas de acordo com as diretrizes e programas da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

A presença da rede estadual no território é fundamental para a continuidade da Educação Básica, especialmente por meio da oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Nesse sentido, a análise da formação e da valorização dos profissionais deve considerar a existência das diferentes redes de ensino, suas competências administrativas e suas respectivas políticas de formação, respeitando a autonomia de cada sistema.

Valorização profissional

No campo da valorização profissional, a rede municipal de Sobradinho apresenta importantes avanços.

O município assegura aos professores da rede municipal o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, constituindo uma importante garantia de valorização profissional.

Além disso, os docentes da rede municipal possuem garantido 1/3 de sua jornada de trabalho para hora-atividade.

A garantia de 1/3 da jornada corresponde a aproximadamente 33,3% do tempo de trabalho destinado às atividades extraclasse, incluindo:

- planejamento;
- preparação de aulas;
- elaboração de materiais pedagógicos;
- estudos;
- participação em formações;
- avaliação das aprendizagens;
- registros;
- reuniões pedagógicas;
- planejamento coletivo;
- acompanhamento dos estudantes.

Essa organização da jornada representa uma condição importante para a qualidade do trabalho pedagógico, pois reconhece que a atuação docente envolve atividades que ultrapassam o tempo de interação direta com os estudantes.

Conforme as informações consideradas neste diagnóstico, a rede estadual apresenta condições distintas em relação à efetivação do Piso Salarial Profissional Nacional, evidenciando diferenças entre as condições de valorização dos profissionais das duas redes.

Nesse sentido, o diagnóstico evidencia uma situação positiva no âmbito municipal, que deve ser mantida e fortalecida, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da valorização de todos os profissionais da educação.

ANÁLISE CAUSAL

Os desafios relacionados à formação e à valorização dos profissionais da educação em Sobradinho/RS decorrem de fatores estruturais, pedagógicos, organizacionais e administrativos.

Um primeiro aspecto refere-se à existência de duas redes públicas com estruturas administrativas próprias. A rede municipal e a rede estadual possuem responsabilidades distintas, políticas próprias de carreira e processos específicos de formação profissional.

A rede municipal concentra 64,2% dos estudantes, enquanto a rede estadual atende 35,8%. Da mesma forma, a rede municipal possui 61,0% dos professores, enquanto a rede estadual concentra 39,0% dos docentes.

Essa realidade exige que o diagnóstico municipal considere as especificidades das duas redes e suas respectivas responsabilidades na oferta da Educação Básica.

Um aspecto positivo identificado é que a rede municipal organiza suas formações com base nas necessidades dos profissionais. No entanto, para garantir continuidade e efetividade, é necessário manter processos sistemáticos de levantamento das demandas formativas e de avaliação dos resultados alcançados.

A organização das formações por etapas de ensino representa uma resposta às necessidades diferenciadas dos profissionais. Contudo, a continuidade dessa política exige planejamento permanente, recursos, acompanhamento e atualização das temáticas conforme as mudanças das necessidades educacionais.

As diferenças nas condições de valorização também constituem uma causa relevante. Enquanto a rede municipal assegura o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional e 33,3% da jornada para hora-atividade, conforme as informações consideradas neste diagnóstico, existem diferenças nas condições de valorização entre os sistemas de ensino.

A crescente complexidade das demandas educacionais também amplia a necessidade de formação. Os profissionais precisam responder simultaneamente a desafios relacionados à aprendizagem, inclusão, diversidade, tecnologias, saúde emocional e mudanças curriculares.

No caso da rede municipal, os desafios tecnológicos também precisam ser considerados. Embora 100% das escolas possuam fibra óptica, 69,2% não possuem equipamentos para uso regular dos estudantes.

A necessidade de formação continuada também decorre da atualização e da implementação de legislações, políticas e programas educacionais. A incorporação de novas diretrizes e responsabilidades pelos sistemas de ensino exige processos permanentes de estudo, planejamento e qualificação profissional. Nesse contexto, a rede municipal organiza suas formações buscando contemplar, além das necessidades identificadas no cotidiano escolar, temáticas relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, à Lei Lucas, à BNCC Computação, ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e às políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva.

CAUSAS CRÍTICAS

1. Necessidade de continuidade e institucionalização da política de formação baseada nas necessidades dos profissionais

A rede municipal já apresenta como avanço a organização das formações a partir das necessidades identificadas entre os profissionais. O desafio consiste em garantir a continuidade, a sistematização e o monitoramento permanente dessa política.

2. Necessidade de manutenção da formação organizada por etapas de ensino

A organização das formações, no ano de referência, por Educação Infantil, anos iniciais e anos finais representa uma estratégia positiva que respeita as especificidades do trabalho pedagógico. A continuidade dessa organização deve ser avaliada conforme as necessidades futuras da rede.

3. Existência de diferentes políticas de formação entre as redes

A rede municipal e a rede estadual possuem sistemas administrativos próprios e desenvolvem suas ações de formação conforme suas respectivas políticas e competências. O diagnóstico deve considerar essas diferenças e a necessidade de acompanhamento das ações formativas desenvolvidas no território.

4. Necessidade de preservar as conquistas da valorização municipal

O pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional e a garantia de 1/3 da jornada para hora-atividade constituem avanços importantes da rede municipal e devem ser preservados durante toda a vigência do Plano Municipal de Educação.

5. Diferenças nas condições de valorização entre as redes

Os profissionais das redes municipal e estadual podem estar submetidos a condições distintas de remuneração e valorização. Embora o município não tenha competência para definir a política salarial estadual, o PME pode registrar essa realidade e acompanhar os indicadores relacionados à valorização profissional no território.

6. Necessidade de formação para demandas contemporâneas

A formação continuada precisa acompanhar as mudanças e necessidades relacionadas à alfabetização, inclusão, diversidade, tecnologias, metodologias pedagógicas, avaliação e saúde emocional.

7. Desafios tecnológicos da rede municipal

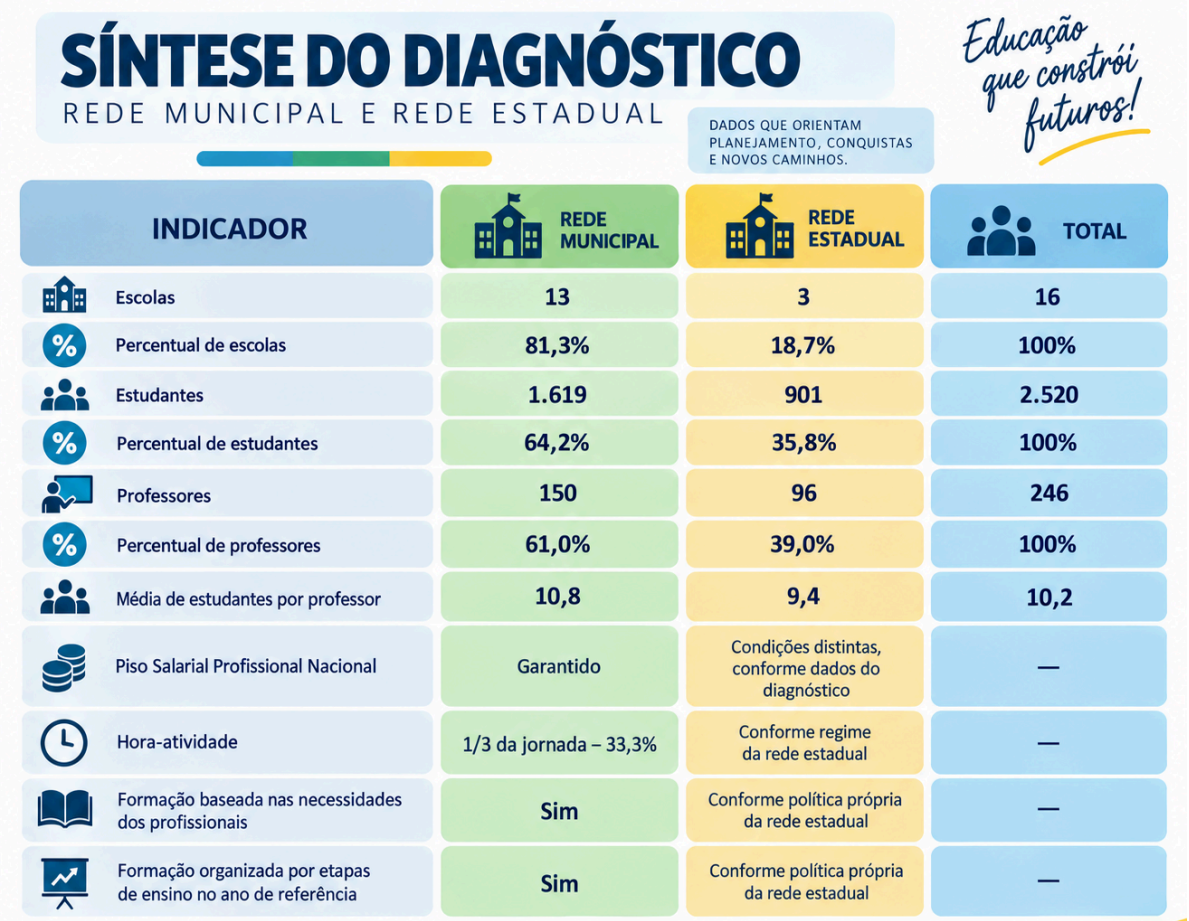
Os problemas de conectividade em 61,6% das unidades e a ausência de equipamentos para uso regular dos estudantes em 69,2% das escolas demonstram a necessidade de investimentos articulados entre infraestrutura e formação profissional.

8. Necessidade de fortalecimento do bem-estar dos profissionais

A crescente complexidade do trabalho educacional exige ações voltadas à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida dos trabalhadores da educação.

9. Necessidade de monitoramento dos resultados das formações

É necessário acompanhar se as formações planejadas a partir das necessidades dos profissionais estão produzindo impactos positivos nas práticas pedagógicas, nas condições de trabalho e nos resultados educacionais.



SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

REDE MUNICIPAL E REDE ESTADUAL

DADOS QUE ORIENTAM PLANEJAMENTO, CONQUISTAS E NOVOS CAMINHOS.

Educação que constrói futuros!

INDICADOR	REDE MUNICIPAL	REDE ESTADUAL	TOTAL
Escolas	13	3	16
Percentual de escolas	81,3%	18,7%	100%
Estudantes	1.619	901	2.520
Percentual de estudantes	64,2%	35,8%	100%
Professores	150	96	246
Percentual de professores	61,0%	39,0%	100%
Média de estudantes por professor	10,8	9,4	10,2
Piso Salarial Profissional Nacional	Garantido	Condições distintas, conforme dados do diagnóstico	—
Hora-atividade	1/3 da jornada – 33,3%	Conforme regime da rede estadual	—
Formação baseada nas necessidades dos profissionais	Sim	Conforme política própria da rede estadual	—
Formação organizada por etapas de ensino no ano de referência	Sim	Conforme política própria da rede estadual	—

Causas Críticas :

1. Manter o planejamento da formação continuada da rede municipal a partir das necessidades identificadas entre os profissionais e nas unidades escolares.
2. Consolidar uma política municipal permanente de formação continuada, com planejamento, execução, avaliação e monitoramento.

3. Organizar as formações considerando as especificidades das diferentes etapas e modalidades de ensino.
4. Manter e fortalecer a organização de formações específicas para Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, conforme as necessidades identificadas.
5. Acompanhar as políticas e os indicadores de formação dos profissionais da educação das diferentes redes presentes no território.
6. Fortalecer a continuidade das trajetórias escolares entre as diferentes etapas da Educação Básica.
7. Articular as formações municipais às necessidades dos estudantes, das escolas e aos indicadores educacionais.
8. Manter o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional aos professores da rede municipal.
9. Preservar a garantia de 1/3 da jornada de trabalho para hora-atividade dos docentes da rede municipal.
10. Fortalecer as políticas municipais de valorização e desenvolvimento profissional.
11. Manter as formações relacionadas à alfabetização, aprendizagem e avaliação.
12. Fortalecer a formação em educação inclusiva e atendimento à diversidade.
13. Promover a formação para o uso pedagógico das tecnologias digitais.
14. Articular a formação em tecnologia à melhoria da infraestrutura e dos equipamentos das escolas.
15. Promover ações voltadas à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida dos trabalhadores da educação.
16. Garantir espaços para planejamento, estudo e trabalho colaborativo.
17. Incentivar a participação dos profissionais em programas estaduais e federais de formação.
18. Aperfeiçoar os indicadores de acompanhamento da formação e valorização profissional.
19. Monitorar a participação e avaliar os impactos das formações nas práticas pedagógicas e nos resultados educacionais.
20. Fortalecer a valorização dos profissionais da educação, respeitadas as competências de cada ente federativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Dados e políticas da rede estadual de ensino.

RIO GRANDE DO SUL. Referencial Curricular Gaúcho.

SOBRADINHO/RS. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. Dados administrativos e educacionais da rede municipal de ensino.

SOBRADINHO/RS. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. Informações sobre a política de formação continuada, valorização profissional e organização da jornada docente.

18. Gestão Democrática

PROBLEMA

Insuficiência e fragilidade da representação e da participação social no planejamento e na gestão educacional

ANÁLISE DESCRITIVA

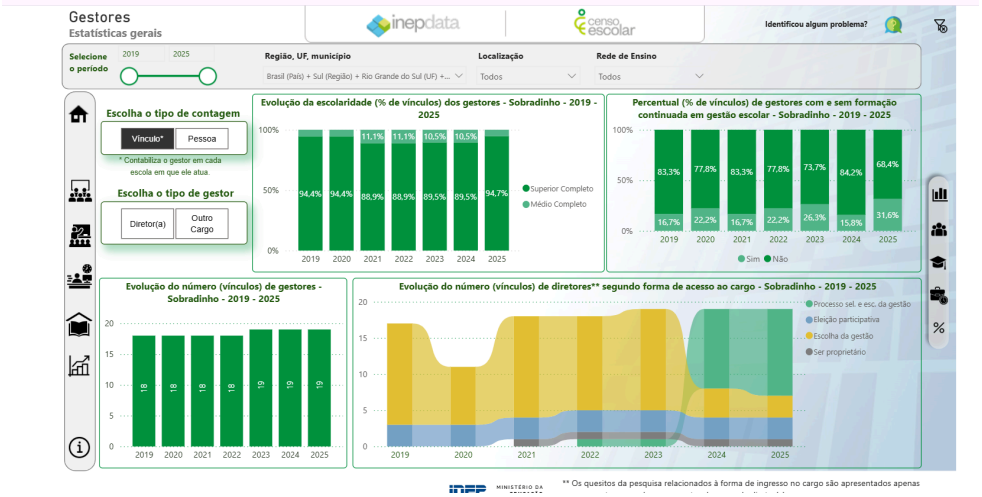
Os gestores escolares de Sobradinho desempenham um papel fundamental na construção de uma educação de qualidade, atuando como o coração da dinâmica educacional da região Centro-Serra. Liderar uma instituição no município exige muito mais do que competência administrativa: requer empatia, visão comunitária e um compromisso constante com o desenvolvimento social, emocional e cultural dos estudantes.

Recentemente, a gestão da rede municipal deu um passo importante no fortalecimento da liderança educacional: **13 gestores escolares foram selecionados por critério de mérito e desempenho**, conforme estabelecido em edital oficial do município. Esse processo seletivo valoriza a qualificação técnica, a capacidade de liderança e a dedicação técnica dos profissionais à frente das escolas. Já as Escolas Estaduais (3 escolas) realizam eleição de diretores. Historicamente, muitos municípios pequenos dependiam da indicação política para direções escolares. Sobradinho tem se adaptado:

Avanço: A prefeitura lançou recentemente (entre o final de 2024, 2025 e início de 2026) editais de **Processo Seletivo para Diretores**.

O "Filtro" Técnico: Agora exige-se critérios de mérito (como pós-graduação em gestão e tempo de docência).

O Desafio: O Objetivo 18 pede que, além do critério técnico, haja consulta à comunidade. Em Sobradinho, o desafio é equilibrar a competência técnica com o desejo da comunidade escolar, evitando que o processo seja puramente burocrático ou "de cima para baixo".

- 

2. Conselho Municipal de Educação

O **Conselho Municipal de Educação (CME)** é um órgão colegiado responsável por mediar e articular as relações entre a sociedade civil e os gestores do Sistema Municipal de Ensino. O órgão tem papel fundamental na consolidação de uma gestão democrática e participativa no município.

O Conselho Municipal de Educação (CME) de Sobradinho (RS) é regido principalmente pelas Leis Municipais nº 4.482/2018 e nº 4.490/2018 (que organiza o Sistema Municipal de Ensino), com alterações posteriores da Lei nº 4.706/2020.

Principais Funções e Atribuições

O CME desempenha funções estratégicas para a educação local:

1. **Normativa:** Elabora normas, resoluções e diretrizes que adaptam as leis de educação nacional (LDB, BNCC) e estadual para a realidade do município de Sobradinho.
2. **Deliberativa:** Toma decisões sobre a autorização de funcionamento, credenciamento e regulamentação das escolas do Sistema Municipal de Ensino.
3. **Consultiva:** Emite pareceres, orientações e indicações pedagógicas/administrativas relativas a questões educacionais da rede municipal.
4. **Fiscalizadora e Mobilizadora:** Acompanha a execução das políticas públicas de educação e estimula a participação da comunidade nas decisões políticas da área.

Atuações Recentes do Órgão

Por meio de resoluções e indicações, o CME/SHO regulamenta e orienta temas centrais da educação no município, tais como:

- **Diretrizes para a Educação Integral e Tempo Integral** (normatizando o currículo, infraestrutura e o tempo de permanência nas escolas).

- **Diretrizes para a Educação Digital** (orientando a implementação de tecnologias e computação nas escolas do município).
- **Adaptações e regulamentações excepcionais** no calendário escolar em situações de emergência e calamidade pública.

Canais de Contato e Localização

- **E-mail institucional:** cme.sobradinho.rs@gmail.com
- **Telefone:** (51) 3742-1098
- **Endereço/Cidade:** Sobradinho – RS

3-Conselhos Escolares

Os Conselhos Escolares desempenham um papel fundamental na construção de uma gestão democrática, transparente e comunitária dentro da rede de ensino. Em Sobradinho, onde a rede conta com 17 escolas, esses colegiados têm como missão reunir a voz de diretores, professores, funcionários, pais e estudantes para decidir, juntos, os rumos pedagógicos, administrativos e financeiros de cada instituição.

No entanto, a simples existência formal desses órgãos não garante seu funcionamento pleno. Atualmente, identifica-se um desafio central no município: a falta de efetividade prática dessas instâncias.

Para que os Conselhos Escolares deixem de ser apenas uma exigência burocrática e passem a transformar a realidade das 17 escolas locais, sobressaem-se dois grandes gargalos:

Os Gargalos Atuais

- **Falta de Mobilização da Comunidade:** Muitas vezes, famílias e alunos não reconhecem o Conselho Escolar como um espaço legítimo de participação e tomada de decisão. A baixa adesão nas reuniões e a falta de comunicação sobre a importância do colegiado esvaziam o debate e afastam a comunidade escolar do dia a dia da gestão.
- **Falta de Trabalho Efetivo e Contínuo:** Mesmo nos locais onde os conselheiros são eleitos, o trabalho frequentemente limita-se a assinaturas de documentos operacionais e prestação de contas formais, sem a promoção de debates aprofundados sobre a qualidade do ensino, melhorias na infraestrutura e projetos pedagógicos.

4. Fórum Municipal de Educação

O **Fórum Municipal de Educação** é uma instância permanente e não apenas convocado em época de conferências. O Fórum existe em Sobradinho desde a instituição do Plano Municipal de 2015-2025 e atua no acompanhamento e monitoramento do plano. É atuante e sempre esteve ativo nesse período.

5. Grêmios estudantis

O grêmio estudantil é uma entidade participativa intraescolar cuja relevância é atribuída tanto à dimensão educacional quanto à oportunidade de promover a formação cidadã dos estudantes. A legitimidade do grêmio foi restabelecida pela Lei n.º 7.398/1985. Segundo Martins e Dayrell (2013), no grêmio estudantil, ocorre o aprendizado sobre lidar com conflitos e assumir responsabilidade por suas escolhas. A participação no grêmio estudantil estimula práticas do debate público, como a persuasão por meio de argumentos, promove o pensamento crítico e serve como espaço de formação cidadã e de autonomia para os estudantes. Em algumas escolas, a iniciativa para estabelecer o grêmio estudantil não é promovida pela direção ou pela secretaria de educação e, em certos casos, pode até encontrar resistência por parte da direção escolar. Daí a importância da Lei n.º 7.398/1985. Por outro lado, há estados no Brasil em que a secretaria de educação incentiva a operação do grêmio. Em Sobradinho o processo iniciou-se em duas escolas estaduais e, em 2026 instalou-se na Escola Municipal de Educação Básica Borges de Medeiros o primeiro Grêmio Estudantil das escolas municipais. A progressão para as outras escolas municipais precisa ocorrer de maneira que 100% das escolas possuam esta entidade ainda em 2027.

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs)

O Cacs foi instituído pela Lei n.º 11.494/2007, no entanto, passou a ser regido pelo art. 34 da Lei n.º 14.113/2020, que regulamentou o novo Fundeb, com o fim de acompanhar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo. Os relatórios de prestação de contas devem ser instruídos com pareceres do Cacs e sua existência é uma condicionalidade para receber recursos do Fundeb.

Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) foi criado pela Lei n.º 11.947/2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), para efetivar a participação da comunidade no controle social e no acompanhamento das ações Documento Diagnóstico da Educação Nacional 270 de garantia de oferta da alimentação escolar saudável e adequada. Sua responsabilidade é acompanhar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar, zelar pela qualidade dos alimentos e emitir parecer conclusivo sobre a execução do programa. Sua existência é condição para que estados e municípios recebam os recursos do Pnae. Estudos indicam que a atuação do CAE é limitada por insuficiência de capacitação aos conselheiros e/ou por falta de transporte para as visitas. Desse modo, os CAE ficam restritos à aprovação das prestações de contas.

CAUSAS CRÍTICAS

- Fragilidade do vínculo dos dirigentes educacionais (secretários de educação) e gestores escolares com a comunidade escolar.
- Baixa institucionalização das instâncias de participação (conselhos municipais, conselhos escolares, grêmios estudantis e conselhos de acompanhamento.

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 9.394/1996 para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Diagnóstico da Educação Nacional / Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC/Fundação Joaquim Nabuco, 2025.

SOBRADINHO (RS). Lei Municipal nº 4.482/2018.

SOBRADINHO (RS). Lei Municipal nº 4.490/2018.

SOBRADINHO (RS). Lei Municipal nº 4.706/2020.

SOBRADINHO (RS). Legislação, atos normativos, atas e demais documentos do Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação e Conselhos Escolares.

19. Financiamento e Infraestrutura da Educação

PROBLEMA

A qualidade e a equidade da educação ainda não estão plenamente asseguradas, em função das desigualdades existentes nas condições de aprendizagem, inclusão, infraestrutura escolar, permanência e desenvolvimento dos estudantes, evidenciadas pela desigualdade no desempenho da aprendizagem entre os alunos, pela necessidade de ampliação e qualificação da educação inclusiva, pela infraestrutura escolar que requer manutenção e modernização contínuas, e pelas limitações no acesso a recursos tecnológicos e pedagógicos.

Soma-se a isso a necessidade de fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação, os desafios para garantir a permanência e o sucesso escolar de estudantes em situação de vulnerabilidade social, a necessidade de ampliar ações de acompanhamento da frequência e prevenção da evasão escolar, bem como a pouca articulação entre a educação básica e o ensino técnico e superior, o que dificulta a continuidade dos estudos e a melhoria das trajetórias educacionais.

ANÁLISE DESCRITIVA

Em relação ao objetivo de assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta e permanência da educação básica e da educação superior, o município de Sobradinho desenvolve ações principalmente voltadas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, que são suas responsabilidades constitucionais. Na Educação Superior, sua atuação ocorre de forma indireta, por meio de parcerias e incentivos.

A seguir estão as principais ações desenvolvidas pelo município, com base em documentos oficiais e na realidade da rede municipal:

1. Garantia do acesso e permanência dos estudantes

O município busca assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à escola e permaneçam estudando por meio de:

- oferta de vagas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
- transporte escolar gratuito para estudantes da zona rural;
- alimentação escolar em todas as escolas da rede municipal;
- acompanhamento da frequência escolar;
- ações para prevenção da evasão e do abandono escolar.

2. Promoção da qualidade da educação

Entre as ações realizadas destacam-se:

- formação continuada dos professores e equipes gestoras;

- elaboração e implementação do currículo municipal alinhado à Base Nacional Comum Curricular;
- avaliações da aprendizagem;
- acompanhamento dos indicadores educacionais (como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica);
- investimentos em materiais pedagógicos e recursos tecnológicos.

3. Equidade educacional

Para garantir igualdade de oportunidades, o município desenvolve ações como:

- atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência;
- disponibilização de profissionais de apoio quando necessário;
- adaptação de espaços físicos para acessibilidade;
- atendimento às escolas do campo;
- programas de inclusão e respeito à diversidade.

4. Infraestrutura escolar

O município realiza investimentos em:

- manutenção e reformas das escolas;
- melhoria dos ambientes de aprendizagem;
- aquisição de mobiliário e equipamentos;
- ampliação do acesso à internet e às tecnologias educacionais.

5. Alimentação e transporte escolar

Como estratégias fundamentais para permanência dos estudantes:

- execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- oferta de transporte escolar em parceria com os governos estadual e federal, especialmente para alunos da zona rural.

6. Gestão democrática

São desenvolvidas ações como:

- fortalecimento dos Conselhos Escolares;
- atuação do Conselho Municipal de Educação;
- participação da comunidade escolar na construção das políticas educacionais;
- elaboração e acompanhamento do Plano Municipal de Educação.

7. Apoio ao acesso à Educação Superior

Embora a oferta da Educação Superior não seja competência do município, Sobradinho contribui por meio de:

- incentivo ao acesso de estudantes às instituições de ensino superior da região;
- parcerias com universidades para projetos de extensão e formação;
- apoio ao transporte universitário, quando previsto em legislação e disponibilidade orçamentária.

A garantia da qualidade e da equidade na educação básica e superior é um dos principais desafios das políticas públicas educacionais brasileiras. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) considera tanto o desempenho dos estudantes quanto à permanência escolar, sendo um importante indicador para avaliar a qualidade do ensino.

No âmbito do município, os esforços estão concentrados em alinhar a infraestrutura, a formação docente e o atendimento pedagógico às metas de inclusão e igualdade de condições.

Conforme a legislação que disciplina o Sistema Municipal de Educação de Sobradinho, os objetivos da rede são explicitamente focados em:

- Igualdade de Condições: Garantir aos estudantes o acesso, a permanência e a qualidade do trabalho pedagógico para o sucesso na aprendizagem.
- Padrão de Qualidade: Assegurado pelo acesso à diversidade de recursos pedagógicos, metodológicos e tecnologias educacionais.
- Valorização Profissional: Formação continuada e qualificação dos servidores em conformidade com o piso nacional do magistério.

A permanência do aluno na escola também tem sido fortalecida por meio da expansão do Ensino em Tempo Integral. A Comissão de Educação Integral do município estipulou que essa transição exige adequações sérias de infraestrutura (como refeitórios, banheiros e acessibilidade para PCDs) e garantia de insumos (como alimentação escolar de qualidade), assegurando que o aluno vulnerável tenha condições reais de permanecer e aprender.

Sobradinho atua estrategicamente na região do Centro Serra oferecendo oportunidades de ensino superior, principalmente na modalidade a distância (EAD) e através de parcerias institucionais. O foco para garantir equidade e permanência nesse nível inclui:

- Democratização do Acesso: Permite que jovens e adultos da região tenham acesso a cursos de graduação e pós-graduação sem a necessidade de migração definitiva para grandes centros universitários (como Santa Maria, Santa Cruz do Sul ou Porto Alegre), reduzindo o custo financeiro para as famílias.
- Permanência: O município busca apoiar e divulgar os programas de assistência estudantil, bolsas e financiamentos integrados às diretrizes do Plano Municipal e Nacional de Educação (como o FIES e o ProUni para instituições parceiras, além de cotas sociais e raciais).

Direcionamento Estratégico: O sucesso da equidade em Sobradinho depende diretamente do Regime de Colaboração. O monitoramento contínuo das metas do Plano Municipal de Educação (PME) é a ferramenta que garante que as verbas carimbadas (os 25% constitucionais) sejam aplicadas onde a vulnerabilidade social e educacional for maior.

Atualmente a estrutura de educação do município consiste em:

- Rede Municipal de Ensino

Gerenciada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, a rede foca primordialmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

- Educação Infantil (EMEIs)

O município conta com Escolas Municipais de Ensino Infantil instaladas estrategicamente nos bairros para atender à demanda de creche e pré-escola (0 a 5 anos):

- EMEI Dudu (Bairro Medianeira)
- EMEI Abelhinha Feliz (Bairro Vera Cruz)
- EMEI Titico (Bairro Maieron)
- EMEI Nossa Senhora Aparecida (Bairro Rio Branco)
- EMEI Maria Vitória Pohlmann (Bairro Baixada)
- EMEI Santa Rita de Cássia (Bairro Copetti)

- Ensino Fundamental (EMEBs e EMEFs)

As Escolas Municipais de Educação Básica/Ensino Fundamental cobrem tanto a zona urbana quanto a rural (educação do campo):

- Zona Urbana: EMEB Espírito Santo, EMEB Dr. Adolpho Sebastiany, EMEF Seomar Mainardi e EMEB Borges de Medeiros.
- Zona Rural: EMEB Geralcino Dornelles (Linha Quinca), EMEB Flor Fabrício Ceretta (Arroio Bonito) e EMEB São Valentim (Campestre).

-Rede Estadual de Ensino

A rede estadual em Sobradinho é vinculada à 6ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), sediada em Santa Cruz do Sul. Ela é responsável por absorver grande parte dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e, de forma quase exclusiva na rede pública, o Ensino Médio.

As principais instituições de referência na cidade são:

- Escola Estadual de Educação Básica Padre Benjamim Copetti: A maior instituição de ensino do município, referência histórica local para o Ensino Médio regular, técnico e preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Santo Carniel: Focada nas etapas do Ensino Fundamental.

- Ensino Superior e Técnico

Embora o município não mantenha universidades próprias, ele atua fortemente como polo regional do Centro Serra por meio de convênios e plataformas de educação a distância e semipresencial:

- Polo Regional de Ensino Superior à Distância (UAB): Oferece cursos técnicos, de graduação e especialização por meio de universidades públicas parceiras (como a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM).
- Extensões e Polos Privados/Comunitários: Presença de suporte e turmas vinculadas a instituições de peso no estado, como a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), UNOPAR e a UNINTER.

- Estruturas de Suporte Pedagógico e Cultural

Para dar suporte às escolas e enriquecer o contraturno ou as atividades pedagógicas, a estrutura do município conta ainda com:

- Complexo Cornedo Vicentino: Espaço multifuncional que abriga e apoia atividades esportivas, recreativas e pedagógicas (como as diretrizes locais de Educação em Tempo Integral).
- Casa da Cultura: Centraliza eventos literários, de formação continuada para os professores da rede e projetos de incentivo à leitura e artes no município.

A Comparação com o Brasil

O Brasil participa dessas pesquisas como país parceiro da OCDE. Embora o país direcione uma porcentagem do seu Produto Interno Bruto (PIB) para a educação que é considerada próxima à de alguns países europeus, o valor real investido por estudante ainda é muito menor.

O investimento médio do governo brasileiro na educação básica pública é de cerca de **R$ 12.500 por aluno ao ano** (valores atualizados pela inflação), registrando um aumento de 50% em comparação com a década anterior. Em termos internacionais, o Brasil gasta perto de **US$ 3,6 mil por estudante anualmente**, o que equivale a menos de um terço da média dos países da OCDE (organização dos países ricos), que ultrapassa US$ 11.900 (cerca de **R$ 62.118,00**.)

As estatísticas que comparam os gastos em dólares do Brasil com a média mundial vêm do Education at a Glance, que é o principal relatório anual global sobre educação publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Atualmente o município de Sobradinho investe em torno de **5,35% do PIB** local em educação pública municipal. Cerca de **R$ 17.130,92** por aluno.

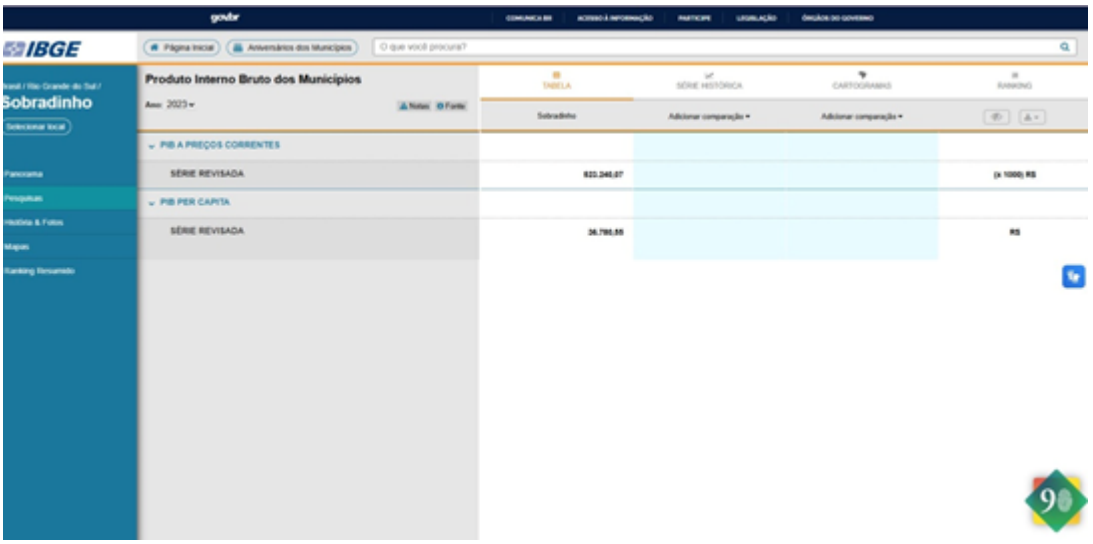


Imagem 1. Valores reservados pelo município para investimento em educação.

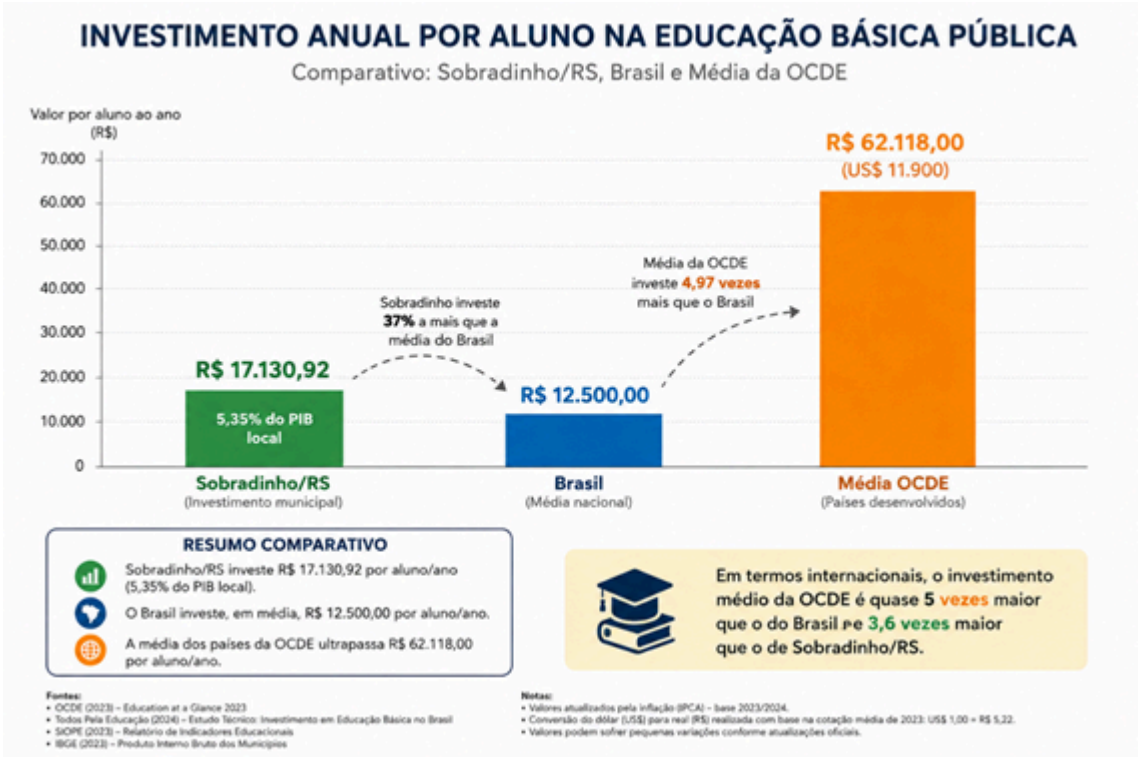


Imagem 2. Gráfico comparativo dos valores médios investidos em educação.

O município vem desenvolvendo ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, buscando fortalecer o acompanhamento pedagógico, a formação docente e a permanência dos estudantes na escola. Também existem iniciativas relacionadas à busca ativa escolar, visando prevenir a evasão e garantir o direito à educação.

CAUSAS CRÍTICAS

1. **Infraestrutura escolar**

- Falta de modernização contínua das escolas
- Necessidade de manutenção de prédios e espaços pedagógicos
- Algumas escolas com espaços limitados para atividades diversificadas
- Dependência de melhorias tecnológicas

2. Formação valorização dos profissionais

- Atualização pedagógica frente às novas demandas educacionais
- Sobrecarga de trabalho em algumas redes
- Dificuldade de acesso a formações especializadas em algumas áreas

3. Processos de ensino e aprendizagem

- Diferenças no ritmo de aprendizagem entre os estudantes
- Dificuldade de recuperação da aprendizagem em alguns casos
- Necessidade de metodologias mais inovadoras
- Defasagens acumuladas em algumas turmas

4. Recursos tecnológicos e pedagógicos

- Acesso desigual a tecnologias educacionais
- Necessidade de ampliação do uso de ferramentas digitais em sala de aula
- Falta de equipamentos atualizados em algumas escolas
- Conectividade ainda limitada em determinados contextos

5. Contexto social dos estudantes

- Vulnerabilidade social de parte das famílias
- Baixa escolarização de responsáveis em alguns casos
- Dificuldade de acompanhamento da vida escolar dos filhos
- Impactos de problemas socioeconômicos na aprendizagem

6. Permanência e evasão escolar

- Necessidade de maior acompanhamento da frequência escolar
- Desmotivação escolar em alguns estudantes

ANÁLISE CAUSAL

Entretanto, ainda são percebidas dificuldades comuns à realidade de muitos municípios do interior, como:

- diferenças de aprendizagem entre estudantes;
- desafios no atendimento às comunidades rurais;
- necessidade de ampliação do acesso às tecnologias educacionais;
- dificuldades relacionadas ao transporte escolar;
- impactos sociais e econômicos que influenciam a frequência e o rendimento escolar;
- necessidade de fortalecimento da educação inclusiva e do atendimento especializado.

Além disso, os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio apresentam maiores índices de dificuldade de permanência e aprendizagem em todo o país.

- Garantir aprendizagem com qualidade para todos os estudantes;
- Reduzir desigualdades educacionais entre áreas urbanas e rurais;
- Combater a evasão e a infrequência escolar;
- Ampliar o acesso às tecnologias digitais e à internet;
- Fortalecer a inclusão escolar e o atendimento educacional especializado;
- Melhorar os índices de desempenho educacional e permanência escolar;
- Intensificar o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade;
- Valorizar e investir continuamente na formação dos profissionais da educação;
- Ampliar oportunidades de acesso ao ensino técnico e superior para jovens do município.

Estudos nacionais apontam que fatores como vulnerabilidade social, dificuldades de aprendizagem, necessidade de trabalho e problemas de transporte influenciam diretamente a permanência escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília: INEP, edições anuais.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília: FNDE.

Prefeitura Municipal de Sobradinho. Plano Municipal de Educação, legislação municipal e informações institucionais da Secretaria Municipal de Educação.

Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE). **Education at a Glance 2024**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1787/c00cad36-en. Acesso em: 15 jun. 2026.

Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais anísio teixeira (INEP). **Education at a glance 2025**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/education_at_a_glance_2025_notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

Este documento foi elaborado pela Comissão Gestora Municipal responsável por organizar, articular e sistematizar as etapas de elaboração do PME 2026/2036, juntamente com os membros do Fórum Municipal de Educação de Sobradinho.

Comissão Gestora Municipal:

Ibraima Regina Calheiro (SMECTD)

Catiéle Henker Mergen Bonelli (CME)

Joelma Antonia Vieira (Fórum Municipal)

Membros Fórum Municipal de Educação:

Educação Especial:

- Priscila Hermes Mohr;

- Pamela Edtt Endler;

-Rauhana Dalleaste.

Conselho Municipal de Educação:

- Catiele Henker Mergen Bonelli;

- Luana Lazzari;

-Kélen Piazza.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto:

- Jocinéia Lopes Becker;

- Ivanei de Fatima Ribeiro.

Sindicato de Trabalhadores da Educação:

- Karine Arnt;

- Fabiana Wanzinck.

Professores de Escolas de Educação Infantil:

-Marlon da Silva;

- Juliana Cella Rodrigues;

-Jessica dos Santos.

-Elizete da Rosa

Associação de Pais e Mestres das Escolas Municipais:

- Ibraima Regina Calheiro;

- Jocinéia Lopes Becker

Diretores/Coordenadores das Escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil:

- Juliana Furlan;

- Joelma Antonia Vieira;

-Cíntia Pohlmann Moreira.

Professores de Ensino Fundamental:

- Vanusa Cremonese de Oliveira;

- Grazieli Rubert;

- Thaiz Suzie Schneider;

- Pietra Bernardy Piazza.

Professores de Ensino Médio:

-Luciane Aparecida Fardin.

Ensino Superior:

- Nara Lopes de Souza;

- Jocelaine Maieron.